

Ana Paula Santos Rodrigues

RETRATOS DE RIO

Uma etnografia do Jacaré no município de Oliveira, Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Deborah Magalhães Lima.

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE ANA PAULA SANTOS
RODRIGUES (MATRÍCULA Nº 2017672372)**

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio de 2019 (dois mil e dezenove), reuniu-se na Sala da Congregação, 1º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão Examinadora para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: **“RETRATOS DE RIO: uma etnografia do Jacaré no município de Oliveira, Minas Gerais”**, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Deborah de Magalhães Lima (PPGAn/UFMG) – Orientadora; Ely Bergo de Carvalho (Dept. de História/UFMG) e Brisa Catão Totti (Doutora pelo PPGAn/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Deborah de Magalhães Lima após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Ana Paula Santos Rodrigues para apresentação da Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 20 de maio de 2019.

Profa. Dra. Deborah de Magalhães Lima (Orientadora)

Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho

Profa. Dra. Brisa Catão Totti



Documento assinado eletronicamente por **Ely Bergo de Carvalho, Membro de comissão**, em 18/01/2021, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deborah de Magalhaes Lima, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 18/01/2021, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Brisa Catão Totti, Usuário Externo**, em 19/01/2021, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0523570** e o código CRC **3F5546BC**.

Referência: Processo nº 23072.202634/2021-90

SEI nº 0523570

306 R696r 2019	<p>Rodrigues, Ana Paula Santos.</p> <p>Retratos de rio [manuscrito] : uma etnografia do Jacaré no município de Oliveira, Minas Gerais / Ana Paula Santos Rodrigues. - 2019.</p> <p>138 f.</p> <p>Orientadora: Deborah Magalhães Lima.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1.Antropologia – Teses.2. Jacaré, Rio (MG) - Teses. 3.Meio ambiente- Teses. 4.Etnologia - Teses. 5.Antropologia - Teses. I. Lima, Deborah. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho de escrita é fruto apenas do esforço individual. Aqui estão inúmeras pessoas que escreveram os livros que li durante a vida, as professoras que me alfabetizaram, minha mãe, que sempre incentivou meu gosto pela leitura, as pessoas que pagaram seus impostos que foram revertidos em bibliotecas e escolas. Tratando-se de uma pesquisa de mestrado, também devo lembrar os que mantêm a Universidade Pública e os que lutam por sua democratização. Tão pouco espaço não seria suficiente para o tamanho de minha gratidão.

Minha trajetória acadêmica foi povoada de muita gente inspiradora. Por isso, agradeço meus professores e professoras do curso de Ciências Sociais e do mestrado em Antropologia, meus colegas estudantes e os amigos dos grupos de pesquisa e extensão dos quais fiz parte, que com certeza contribuíram muito para minha formação. Agradeço especialmente às companheiras do PET Conexões de Saberes, do GESTA e da Revista Três Pontos. E não poderia deixar de falar dos amigos do FIEI, que me deram energia, esperança e muitas alegrias durante todo o mestrado. Obrigada também à Tainah Leite, que acreditou em mim para ministrarmos juntas a disciplina Antropologia e Educação e aos meus amigos e amigas, que sempre estiveram ao meu lado. Como escreve Valter Hugo Mãe: *“Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós.”*

Inúmeras pessoas participaram de alguma forma desta pesquisa. Quero agradecer meus companheiros de campo, que me contaram memórias, compartilharam seus conhecimentos e caminharam comigo pelo rio. Muitos me receberam em suas casas, deram-me carona, levaram-me a locais que eu não descobriria sozinha. Agradeço Antônio Vargas, que se dispôs completamente a me ajudar; João Nery, Ivani e Rosemaire, que abriram suas casas e memórias para essa curiosa desconhecida; Márcio Almeida, cujas memórias poéticas foram tão importantes neste trabalho; Ildeano Silva, que sempre foi uma referência e que me recebeu tão bem; Israel Ramos, por sua generosidade em compartilhar seu conhecimento; Jandira, Rosymar, Amanda Vargas, pela abertura e disponibilidade, Luciano Soares, Andrea Brynner, Janice Oliveira, Demóstenes Romano, pela disposição em todos os momentos e a grande ajuda que deram para este trabalho; Wagner e Fernando Pimenta, por atenderem tão prontamente a uma cidadã interessada.

Esta pesquisa me permitiu ouvir histórias que eu não conhecia de meus avós Cícero José dos Santos e Maria Pereira e também me permitiu conhecer reflexões de meu avô Sebastião Rodrigues Viana que eu nem imaginava. Agradeço imensamente por esses momentos. Também foram muito importantes as conversas com meu tio José Orlando. Muito obrigada a meus familiares, que inclusive me ajudaram em campo: meu pai, Dirceu Rodrigues, que sempre se dispôs a me levar onde precisei e sempre me apoiou; minha irmã Maria Clara, que visitou o rio comigo; meu irmão Marco Antônio, que sempre foi minha grande inspiração; meus primos Stella, Yago e Yasmin, sendo esta última uma das principais responsáveis por meu amor à “natureza”; minha mãe, Clerícia, que nunca mediu esforços para me ajudar e meu companheiro Rodrigo, que esteve ao meu lado de diversas formas, acompanhando algumas visitas a campo, lendo os rascunhos deste trabalho e apoiando sempre minha escrita. Muito obrigada à minha amiga Nicole, pelos sonhos compartilhados e realizados juntas, e pela leitura atenta deste trabalho.

Agradeço imensamente à Deborah Lima, minha orientadora, que sempre confiou em mim. Além das contribuições acadêmicas singulares, sua compreensão e leveza nos momentos difíceis que ocorreram durante esta pesquisa foram de suma importância para que eu conseguisse continuar. Também sou grata aos professores Ely Bergo, Rogério Duarte e Brisa Catão, que foram essenciais durante o processo desta dissertação e aceitaram participar desta banca.

Por fim, agradeço ao rio Jacaré, por toda vida que carrega. Espero que este trabalho auxilie na luta para lhe retribuir todas as dádivas que trouxe a nós, oliveirenses.

*este rio não é
apenas
um rio
é um
porta-retratos
— carrega
meus olhos —
(Nydia Bonetti)*

RESUMO

O Jacaré é um rio de médio porte localizado no centro-oeste mineiro e tem suas primeiras nascentes localizadas nos municípios de Oliveira e São Tiago. Passando por sete cidades, deságua na barragem da hidrelétrica de Furnas. Atualmente, o rio, que é um afluente do Rio Grande, encontra-se bastante degradado, sofrendo, principalmente, com o assoreamento. Este trabalho é uma etnografia do Jacaré no município de Oliveira, que visa compreender as relações estabelecidas entre os oliveirenses e o rio. Pretendeu-se compor um conjunto de retratos que mostrassem o Jacaré a partir da perspectiva de pessoas e grupos sociais diversos, que se relacionam com ele por motivos diferentes, como pescadores recreativos, frequentadores ocasionais, produtores rurais, agentes do Estado, ambientalistas, poetas etc. Buscou-se compreender como essa multiplicidade de relações impacta na degradação ou preservação do rio e também quais ideias de natureza estão presentes no contexto etnográfico analisado.

Palavras-chave: Rio Jacaré; etnografia; meio ambiente.

ABSTRACT

The Jacaré is a medium-sized river located in the center-west of Minas Gerais and has its first springs located in the municipalities of Oliveira and São Tiago. Passing through seven cities, it flows into the dam of the Furnas hydroelectric. Currently, the river, which is an affluent of the Rio Grande, is very degraded, suffering, mainly, with the silting. This work is an ethnography of Jacaré in the municipality of Oliveira, which aims to understand the relations between the population of Oliveira and the river. It was intended to compose a set of portraits that show the river from the perspective of different people and social groups, who relate to it for different reasons: recreational fishermen, occasional goers, rural producers, state agents, environmentalists, poets. It was sought to understand how these multiplicity of relationships impact on the degradation of the Jacare (or its preservation) and also what ideas of nature are present in the analyzed ethnographic context.

Keywords: Jacaré River; ethnography; environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Cidades banhadas pelo rio Jacaré.....	19
Mapa 2: Comunidades Rurais no Município de Oliveira.....	112
Foto 1: Minha família no Rio Jacaré.....	15
Foto 2: Minha família no Rio Jacaré.....	16
Foto 3: Minha família no Rio Jacaré.....	16
Foto 4: Rio Jacaré.....	17
Foto 5: Rio Jacaré.....	29
Foto 6: Ilha próxima à fazenda Jacaré.....	40
Foto 7: Fornos da empresa Gerdau.....	41
Foto 8: Lagoa do Catiguá em 2011.....	43
Foto 9: Área onde se localizava a lagoa do Catiguá, 2015.....	47
Foto 10: Lagoa da Batalha, década de 1970.....	49
Foto 11: Lagoa da Batalha.....	50
Foto 12: Lagoa da Batalha.....	50
Foto 13: Rio Jacaré.....	54
Foto 14: Vale do rio Jacaré.....	58
Foto 15: Eucaliptos às margens do Jacaré.....	63
Foto 16: Modificações geradas pelo Pró-Várzeas.....	70
Foto 17: Dragas de areia no rio Jacaré.....	73
Foto 18: Antônio Vargas, próximo à Usina.....	91

Foto 19: Mascote da campanha da ONG GRAMDS.....	93
Foto 20: Ildeano Silva no rio Jacaré.....	96
Foto 21: Israel Ramos no rio Jacaré.....	98
Foto 22: Produtores da comunidade do Ouro Fino e Janice Oliveira.....	103
Foto 23: Antes e depois do Programa Produtor de Água.....	105
Foto 24: Imagem aérea do projeto da GRAMDS.....	106
Foto 25: Fazenda Jacaré.....	111
Foto 26: Casa na fazenda Caracol.....	116
Foto 27: Sebastião Viana.....	117
Foto 28: O rio avistado da fazenda Jacaré.....	121
Foto 29: João Nery.....	122

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANA- Agência Nacional de Águas

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

DNOS- Departamento Nacional de Obras de Saneamento

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GRAMDS- Grupo Ambiental de Desenvolvimento Sustentável

IEF- Instituto Estadual de Florestas

IGAM- Instituto Mineiro de Gestão das Águas

ONG- Organização não governamental

Ruralminas- Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário

SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEMAD- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SNGRH- Sistema Nacional de Recursos Hídricos

SISNAMA- Sistema Nacional de Meio Ambiente

SUMÁRIO

PRÓLOGO

<i>Som de água distante</i>	11
-----------------------------------	----

INTRODUÇÃO

<i>Em busca do rio</i>	17
Metodologia.....	20
A “natureza” como assunto.....	23

CAPÍTULO 1

<i>Na correnteza da memória: os oliveirenses e o rio Jacaré num emaranhado de vida</i>	29
1.1- Rio: coisa viva.....	29
1.2- Histórias de rio e de gente.....	31
1.3- As transformações do rio.....	39

CAPÍTULO 2

<i>Uma morte anunciada?</i>	54
2.1-Panorama da degradação do rio.....	58
2.1.1- Os impactos da Pecuária.....	58
2.1.2- A agricultura.....	60
2.1.3- A silvicultura.....	63
2.1.4- O problema das voçorocas.....	64
2.1.5- O Projeto Pró-Várzea.....	67
2.1.6- A extração de areia.....	70
2.1.7- A poluição.....	73
2.2-Uma breve análise histórica.....	74

CAPÍTULO 3

<i>O rio na rede: Estado, ambientalistas e produtores rurais</i>	82
3.1- A atuação do Poder Público.....	82
3.1.1- A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.....	86
3.1.2- A polícia florestal.....	87
3.1.3- O SAAE.....	91
3.2- Os ambientalistas e a dedicação ao rio.....	93
3.2.1- Ativistas independentes.....	94
3.2.2- A ONG GRAMDS.....	98
3.2.3- O Programa Produtor de Água.....	103
3.3.3- A mobilização ambientalista oliveirense.....	106
3.3- Os produtores rurais e o rio.....	111
3.4- Sobre esses retratos.....	122
 <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	
<i>Sonhar o rio</i>	125

PRÓLOGO

Som de água distante

Passei grande parte da minha vida em uma fazenda chamada Taperinha, localizada no centro-oeste mineiro, no município de Oliveira. A fazenda era do meu avô, que também tinha bem perto um sítio arrendado, que chamávamos de Jota, e durante uma parte da minha infância havia tido outro sítio, também próximo a Oliveira, chamado Girassol. A Taperinha, no entanto, era nosso habitat natural- meu e dos meus familiares. Tanto que de 10 a 16 anos morei em uma parte da fazenda, comprada por meu pai. Na Taperinha experimentei a natureza em muitas fases de minha vida. Na infância, brincava com minhas primas e primos pendurados nos eucaliptos, tentando descobrir aranhas que havíamos visto nos livros, escorregando no limpador de arroz, “nadando” nas tulhas de café, jogando bola no silo, e, principalmente, indo, quando consentiam os adultos, ao lugar mais especial de todos: a Roda d’água.

A Roda d’água era uma pequena cachoeira onde existia uma roda com a finalidade de bombear água para a fazenda. Para mim, ela era o mais próximo que eu já vira de uma paisagem como a do livro que tinha sobre a Mata Atlântica.¹ O lugar tinha pedras grandes, um tronco deitado no meio do pequeno e raso lago que se formava embaixo da cachoeira, árvores que tampavam o céu e davam a impressão de estarmos dentro da mata e samambaias que eram quase dos nossos tamanhos. Na caminhada pelo mato- com medo das cobras- iam surgindo os vestígios da cachoeira, até que ouvíamos o som. O som da água que estava em algum lugar que ainda não podíamos ver e ia ficando cada vez mais alto até que, enfim, após passar debaixo de uma cerca e andar por uma trilha, podíamos pôr os pés, as mãos e os cabelos na água gelada.

Minha infância e adolescência foi cheia de árvores, terra vermelha, brincadeiras de construir jardins e bichos de todos os tipos. Ainda me lembro da sensação de descer barrancos, trilhas, sujar as mãos e sentir o vento de cima das árvores. Nunca fui uma criança corajosa, de modo que logo minha relação com a natureza foi de contemplação, até que, na adolescência, a filosofia e a poesia me arrebataram de vez. Foi o tempo de ver de cima do morro, sozinha, o canal em ondas. De voltar da aula depois da chuva e ser enfeitada pela

¹ Trata-se do livro “Expedições: Terras e Povos do Brasil (1999), de Paula Saldanha e Roberto Werneck.

luz que refletia nas gotas das árvores e na lagoa que via também de cima, do alto da montanha, e que tinha o formato do mapa do Brasil.

Nessa época descobri que a resposta para tudo está na natureza: as árvores que permanecem, mesmo tendo todas as folhas caídas, são como nós, que somos ainda as mesmas pessoas, depois de várias de nós termos desaparecido no vento ao longo dos anos; as cinzas eram a metáfora da tristeza do eterno, enquanto o fogo do fogão à lenha era efêmero, mas vivo; o horizonte deixava de ser horizonte assim que era atingido e eu estava exatamente além do horizonte de algum lugar. Qualquer árvore, poeira ou nuvem poderia ser uma metáfora, e, como tal, uma resposta ou pergunta sobre a existência. Eu pensava o mundo através da natureza. Mas também sentia a natureza sem palavras, sentada em cima da montanha onde morava, com a consciência espantada de estar sentada em cima do mundo e no meio do universo.

A natureza era o que eu conhecia de mais belo, e um de meus primeiros poemas, aos 8 anos de idade, era dedicado à Mata Atlântica. Nessa época, morava na cidade, mas a cidade era também o quintal que eu sonhava um dia ser um jardim no qual esperava as borboletas e algum beija-flor. Deitava-me na rampa ao lado da cozinha a observar a cor rósea do fim de tarde, as andorinhas que mergulhavam no céu e, em alguns dias, era surpreendida por alguma garça solitária que voltava para casa. Na casa das vizinhas, meu interesse maior eram as plantas. Bebia o orvalho das rosas da casa da Lena, admirava os bicos de princesa da casa da Linda e fazia comidinhas com as muitas flores da casa da dona Aconcebida, na qual passava longas tardes aprendendo a rezar e brincando com suas roupas de mocidade.

Na cidade ou na fazenda a natureza estava lá. Na cidade dava pra ver a montanha verdinha depois da chuva, e a fazenda sujava meus tênis antes de ir para aula- para minha imensa vergonha adolescente. No caminho da escola, enfim, o rio. O rio Jacaré desaparecendo aos poucos debaixo da ponte na BR.381. No mesmo trecho que eu observava quando era criança e pedia pra ir nadar, mas não podia porque “tinha a draga de areia”. O mesmo rio que agora eu procuro, aqui da cidade grande.

O Jacaré e eu somos velhos conhecidos, visto que o sítio Girassol, de meu avô, era próximo a ele. Eu sempre imaginava como devia ser bom morar bem ao seu lado, já que o Girassol era próximo, mas não a ponto de podermos ir a pé nadar todos os dias. O ponto alto

dos dias no sítio era quando nos levavam ao rio, e mesmo depois de vendida a propriedade continuamos frequentando o Jacaré, fazendo churrascos familiares em suas margens.

A família toda se reunia: meu avô, avó, muitos tios e tias, primos, mãe, pai, irmão, moradores da Taperinha, familiares deles, animais de estimação, todos se juntavam para aproveitar o Jacaré. O melhor lugar para o churrasco era na pedra grande que havia perto da ponte, cercada por algumas árvores. Lá, armávamos redes e comíamos a galinhada aquecida em fogões improvisados. Também escalávamos as pedras que pareciam gigantes ante nossos corpos infantis. O rio era bem raso, mas em alguns lugares podíamos emergir um pouco mais dentro da água e embaixo da ponte havia uma pequena cachoeira que fazia “massagem” em nossas costas. Ao lado do rio se estendia uma área de gramíneas onde podíamos caminhar e brincar de subir nos cupinzeiros.

O Jacaré está em algumas de minhas mais felizes memórias de infância, e foi uma de minhas primeiras preocupações ambientais, pois o via desaparecendo perto da lagoa do Catiguá, onde passava todos os dias para ir à escola. Depois de anos, quando eu já estava na Universidade, a lagoa, que era tombada como patrimônio de Oliveira, simplesmente desapareceu. Em seu lugar agora existe mato, perplexidade e esse aviso mórbido, de que algo pode acabar, sem mais nem menos. Conto essa história pois acredito que minha relação com o Jacaré me trouxe até aqui de alguma forma, construindo meu amor e preocupação com o mundo natural. E essa consciência me levou de volta a ele, no fim de minha graduação em Ciências Sociais. Cito um dado interessante: segundo um estudo bibliográfico realizado sobre as dissertações e teses escritas sobre rios na perspectiva da geografia humanista e cultural, todos os rios pesquisados entre 1990 e 2012 são de lugares onde os pesquisadores residem ou próximos a eles (CHIAPETTI E ROCHA, 2017), o que mostra a importância dos rios na vida das pessoas, que se reflete no interesse acadêmico existente sobre eles.

Decidi fazer Ciências Sociais pela vontade de entender (e mudar) o mundo. Meu grande sonho era ser professora e também almejava ser “ambientalista”, como os que anunciavam a destruição da Mata Atlântica no livro “Expedições: Terras e Povos do Brasil” (1999) de Paula Saldanha e Rogério Werneck. Assim, conheci o GESTA- Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais- que me colocou em contato com a sórdida realidade da injustiça e do racismo ambiental, principalmente na zona rural de Conceição do Mato Dentro, onde a empresa Anglo American segue destruindo a vida de inúmeras pessoas na busca do lucro advindo da extração de minério. Desde que entrei no GESTA quis me debruçar sobre o rio Jacaré, mas as

demandas do grupo adiaram um pouco essa empreitada. Em 2016, já na monografia, consegui começar esta pesquisa, que continuei durante o mestrado em Antropologia. Nunca imaginei que de mudar o mundo minha atenção se voltaria para um rio tão raso, castanho de areias, sem as samambaias gigantes nem a mística da Roda d'água. Também nunca imaginei que a Antropologia, que se formou na investigação de sociedades distantes, iria me levar de volta ao que eu tinha de mais próximo, descobrindo um mundo novo através de pessoas que eu não conhecia, ou me surpreendendo com as narrativas de pessoas tão próximas como meu tio e meus avós.

Através das discussões antropológicas também comecei a questionar o que era essa natureza que eu tanto amava e que era tão importante em minha história pessoal. Eu já estranhava a separação sobre o que é natureza e o que não é: “afinal, um prédio não é natureza, mas todos os elementos dos quais ele é feito são natureza, certo?” - eu pensava. Hoje percebo que o conceito de natureza é mais complicado do que eu imaginava. Como no poema de Alberto Caetano podemos dizer que *“Natureza não existe/ Que há montes, vales, planícies,/Que há árvores, flores, ervas,/ Que há rios e pedras,/Mas que não há um todo a que isso pertença,/ Que um conjunto real e verdadeiro/ É uma doença das nossas ideias”* (PESSOA, 2008, p.72). Há o rio Jacaré, mas não há natureza. Há o mundo, mas ele não se compartimenta em humanos e outros seres, ou em construído culturalmente, e construído pela “natureza”.

Porém, ainda não consegui encontrar um bom substituto para a palavra “natureza”, e é por isso que utilizarei essa palavra, lembrando que ela deve ser lida, ao longo deste trabalho, como se estivesse entre aspas. O conceito de natureza será utilizado muitas vezes em seu sentido corrente, visto que esta pesquisa trata do contexto de uma sociedade moderna na qual este conceito faz sentido, embora o objetivo seja, obviamente, discuti-lo e mostrar suas contradições. A palavra natureza também estará presente no discurso dos entrevistados, e aqui ganhará significados diversos, que são de suma importância nesta pesquisa.

Por fim, resta dizer que a Antropologia, que se propunha ser o estudo do homem, me levou, através da sabedoria de outros povos, ao questionamento do antropocentrismo, e nestas páginas tento falar dos humanos que viveram com o Jacaré, mas também saio à procura de pedras, peixes, árvores, de tudo que constitui o rio. Para sair deste ciclo de destruição em que nos encontramos é preciso compreender, sentir e sonhar o mundo para além de nós. A Terra não pertence a (poucos) humanos, ela é dos que nela vivem, ela é feita da interação entre

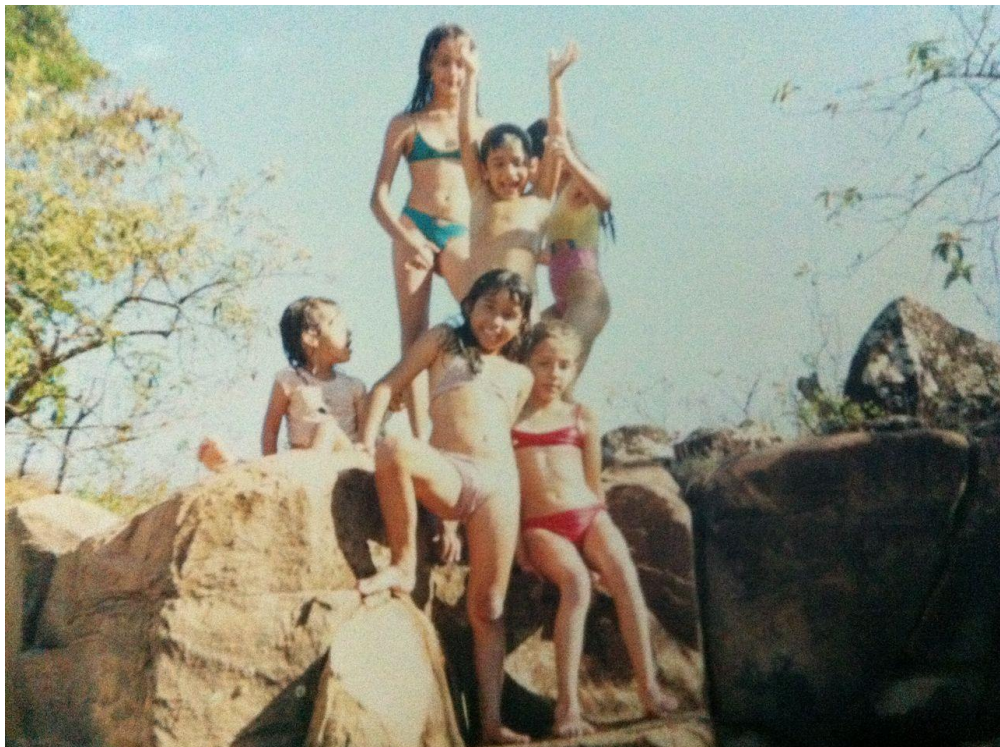
todos os seres. O que me liga ao Jacaré são os afetos e, embora seja essencial, não acredito que apenas a razão vá nos livrar da crise socioambiental instalada pelo capitalismo: é preciso um reenvolvimento afetivo com o mundo e é com este intuito que escrevo esta dissertação. Um rio não é apenas um “recurso hídrico”, um rio é um emaranhado de vidas.



Minha família no rio Jacaré, acervo pessoal, 2000.



Minha família no rio Jacaré, acervo pessoal, 2000.



Minha família no rio Jacaré, acervo pessoal, 2000.

INTRODUÇÃO

Em busca do rio



Rio Jacaré. Foto: Ana Paula Rodrigues, 2018.

O Jacaré é um rio localizado no centro-oeste mineiro, na região conhecida como Campo das Vertentes; tem cerca de 152 km de extensão e surge da junção entre o córrego do Tatu, vindo da cidade de São Tiago, e o córrego do Marimbondo, que nasce no distrito de Oliveira chamado Morro do Ferro. Após percorrer os municípios de São Tiago, Oliveira, São Francisco de Paula, Candeias, Campo Belo, Cana Verde e Santana do Jacaré, ele deságua na barragem da hidrelétrica de Furnas. Ao longo de seu curso, o Jacaré move as pequenas centrais hidrelétricas do Jacaré e Anil, suas águas são utilizadas por inúmeros agricultores e servem ao abastecimento das cidades por onde passa. Apesar de sua grande importância, o rio se encontra extremamente degradado. Segundo o ambientalista oliveirense Israel Ramos, antigamente ele possuía a média de 2 metros de profundidade em trechos onde hoje chega a atingir apenas 2 centímetros. O rio desaparece aos poucos e silenciosamente.

“Se o Rio Jacaré pudesse falar, com certeza narraria sua história em feitiço de tragédia”, escreve o jornalista João Bosco Ribeiro em seu editorial na Gazeta de Minas do dia 3 de março de 2016. Essa afirmação não é exagerada, visto que em algum momento a história do rio passou a ser uma história de destruição: ao longo do tempo a região onde se localiza foi sendo tomada pela agricultura e pela criação de gado, fazendo com que a área em seu entorno perdesse cobertura vegetal, o que faz com que os sedimentos dos morros sejam carregados diretamente para dentro de seu leito, levando ao assoreamento. Somando-se a esse problema, o gado e outros animais, como as búfalas, pisotearam e pisoteiam o solo de suas margens, fazendo com que ele fique compactado, dificultando a recarga das águas subterrâneas e a manutenção das nascentes.

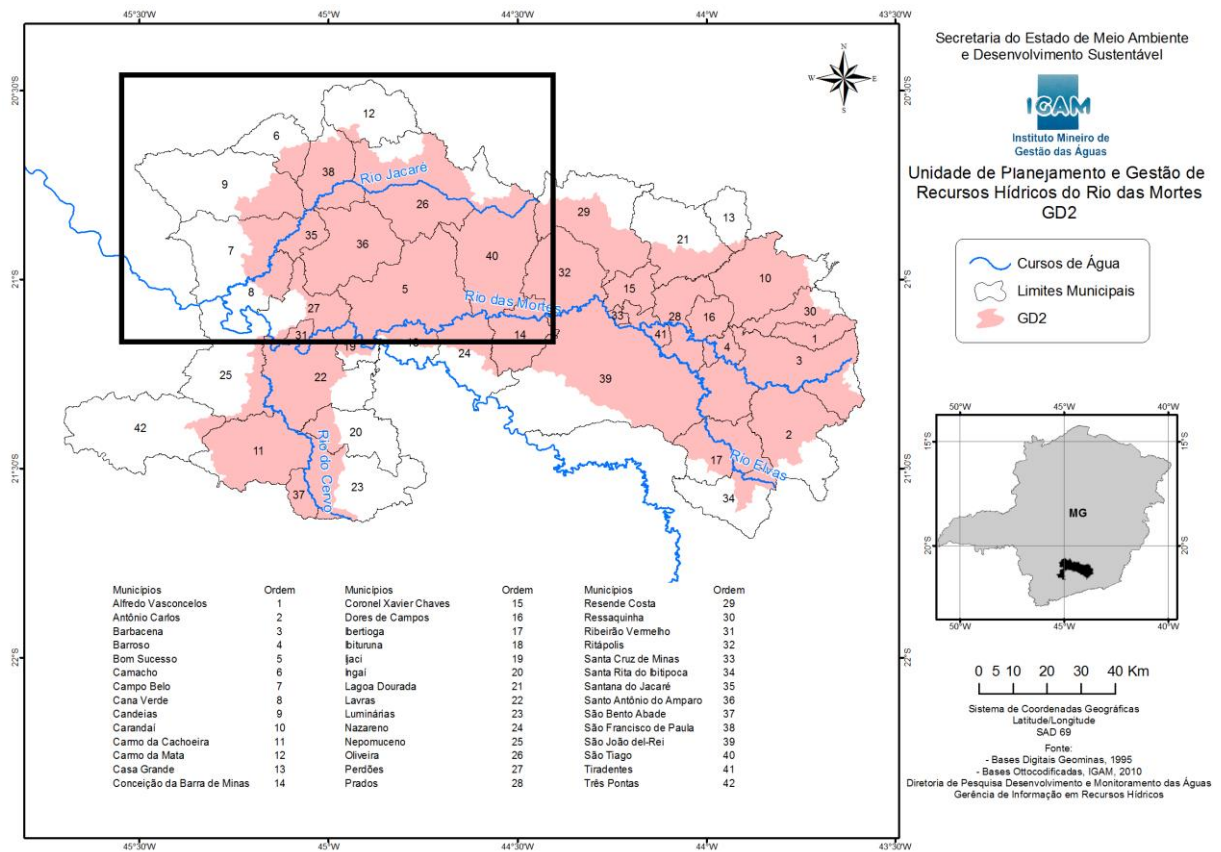
O início da exploração agrícola na região provavelmente data da colonização portuguesa, mas conforme o passar do tempo ela se tornou mais intensa. Os projetos desenvolvimentistas ocorridos após a chamada Revolução Verde² aceleraram o processo de degradação do Jacaré. O Projeto Pró-Várzea, levado a cabo em 1979 retirou do rio seus meandros para que se cultivasse às suas margens, agravando o assoreamento; com o crescimento da população e a urbanização aumentou a poluição gerada pelo esgoto sem tratamento lançado ao rio; foram construídas três pequenas centrais hidrelétricas; cresceram os projetos de irrigação e a extração predatória de areia, que hoje é apontada por muitos como o principal problema do Jacaré. Todos esses fatores são pequenos processos que se conectam e tornam o cenário mais difícil de ser compreendido: como as causas da degradação são múltiplas, elas se confundem e são difíceis de serem interrompidas. Também é preciso esclarecer o que se deve a processos longínquos temporalmente e o que se deve às atividades que acontecem no momento atual.

O objetivo deste trabalho é o estudo das interações entre o rio Jacaré e a população do município de Oliveira, na tentativa de compreender como se dão essas relações e quais ideias de natureza as perpassam. Procuro, também, compreender porque o rio chegou a esse nível de degradação e o que está sendo feito para que se recupere. A perspectiva adotada é a do rio como *coisa viva*, um emaranhado em permanente construção, que é perpassado pela população de Oliveira e que transborda em suas vidas. Nossa proximidade com os rios é

² Revolução Verde é o nome dado ao conjunto de inovações tecnológicas utilizadas a partir dos anos 1950 que modificaram o modo de produção agrícola a nível global. Essas inovações incluem o uso de agrotóxicos, máquinas e técnicas modernas de agricultura.

maior do que imaginamos, não apenas porque sem água morreríamos, mas porque eles nos habitam em memórias, afetos, enfim, podem ser atores fundamentais no que chamamos de *nossas vidas*. Sem o Jacaré não haveriam pescarias em família, memórias de infância, trabalho, alimento. Não estamos sozinhos no mundo nem somos dele senhores. Portanto, este trabalho é situado dentro de uma perspectiva que visa a preservação do mundo natural.

Nenhuma pesquisa é neutra, visto que toda pesquisadora carrega a visão de sua cultura, seu lugar no espaço social, sua própria história de vida, mas toda pesquisa deve seguir parâmetros, métodos que possibilitem compreender uma realidade, por isso, discuto abaixo como este trabalho foi feito e quais perspectivas teóricas o orientam.



Mapa com as cidades banhadas pelo rio Jacaré. Fonte: IGAM

Metodologia

O Jacaré é um rio extenso e múltiplo. Em alguns lugares é fundo, em outros é raso, em alguns pontos existem cachoeiras, em outros, ilhas. As atividades às suas margens são muitas e o rio também corre na memória dos que viveram com ele. Às histórias dos bichos, não tive acesso, tampouco conheço os mistérios da água, da areia ou de suas pedras. Não pude percorrê-lo por completo e seus vestígios no tempo com certeza não foram todos mapeados. Pesquisar um rio é como carregar água na peneira- ou pescar água. Por isso mesmo este trabalho é sempre parcial.

Minha pesquisa tem como foco o trecho do Jacaré localizado na cidade de Oliveira, que foi escolhida como delimitador espacial deste projeto por ser minha cidade natal e onde estão algumas nascentes do Jacaré. Também existe no município uma crescente mobilização de organizações da sociedade civil e alguns órgãos institucionais no que tange à recuperação e preservação do rio, o que influenciou nessa escolha. Vale lembrar, aqui, que os objetos de pesquisa podem existir de forma complexa em termos de espaço. Mesmo um rio, que tem uma delimitação geográfica bem marcada, se liga a uma rede de atores extensa, que pode se expandir para bem distante dele e continuar influenciando diretamente em sua existência. Por isso, nesta pesquisa foram feitos campos no rio Jacaré, no escritório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, na praça central de Oliveira, em grupos do *facebook* etc.

Utilizei a etnografia como método principal. A etnografia é um modo de produzir conhecimento através de um intenso envolvimento intersubjetivo, constituído de uma vivência comum e um período relativamente extenso de imersão em uma realidade. Inicialmente, a etnografia significava longas estadias da etnógrafa junto ao povo- geralmente distante- pesquisado, para que pudesse, a partir de sua observação e participação na vida cotidiana, dizer sobre aquele povo de maneira científica. Atualmente, porém, a etnografia tem sido feita em diversos contextos, buscando, mais do que a voz da etnógrafa como explicadora da realidade social pesquisada, a polifonia dos atores que constroem, juntos, uma pesquisa etnográfica (CLIFFORD, 1998).

A Antropologia sempre privilegiou as micro relações e o trabalho de campo (GEERTZ, 1989), o que permite observar como processos macrossociais operam na prática e no dia a dia das pessoas. A variação de escalas é essencial para este trabalho, pois os indivíduos fazem a

história num mundo marcado pelas estruturas macrossociais, ao mesmo tempo em que negociam com elas e as modificam (SAHALINS, 2008). Parafraseando Revel (2010), os atores sociais – os do passado e os do presente –devem ser recolocados no coração dos processos sociais para que tentemos compreender a maneira pela qual eles intervêm na produção desses processos. *“Toda realidade histórica maior, assume sua forma e seu sentido numa pluralidade de mundos sociais”* (REVEL, 2010, p.443), diz Revel e

as grandes transformações que alteram profundamente a face da Terra não existem em nenhuma parte a não ser pela ação de atores que, na lógica dos contextos peculiares da sua experiência social, se esforçam em garantir para si um lugar, isoladamente e/ou com outros (REVEL, 2010, p.444).

É nesse jogo entre estrutura e ação que se insere o rio Jacaré e os atores que se relacionam com ele, que se movem a partir de um contexto maior, seja de destruição do meio ambiente ou de sua preservação, ao mesmo tempo em que constroem esse contexto.

A pesquisa aqui apresentada teve início em 2016, quando escrevi minha monografia de conclusão de curso intitulada “Se rio falasse... um olhar antropológico sobre a degradação do rio Jacaré”. Desde então foram realizadas incursões a campo, conversas informais e cerca de 20 entrevistas em profundidade. Nas entrevistas busquei pessoas que representassem grupos sociais diversos, que se relacionam com o Jacaré com objetivos diferentes, como moradores, frequentadores ocasionais, agentes do Estado, ambientalistas, produtores rurais, entre outros, isso para que pudesse conhecer modos variados de interação com o rio e também de construções simbólicas sobre ele. Também fiz uso de fontes documentais, como livros sobre a história de Oliveira, livros de cronistas e contistas da cidade, poemas e 340 edições do jornal Gazeta de Minas, cobrindo todas as edições publicadas nos anos de 1956, 1966, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2016. A Gazeta de Minas é o jornal mais antigo de Minas Gerais e um dos mais antigos do país, o que constitui uma fonte privilegiada de informações históricas.

Aqui vale lembrar que o debate sobre Antropologia e História é controverso, pois durante muito tempo a história foi deixada de lado na disciplina antropológica por ser entendida como possível apenas em sociedades possuidoras de registros escritos, o que impossibilitava a análise na maioria dos contextos etnográficos clássicos (SCHWARCZ, 2005). Ainda é comum que se leve em conta apenas o presente em etnografias, mas, como

aponta Lévi-Strauss, todas as sociedades possuem história, mesmo as que não possuem “diários de infância e adolescência” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.75).

No caso dos seres não humanos a questão se torna ainda mais complicada, pois tanto na Antropologia quanto na História obtemos a maior parte das informações em nossas pesquisas através da fala de nossos informantes ou dos registros escritos e os não humanos não utilizam a linguagem verbal, nem escrevem. Entretanto, se olharmos com atenção, este fator não impossibilita a pesquisa, pois mesmo que não tenham fala, esses seres estão inscritos nas narrativas humanas, basta saber procurá-los (Cf. CABRAL, 2014).

O trabalho, portanto, foi seguir rastros, seja em documentos ou memórias, considerando que os humanos são parte de um processo geral em que “*tomam parte, ao lado de outros seres, no processo em que a socionatureza transforma a si mesma*” (CABRAL, 2014, p.50) e não onde são os únicos agentes, dando forma a um mundo natural que é passivo. Os humanos não são os atores e o ambiente o cenário, mas ambos são personagens e cenário ao mesmo tempo. Busca-se, nesta perspectiva, reconectar os humanos e o mundo, através da reescrita de sua história comum (CABRAL, 2014).

Embora este trabalho priorize o tempo presente, a história é um ponto chave para se compreender a situação do Jacaré, pois os processos de degradação que estão em curso são desdobramentos de modos de viver e significar o mundo que podem ser remontados a fatos tão antigos quanto a colonização portuguesa do território que hoje chamamos de Brasil. A modernidade, inaugurada pela conquista das Américas, instaurou um novo modo de relação com a natureza, que era exportada do sul global para a Europa, alimentando a acumulação primitiva de capital que possibilitaria a expansão do sistema capitalista pelo mundo (QUIJANO, 2005; ACOSTA, 2016).

Compreendo por capitalismo o modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho humano. Seguindo Quijano (2005), não considero que apenas o trabalho assalariado defina o capitalismo, e sim que vários sistemas de trabalho, incluindo a escravidão, foram e são utilizados neste sistema. O capitalismo também parte da divisão do mundo pela ideia de raça e de gênero, sendo que raças consideradas inferiores e mulheres em geral historicamente têm vivido regimes de trabalho específicos e ainda mais exploradores.

O capitalismo originou a grande transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias, que podem ser trocadas por capital, e desta forma acumuladas (POLANYI, 2000). Suas contradições não residem apenas nas relações de trabalho, mas também no fato de

ser um sistema que precisa se expandir constantemente, produzindo novas mercadorias, inventando novas necessidades, que devem ser saciadas usando cada vez mais “recursos naturais”, o que pode nos levar a um colapso ambiental. Este colapso pode vir através de grandes catástrofes- como ciclones, rompimentos de barragens- ou de processos lentos e silenciosos, como a agonia do Jacaré, que não se deve a um grande evento, nem a um único vilão, mas ocorre aos poucos como consequência da exploração econômica.

A ideologia econômica vigente é reproduzida discursivamente através do imperativo do desenvolvimento, que marca o tom das relações com o meio ambiente em nossa sociedade, muitas vezes em conflito com outras racionalidades, como as de povos indígenas e quilombolas. Por isso é importante contar outra história, que leve em conta os povos que viviam às margens do Jacaré antes e durante o período colonial. No site do IBGE, diz-se que os primeiros a penetrarem a região de Oliveira chegaram no século XVII em busca de ouro, o que está longe de ser verdade. Minas Gerais era povoada há milhares de anos por muitos povos. Matar essa história é uma forma de construir um entendimento do mundo onde outros modos de viver são vistos como ultrapassados, primitivos, ou, pior ainda, como inexistentes. Da mesma forma, colocar a natureza como desprovida de história também corrobora para compreendê-la como um simples agregado material, sem sentidos, afetos ou importância que não seja a econômica.

Do ponto de vista metodológico, é preciso deixar claro que não pretendo fazer uma etnografia que cubra todos os aspectos da vida do Jacaré e que a história contada aqui é constituída de episódios, principalmente os citados pelos entrevistados como cruciais para compreender a degradação do rio. Utilizei a História para aprofundar a análise etnográfica e para ampliar nossa visão acerca do Jacaré, assim como utilizei em alguns momentos outras disciplinas, como a Geologia. Os estudos socioambientais, devido à sua complexidade, são sempre interdisciplinares, mas aqui a perspectiva principal será a da Antropologia, que vem construindo um rico debate sobre o conceito de natureza sobre o qual vale a pena nos determos um pouco mais profundamente.

A “natureza” como assunto

O conceito de natureza é bastante polissêmico e pode significar diversas coisas, entre elas o universo como um todo, a essência de um ser ou conjunto de seres, o que não foi construído pelo ser humano ou o que existe sem ter sido ainda modificado por ele. O fato é que o conceito de natureza como o conhecemos vem de uma fissura, que coloca de um lado o que é espiritual, consciente, subjetivo e humano e de outro o que é material, inconsciente, objetivo e natural. Embora o ser humano às vezes seja visto como uma mistura desses dois domínios, a ideia de que a natureza é um agregado material exterior ao ser humano é bastante difundida: enquanto nós teríamos também nossa realidade subjetiva, a natureza seria apenas objetiva, e, portanto, passível de ser conhecida objetivamente através da ciência.

O pensamento ocidental, principalmente a partir do advento da modernidade, se constituiu baseado em binarismos, entre os quais a dicotomia entre natureza e cultura, que está na base da ciência moderna. Esta foi dividida entre as ciências naturais, dedicadas ao estudo do mundo como ele é (e apenas as sociedades ocidentais modernas teriam acesso ao conhecimento do mundo como ele realmente é) e as ciências humanas, com foco nas representações sobre este mundo, que são variáveis de cultura para cultura (VELHO, 2001).

A Antropologia, nascida no Ocidente, não escapou desta separação. Embora desde sua fundação estude as relações dos seres humanos com o ambiente, a disciplina pareceu pendular entre explicações que priorizavam a “natureza” e explicações que privilegiavam a “cultura”. Durante todo seu desenvolvimento é possível observar os embates entre os defensores da razão prática, que priorizam a luta pela sobrevivência dos indivíduos e muitas vezes entendem a cultura como um mecanismo adaptativo ao ambiente, e os adeptos da razão simbólica, que defendem que os membros de uma sociedade sobrevivem de uma maneira culturalmente marcada em um mundo significativo (SAHLINS, 2003).

Atualmente, essas perspectivas ainda existem e o debate continua, porém estão sendo levantadas outras questões, anteriores, que tomam o conceito de natureza não como um termo dado, mas como assunto. Algumas perguntas que se colocam são: existiria mesmo uma separação entre “natureza” e “cultura” em todas as sociedades? E na nossa, existe? Termos como “natureza” e “cultura” devem ser usados em todos os contextos? O que fazer em contextos onde “natureza” e “cultura” não existem, ou, se existem, significam outras coisas?

A transformação da natureza em assunto pode ser devida a muitos fatores. No mundo ocidental, a partir da década de 1970 o meio ambiente em destruição vem interpelando os

humanos e fazendo com que a natureza emergja nos discursos (VIOLA, 1992). O movimento ambientalista, devido a seu alcance, já é considerado por alguns historiadores como um movimento histórico, e não apenas um movimento social (PÁDUA, 2010). A separação entre natureza e cultura vem sendo dissolvida em várias frentes.

Autores da Ecologia Política mostram como essa separação foi importante para transformar a natureza na mercadoria abstrata *terra*, e transformar a gente sem-terra em força de trabalho, convertendo os indivíduos em átomos isolados de seus territórios e comunidades (PORTO-GONÇALVES, 2012). Existe uma alienação mais radical do que a exploração capitalista da mão de obra. Existe a alienação entre o sujeito e o mundo, que transforma a natureza em “*uma simples variável a ser ‘manejada’, administrada e gerida, de modo a não impedir o ‘desenvolvimento’*”(ZHOURI ET AL., 2005, p. 13). Perdeu-se de vista o imbricamento profundo entre humanos e não humanos e a crítica é justamente a esse mundo onde colhemos o fruto mas não pensamos na árvore, no solo, nos polinizadores.

Na busca de unir natureza e cultura, além da crítica da Ecologia Política, muitos estudos da ciência- como os de Bruno Latour- mostram que essa separação nunca existiu de fato. “Jamais fomos modernos”, pois os híbridos, seres que não estão nem no campo da natureza nem no da cultura, nunca proliferaram tanto quanto na modernidade. Num só artigo de jornal “*o papa, os bispos, as trompas de falópio e os fundamentalistas texanos reúnem-se em torno do mesmo anticoncepcional formando uma estranha legião*” (LATOURE, 2013, p.8). É visível que não há como separar os domínios da ciência. É preciso “*reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quanto forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e os exercícios de poder, digamos, a natureza e a cultura*” (LATOURE, 2013, p.9).

É preciso reatar o nó górdio com urgência, politizar os discursos sobre a natureza, pois ela nos interpela em catástrofes, secas, poluição, extinções em massa. Como apontam Danowski e Viveiros de Castro (2014), somos chamados a um movimento inaudito de *transdecendência*. Vivemos no Antropoceno, o ser humano já é considerado uma força geológica, produzindo mudanças climáticas no planeta. Assim, a Antropologia é chamada com mais força: não é ela que sempre estudou as relações do ser humano com o meio ambiente? Não é ela a disciplina que mostrou as formas com que outros povos viviam no mundo, muitas vezes em maior harmonia com ele do que nós? (MILTON, 1997).

Sim, a Antropologia sempre estudou a natureza, mas muitas vezes definindo-a a partir de sua diferença com a cultura. Agora, precisamos repensar a Antropologia. Desconfia-se até do que ela carrega em seu nome: estudo do homem? Mas o que é ser humano? Não se trata

mais de procurar o que é natural ou cultural, mas de entender o que é natureza e o que é cultura. Trata-se mesmo de concluir que em certos lugares não existem nem uma, nem outra.

Esse movimento crítico na Antropologia não se deve apenas à emergência da discussão sobre o conceito natureza no ocidente, pois se foi nele que a disciplina nasceu, foi muitas vezes longe dele que se criou. O contato com povos diversos sempre pautou as teorias antropológicas. A partir do pós-modernismo e da crítica às diversas formas de autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1998), na escrita e em campo, acirrou-se a necessidade de levar a sério a palavra nativa. A Antropologia é cada vez mais entendida como a “*teoria e prática da permanente descolonização*” (VIVEIROS DE CASTRO, In. LATOUR, 2011, p.177), além disso, muitos sujeitos, a partir de suas próprias lutas, podem hoje ser melhor ouvidos. Não se trata mais de apenas aprender *sobre* os outros povos, engordando os gabinetes de curiosidades, mas trata-se de aprender *com* outros povos, assumindo as consequências do discurso nativo para o pensamento ocidental. É preciso ouvir e levar a sério a palavra nativa, e os nativos podem estar falando coisas que explodem as bases da própria Antropologia. Em relação ao conceito de natureza, foi isso o que aconteceu.

O relativismo cultural permitiu que se pensassem as diferenças de representação ou entendimento do mundo, isto é, permitiu aceitar a diferença no nível do simbólico; porém, nunca se questionou profundamente sobre o mundo material, em suma, sobre a natureza. A natureza era um dado, o mundo real, material, era o que as ciências duras dizem que é, o resto eram representações sobre ele, mais ou menos fantasiosas. Ao longo do tempo e através de incursões etnográficas percebeu-se, no entanto, que nossas noções do que é uma cultura ou do que é a natureza não se aplicam ao pensamento nativo de vários povos. Além disso, dizer que o mundo em que alguém vive é uma mera representação do mundo passou a soar bastante etnocêntrico.

Philippe Descola (2013) mostra que as realidades sociais estão analiticamente subordinadas às realidades ontológicas. Isto é, não é possível descrever um contexto etnográfico sem levar em conta o que é o mundo daquele contexto: primeiro é preciso definir o que existe e como existe, para depois compreender as associações entre os seres existentes. Os estudos sobre o perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; 2002) vão nessa direção.

O perspectivismo pode ser definido como uma teoria, comum a muitos povos da América indígena, de que o mundo “*é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou*

peças, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p.225). Mas cada ser apreende o mundo de um ponto de vista não por possuir uma mentalidade diferente (como o relativismo cultural faria supor), e sim por possuir um corpo distinto. O ponto de vista está no corpo.

Num mundo perspectivista os seres não humanos veem a si mesmos como humanos, e veem os humanos como não humanos. O perspectivismo é um “multinaturalismo”, ou seja, existem múltiplos mundos, e não múltiplas representações sobre o mundo comum. O perspectivismo coloca em xeque nossa busca pelo conhecimento objetivo sobre um mundo que é externo. A sabedoria xamânica, por exemplo, está em assumir outros corpos para vivenciar outros pontos de vista, ou seja, outros mundos. Como aponta Viveiros de Castro (2002):

A teoria perspectivista ameríndia está de fato, como afirma Árhem, supondo uma multiplicidade de representações sobre o mesmo mundo? Basta considerar o que dizem as etnografias, para perceber que é o exato inverso que se passa: todos os seres vêem (‘representam’) o mundo da mesma maneira — o que muda é o mundo que eles vêem (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.238).

Fica clara a consequência específica do perspectivismo para a Antropologia: é impossível conciliar essa teoria com o pensamento antropológico pautado no relativismo e no multiculturalismo. No multiculturalismo o ponto fixo é a natureza, em volta da qual as culturas variam, mas o pensamento ameríndio é multinaturalista, ou seja, é a natureza que varia através dos corpos. Dizer que o fato da natureza variar é uma construção da cultura é uma contradição e uma desqualificação do pensamento nativo. Ao invés disso, Viveiros de Castro (2002) propõe aprender com os índios, e não apenas sobre eles.

Na Bíblia Sagrada (1986), o homem nomeia o mundo ao chegar ao paraíso. Ele define o que são as coisas. O perspectivismo ameríndio, pelo contrário, mostra que nosso mundo é um entre vários. O jaguar não é jaguar para si mesmo, ele não é o outro para si, nós humanos somos outros para ele. Trazendo para um contexto mais próximo ao nosso, se o mundo de um cachorro é preto e branco porque seu corpo assim o permite e nós vemos um mundo com cores não é motivo para desqualificar a existência do mundo-cachorro, a menos que se imagine uma primazia inicial do ser humano sobre todos os outros seres- o que não possui tanta lógica quanto pode parecer.

Esse debate é levado em consideração no presente trabalho, que considera a existência de um pluralismo ontológico. Pretendo mostrar como o rio Jacaré se multiplica em perspectivas diversas, mesmo entre os humanos. Embora no contexto desta pesquisa não existam diferenças ontológicas profundas entre os atores, o rio parece virar muitos rios, dependendo do ponto de vista. Em alguns momentos a diferença pode ser explicada em termos sociológicos: o fato de ser rico ou pobre, morador da zona rural ou urbana, ser pescador ou empresário, tudo modifica o modo como se vivencia e significa o Jacaré. Em outros casos, a diferença é, de fato, ontológica: o rio é morada de seres sagrados, ou estes seres nem existem? Há assombrações em alguns lugares ou não?

Não há como, em minha posição de antropóloga, descrever objetivamente o rio, o que posso fazer é compor um prisma de retratos, onde ele aparece de pontos de vistas múltiplos e em variados pontos do tempo. Este trabalho se compõe de retratos também por isso: são congelados no tempo. Enquanto escrevo, o Jacaré corre incessantemente, e continuará correndo quando você terminar de ler este texto. As muitas pessoas entrevistadas cujas vozes se farão ouvir nestas páginas me ajudaram na difícil tarefa de apreender um rio, que sempre escorre pelos dedos. Mas o fato de trabalhar uma “rede de pescar rio” não é um problema, e sim algo belo, pois o mundo sempre escapa às palavras e sempre há *“mais nas árvores do que nos livros”*.

No primeiro capítulo procuro apresentar o Jacaré e seu entrelaçamento com a população do município de Oliveira. Através das memórias dos moradores do município também busco relatar as mudanças observadas por eles no rio ao longo do tempo. O segundo capítulo é dedicado a compreender o processo de degradação do rio. Nele são descritas as principais atividades predatórias que acontecem atualmente e algumas que ocorreram no passado. No terceiro capítulo analiso mais detidamente a ação dos Estado, dos produtores rurais e da mobilização ambientalista oliveirense, mostrando as formas com que cada um desses grupos se relaciona com o Jacaré e o que essas relações apontam no sentido da construção de um futuro comum. À guisa de conclusão discorro sobre os possíveis caminhos que podemos seguir, que sejam menos destrutivos para nossas vidas e para o mundo.

CAPÍTULO 1

Na correnteza da memória: o Jacaré e os oliveirenses num emaranhado de vida



Rio Jacaré, 2016. Foto: Ana Paula Rodrigues

1.1- Rio: coisa viva

De acordo com o antropólogo Tim Ingold, deveríamos tratar o ambiente como uma malha onde as coisas se perpassam e não como uma rede que liga pontos já constituídos. Ele mostra como é difícil estabelecer onde uma coisa termina e a outra começa e considera que esse processo de entrelaçamento e formação entre as coisas é a própria vida. Sua proposta é a de uma *“ontologia que dê primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria”* (Ingold, 2012, p.26). Ingold considera que estabelecer a forma das coisas seria a própria morte, e que as

coisas estão sempre transbordando de si mesmas, encontrando-se com outras coisas, em emaranhados criativos e vivos.

Um rio, portanto, é a metáfora perfeita para a vida, pois ele se forma a todo instante. Como já dizia Heráclito, não se pisa no mesmo rio duas vezes: ao observá-lo podemos ver como ele muda ao longo do dia, dos meses, dos anos. Durante um dia pessoas podem fazer parte do rio enquanto nadam, peixes são retirados dele, o vento faz a água parecer mais calma ou revolta; os rios podem alternar períodos de estiagem com épocas de cheia; ao longo do tempo casas são construídas às suas margens, hidrelétricas podem modificar sua vazão, podem acontecer assoreamentos ou revitalizações.

Como todos os rios, o Jacaré é um emaranhado fluido de vidas: nele se juntam peixes, pessoas, árvores, areia. É difícil dizer o que é ou não rio, assim como é difícil dizer o que qualquer coisa seja, separando-a de tudo que a constitui. Como aponta Ingold, os processos criativos do mundo *“são linhas ao longo das quais as coisas são continuamente formadas”*. Quando se fala num emaranhado de coisas *“é num sentido preciso e literal: não uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento”* (Ingold, 2012, p. 27).

Os humanos também são emaranhados de vida e dentro de nós existem bactérias, alimentos, água. É impossível que haja humanos sem rios, assim como as pessoas são parte do que um rio é. Por isso, esta dissertação pretende tratar o Jacaré não como objeto, mas como coisa, no sentido proposto por Ingold:

a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (INGOLD, 2012, p. 29).

As coisas não estão prontas e fechadas em si mesmas, elas se constituem num movimento de constante entrelaçar de fios de vida, de outras coisas. Não há como dizer que um rio é apenas o correr da água, pois no próprio ato de descrever um rio somos levadas a falar sobre suas pedras, a vegetação de suas margens, as pessoas que dependem dele para seu sustento. Da mesma forma, não há peixe sem água ou planta sem terra, abelhas, ar. Nesse sentido, ao falar do Jacaré não estarei dizendo apenas do canal por onde a água escoia para sua desembocadura, mas também de seus afluentes, lagoas, brejos, do ecossistema à sua volta, das

vidas humanas construídas com ele. Obviamente, será necessário algum tipo artificial de delimitação, pois um rio se envereda por lugares inimagináveis e não é exagero dizer que “quando tentamos pinçar qualquer coisa por si só, nós encontramos essa coisa emaranhada a tudo no universo” (MUIR, in CABRAL, 2014, p. 50). Por isso, trato do complexo mais próximo ao rio no sentido geográfico do termo, com foco especificamente no trecho do Jacaré que está localizado no município de Oliveira. Porém, procuro seguir o rastro do rio na vida das pessoas e o rastro que as pessoas deixam no rio, mostrando como estão emaranhadas a população oliveirense e o Jacaré.

1.2- Histórias de rio e de gente

“Uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória” (SCHAMA, contracapa, 1996).

O Jacaré não é um rio famoso, talvez você nunca tenha ouvido falar dele, mas cerca de 137 mil pessoas precisam dele para sobreviver, isso sem contar os seres não humanos e a população dependente dos rios dos quais ele é afluente. Passando por Oliveira, São Tiago, São Francisco de Paula, Candeias, Campo Belo, Cana Verde e Santana do Jacaré, o rio é usado para irrigação de plantações, geração de energia, pesca, lazer, além do consumo doméstico. O rio explode em vida e em seu entorno podemos encontrar frutas silvestres como o Jatobá (*Hymenaea courbaril*) e a Gabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), animais como a jararaca (*Bothrops jararaca*), a preá (*Cavia aperea*), veados (*Artiodactyla*), lobos (*Canis lupus*), sem contar uma verdadeira orquestra de passarinhos, citada desde os primeiros escritos portugueses sobre a região (cf. OITICICA, 1882). Nas águas do Jacaré habitam bagres (*Siluriformes*), traíras (*Hoplias*), tilápias (*Tilapia rendall*), curimbas (*Prochilodus lineatus*), piabas (*Astyanax bimaculatus*), acarás (*Pterophyllum*), cambevas (*Sphyrna zygaena*), mas não tive notícias de nenhum jacaré (*Alligatoridae*), animal que dizem ter existido por ali no passado.

Em termos geomorfológicos, a região do rio está no domínio de compartimentação conhecido como superfície cristalina do Alto Rio Grande, ou planalto Sul de Minas. Essa região possui relevo ondulado com altitudes variando de 900 a 1.100 metros, onde predomina

um clima tropical de altitude. (PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA, 2011). Se ampliarmos nossa escala, veremos que o Jacaré está localizado na bacia do Rio Grande, que por sua vez participa da bacia do rio Paraná, afluente do rio da Prata. O rio da Prata encontra o mar já em território argentino. No mapa, os rios são linhas azuis num emaranhado, muitas vezes interligando-se uns aos outros, seguindo assim caminhos longínquos. Quando chegamos perto, porém, podemos ver que cada rio possui sua identidade, sua história e uma infinidade de vida.

O Jacaré é um rio perene e possui períodos de cheias nos quais a água inunda suas várzeas, geralmente nos meses chuvosos, de novembro a março. Em suas margens não existem muitas árvores frondosas, nem florestas, e a mata nativa de seu entorno se constitui de arbustos e gramíneas. A região de Oliveira comporta os biomas do cerrado e mata atlântica, sendo uma área de transição, e a paisagem do rio é constituída por suas águas de cor castanha, muito pasto ao redor, plantações de eucalipto, café e outros gêneros, como o tomate. Os nomes de seus afluentes contam a história do lugar: Córrego do Cágado, do Urubu, do Mateus, do Guilherme, Ribeirão da Batalha, enfim, são inúmeros pequenos cursos d'água que confluem para o rio e carregam em seus nomes bichos, pessoas, acontecimentos. O Jacaré nos conta uma história muito antiga, que diz sobre o rio, mas também sobre o mundo e sobre os povos que viveram ali.

Um rio se multiplica em suas miudezas e a Antropologia tem o olhar microscópico como uma de suas vantagens. Sem negar a importância de aspectos mais gerais em que o contexto etnográfico está inserido, a etnografia procura se deter com profundidade em localidades específicas, muitas vezes pequenas comunidades, onde a antropóloga pesquisa conversando com as pessoas, observando, participando do cotidiano. Seguindo essa tradição, conversei com moradores e ex-moradores das proximidades do Jacaré, agricultores, agentes do Estado, frequentadores ocasionais, diversas pessoas que tiveram com o rio alguma relação. Procurei compreender o que essas pessoas entendiam por natureza e como se relacionavam com mundo, também procurei refletir sobre como esses modos de existência influenciavam na degradação ou conservação do rio. Ao buscar pessoas que representassem grupos sociais diversos, que se ligam ao Jacaré por motivos diferentes, tive como objetivo multiplicar as imagens do rio, ou, usando as palavras de Geertz (1989), “ampliar o discurso humano” em relação a ele.

No município de Oliveira, o Jacaré se localiza na zona rural, mas podemos achar seus vestígios na cidade. Ele está no corpo de praticamente todos os moradores, que bebem a água retirada de seu leito ou da sub-bacia do Córrego dos Bois; está nas histórias que as pessoas carregam; em alguém que caminha vestindo a camisa da campanha “Todos pelo rio Jacaré”; na rua rio Jacaré; no fubá vendido na feira, feito em moinho d’água. No decorrer desta pesquisa muitas pessoas pensaram que não sabiam nada sobre o rio, algumas até me disseram para procurar outras pessoas, que teoricamente sabiam mais. No entanto, à medida em que as entrevistas se desenrolavam, surgiam histórias marcantes, episódios cotidianos, reflexões, tudo isso tendo o rio como personagem principal, um agente ativo e companheiro de vida.

Esse companheirismo fica nítido nas memórias de infância de Jandira, cantineira e ex-moradora dos arredores do Jacaré em São Tiago, que me contou saudosa suas peraltagens no rio, caminhando pelas várzeas alagadas na volta da escola- para o desespero de sua mãe. O policial florestal Antônio Vargas também carrega na lembrança as brincadeiras no Jacaré: observando juntos um trecho muito raso do rio, próximo à fazenda Jacaré, ele me contou que o lugar era fundo e que, nos dias de descanso, seu pai levava um pneu de caminhão que Antônio e seus irmãos usavam como boia para que pudessem ser levados pelo rio, sendo resgatados pelo pai bem mais adiante.

Além de companheiro de brincadeiras de inúmeras infâncias, o Jacaré é fonte de inspiração para poetas como Márcio Almeida. Em entrevista, ele foi um dos que disseram não saber nada sobre o rio, disse que vivia na cidade e não conhecia muito o Jacaré. No entanto, logo fiquei sabendo que ele chamava a região da Usina, às margens do rio, de “Tormes”, uma referência ao idílico lugarejo do romance “A cidade e as Serras” (2012) de Eça de Queiroz. Na década de 1970, quando a pequena central hidrelétrica da companhia portuguesa Luz Boa estava a todo vapor, Márcio namorava a também poeta Maria Célia Nicácio, que era professora na escola que recebia os alunos da região próxima à Usina. Relatando essa época, Márcio Almeida conta:

Eu frequentei muito, ia muito mesmo lá pra Usina. Eu tinha acabado de fazer o exército, tava numa vagabundagem enorme, não fazia nada, a não ser escrever. Aí eu ia pra lá e se deixasse eu mudava. Eu chamava lá de Tormes. [...] Eu escrevi muito na Gazeta, chamando a Usina de Tormes. E lá existia uma vida, toda ela calcada no rio Jacaré. Se você tirasse o rio não existiria nada ali, absolutamente nada. Mas não, como tinha o rio havia várzeas, e nessas várzeas se plantava arroz, se plantava milho, se plantava feijão. Muito mesmo. Eu me lembro de um senhor, seu Vasco Machado, que tinha uma fazenda logo pra cima da grande cachoeira, lá tinha um

campo de futebol, onde a gente jogava, jogava bola com o pessoal que morava lá, que trabalhava. (...) Tudo isso em função do rio Jacaré, que fornecia esse elemento vital que é a água (Márcio Almeida, 2018, em entrevista).

Muitos poetas visitaram a região da Usina, como Roberto Reis, Barroso Filho e Iara Manata, que iam passar férias na casa de Maria Célia. Esta última produziu uma poesia carregada de sua vivência próxima ao Jacaré. Um dos poemas que expressa o encantamento por este lugar é “Definição”, que diz:

*“Eu quero a palavra brejo- e juncos e samambaia.
Avencas.
Eu quero o milagre de Ceres: roça plantada, paióis cheios
semente fecunda no escuro da terra;
milho verde, cheiro de mato,
sorriso bom e gota d’água-equilibrada na folha do inhame.
Eu quero a cantoria das cigarras,
árvores, sombra, raiz.
Alarido de pássaros e domesticidades de animais.
Eu quero borboletas e todos os cascalhos dos rios
a minha infância
entre seixos, pedras, gravetos
Estas lembranças (...)”
(ROCHA, 2006, p.13)*

O rio está presente em crônicas, poemas, relatos históricos, notícias de jornais. Em alguns casos implicitamente, como na poesia de Maria Célia, em outros de maneira mais explícita, como no poema do ativista ambiental Israel Ramos, que narra o caminho feito por ele da nascente à desembocadura do Jacaré:

*“Quem vem do Ouro Fino,
Trazendo o ouro mole,
Pra quem desce, ele está subindo,
Saciando a sede de muitas proles.*

*As águas turvas saem do berço
Rumando sem rumo pro seu destino
Com contas de um rosário, de um terço,
Com cúmplices de estrada vai se unindo.
Seguindo o rastro das Oliveiras,
Emoldura a Serra dos Alemães, o Morro do Ferro,
Se precipita na primeira de muitas cachoeiras,
No estrondo de um grito, de um berro.*

*E lá vai ele, cortando terras, estradas,
Quem é ele, quem o viu,
Na ponte de ferro, nos Andradas,
Tombo irmão da queda do Anil.*

*Gerador de força, e agora manso,
Já caudaloso segue em busca de descanso,
Doando sombra em seus remansos,
Depois do salto do Veloso.*

*Os seus artífices, córregos,
Ribeirões e muitas minas,
Agora se curvam diante do mar maior
O lago de Furnas, o mar de Minas.”*

(RAMOS, 2006, p.12)

Além de viver nas letras de quem nele se inspira, o rio era e ainda é um importante espaço de lazer para a população oliveirense. Muitas famílias se reúnem às suas margens para churrascos, pescarias, acampamentos. Relembrando suas memórias da Usina, Márcio Almeida conta que as pessoas iam da cidade para lá, muitas utilizando o transporte público que ia de Oliveira para o distrito de Morro do Ferro e tinha uma parada no local:

As pessoas nos feriados, nos domingos, ajuntavam as famílias, iam pra lá, faziam um pic nic, nadavam, conviviam ali com os bichos. Tinha muito bicho. Muito passarinho, muito pato. Esses bichos que ficam na beirada d'água. Agora, o que mais impressionava era a quantidade de peixes. O pessoal saía lá da Usina e falava: eu vou buscar um peixe pra jantar. E pegava o peixe. Dava muita traíra, muito bagre, bagre grande. Era empolgante a pescada. E as pessoas que não frequentavam clubes em Oliveira, clube, porque havia só o Oliveira Clube, iam pra lá. Iam de manhã, voltavam à noite, algumas famílias acampavam lá. E tinha uma praia de areia muito bonita, uma areia branquinha, e ali ficavam, faziam uma fogueira... (Márcio Almeida, 2018, em entrevista).

A Usina, para Márcio Almeida, é como uma praia da memória, um lugar de encantamento. Em muitos momentos pensou em se mudar para este povoado de poucas casas espalhadas, mas não teria meios para sobreviver no local. O Jacaré, para ele, é um rio de unidade municipal, que congrega os moradores de Oliveira, zona rural e distrito de Morro do Ferro. Através de outros entrevistados pude perceber que o rio também é um meio de comunicação regional, visto que muitos pescadores recreativos frequentam o Jacaré nos municípios vizinhos, e alguns até se aventuram em viagens pelo rio, de canoas, barcos ou caiaques.³

Sobre a vivência na Usina, Márcio Almeida ainda comenta:

Era diferente, você sentir que você tinha um *modus vivendi* aquático, perto da cidade né. Com praia, com água. Você andava 20 metros no meio do mato você tava colhendo pitanga, você tava comendo gabiroba, entende? Dava muito, muito. Você andava um cadinho assim, inclusive cobra né (Márcio Almeida, 2018, em entrevista).

Hoje em dia ele não tem coragem para voltar lá:

³ Em estudo realizado na década de 1970 (*3P PESQUISAS, PLANEJAMENTOS E PROJETOS S.A., 1973*) lemos que “*a pesca é prejudicada pela existência de barragens à jusante, e pela pequena profundidade dos leitos arenosos do Rio Jacaré e seus afluentes. Pelas mesmas razões a navegação é impraticável*” (*3P PESQUISAS, PLANEJAMENTOS E PROJETOS S.A., 1973, p.158*). Os autores se referem à pesca profissional e à navegação de grandes proporções, pois se trata de um estudo com objetivo de acessar projetos de desenvolvimento econômico na região. Porém, a pesca recreativa é muito comum no rio e seus afluentes, e a navegação por pequenos barcos acontece em alguns locais e no lago da barragem de Furnas, onde o rio deságua.

Eu nunca mais fui lá, nunca mais. Passo ali na porta indo pra Morro do Ferro e tal, mas você sabe que me faltou coragem? Eu acho que eu tive tanto encantamento por aquilo ali, que eu falei comigo mesmo, eu tenho um receio de chegar e falar ‘pô, cadê?’. Eu tenho aquele pânico assim do ‘E agora, José?’ ver cadê a usina, cadê a cachoeira, cadê a praia? (Márcio Almeida, 2018, em entrevista).

De fato, visitei o lugar depois de nossa entrevista e não vi muito do que foi contado. Quase não dá para ver a paisagem em meio às cercas da Usina e de uma fazenda próxima. Amanda Vargas, vereadora e esposa de Márcio Almeida, comenta com tristeza que as novas gerações talvez não conheçam os prazeres de vivenciar o rio e a cachoeira. A Tormes de Márcio Almeida agora é propriedade privada, comprada por um industrial da cidade para a criação de mulas. Amanda comenta: “*como pode uma cachoeira ter dono?*”

Do que contaram, só reconheci uma igreja, onde há muitas décadas eram feitas Romarias que uniam a população rural dos arredores. Os mais próximos vinham a pé, os mais distantes à cavalo. Apenas de vez em quando aparecia um padre na igreja, mas as pessoas se reuniam sempre para rezar. Segundo Márcio Almeida: “*aos domingos havia uma reza, porque lá tem uma capela, uma orada, como todo povoado tem. Então vinha todo mundo da região, fazia a oração ali e tal, depois tinha um café. Porque aquela região ali, se não tiver um café, aí não existe né*”. Não consegui saber se a Capela da Usina ainda é local de Romaria, mas Morro do Ferro, que está ao lado, ainda mantém viva essa tradição.

O Jacaré tem sido habitado ao longo do tempo por histórias de fé. Romarias e rezas acontecem nas comunidades às suas margens, incluindo uma grande festa no município de Santana do Jacaré, que ocorre de 10 a 12 de outubro. A festa celebra o aniversário da cidade e também o dia de Nossa Senhora Aparecida, por isso, o rio participa da festa, sendo personagem central do teatro que conta a história da santa, que foi encontrada por escravizados dentro de um rio. No Jacaré também são realizados rituais de outras religiões, principalmente de matriz africana, que têm em seu panteão deusas como Oxum, senhora das águas doces, Xangô, das cachoeiras e pedreiras, e Iemanjá, que também é uma deusa das águas.

Mas nem só deuses habitam o rio. Diz-se que na Pedra do Lençol, no município de Candeias, existem muitas assombrações e reza a lenda que pessoas vão ao local para fazer pactos satânicos, encontrando um bode que obriga o pactuante a assinar um documento com o próprio sangue, garantindo a entrega da alma. Se isso é verdade ou não, não sei dizer, o fato é que essa e todas as outras histórias aqui relatadas não existiriam sem o Jacaré. Sua presença e

ação nas cidades por onde passa é essencial para a sobrevivência das pessoas e também para a construção de suas vidas num sentido mais amplo.

Como aponta Diogo Cabral (2014), nossas histórias são cheias de agentes não humanos, que interferem em nossas ações:

As coisas e os seres não humanos ao lado dos quais vivemos, cotidianamente, nunca são unicamente objetos. Eles também são sujeitos ou personagens. Embora tendamos, no geral, a enfatizar os humanos e suas atitudes e pensamentos, quase todas as histórias que nós narramos, se pensarmos bem, estão recheadas de seres não humanos (Cabral, 2014, p. 24).

Mesmo assim ainda é muito comum que não se considere os seres não humanos como agentes, numa confusão entre agência e consciência. Dizer que um rio age não significa dizer que sua ação é intencional. Para Latour, ator é *“qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença”* (LATOURE, 2012, p.108). Assim, as perguntas que devemos nos fazer ao procurar um agente é: ele faz diferença no curso da ação de outro agente? Podemos detectar essa diferença através de alguma prova? Se a resposta for sim, temos um agente. Isso não quer dizer um determinismo ambiental ou material, mas apenas que se considere que os humanos não desenvolvem a história pairando sobre o mundo, e sim tomamos parte no mundo, agindo junto com outros seres. É inegável que

embora não possam jogar xadrez ou conversar sobre a última rodada do campeonato de futebol, nossos companheiros não humanos de existência- agentes, estruturas e processos que não criamos em nenhum sentido essencial- participam ativamente na conformação de nossa vida e de nossa experiência (CABRAL, 2014, p. 24).

Também é importante lembrar, e percebemos isto bem por estes breves relatos, que o rio não é o mesmo, nem possui o mesmo significado para todos que se relacionam com ele. Em alguns momentos essa diferença pode virar contradição e disputa, principalmente quando estão em jogo as consequências de sua apropriação econômica. O Jacaré está bastante degradado e muitas atividades econômicas acontecem utilizando suas águas ou em suas margens, trazendo problemas ao solo que dificultam a recarga de sua bacia hidrográfica. Todos os entrevistados citaram a degradação do rio, mesmo quando não foram perguntados sobre isso, e todos faziam questão de dizer como ele era antes. Por isso, vamos nos deter um pouco mais sobre esse aspecto.

1.3- As transformações do rio

Em diversas entrevistas realizadas com moradores e frequentadores do rio, eles se lembram de quando o rio era fundo em alguns trechos e das grandes enchentes que inundavam suas várzeas. Quando perguntei ao produtor rural Sebastião Viana sobre suas memórias, ele me contou a seguinte história:

Eu lembro, mas bem ainda. Eu era novo, passava nele à cavalo, pra cima da Usina que tá desativada hoje. Eu juntava creme, porque não tinha linha de leite. Tinha uma desnatadeira nas fazendas, cada fazendeiro tinha uma desnatadeira. Tirava a gordura, o creme do leite, e dava o leite desnatado pros porcos. E aquele creme era pra fazer manteiga, quem comprava era uma firma de Carmo da Mata. Meu pai é que agenciava, que comprava os cremes dos fornecedores, eu e um outro juntava. Eu era criança, menino de escola, chegava um cavalo, ou dois, geralmente era puxando um ou tocando. (...) Desde a idade de nove anos eu rodava perto de Morro do Ferro, ali, eu conheço aquilo lá tudo assim, andando a cavalo. E o rio, quando eu tinha que buscar creme do lado de cá, tinha dia que o rio não dava passagem, eu tinha que carregar as latas no ombro, com muita dificuldade, eu passava na ponte da Usina, porque o caminhão pegava o creme lá na Usina. (...) E teve um ano que choveu 96 dias, que o caminhão passou a não passar ali nas quatro pontes, depois da igreja da Matinha, choveu 96 dias, era só enchente ali, aí teve que comprar mais oito burros pra trazer os creme aqui onde é o Halim. Vinha por fora do rio. Já pensou? Dava uma parada assim e a chuva vinha de novo, e chuva grossa, o rio só cheio, só cheio. O ano eu não sei, eu devia ter 10 anos, por aí, quer dizer que isso deve ter 70 e tantos anos (Sebastião Viana, 2018, em entrevista).

Quase todos que entrevistei tinham lembranças de alguma cheia do Jacaré. No povoado do Jacaré, Antônio Vargas, policial florestal aposentado, mostra até onde a água costumava ir quando chovia, muitos metros ao lado do rio. Na mesma região, o pecuarista João Nery me conta que no período das cheias a água encobria a ilha que avistamos do alto do morro. Há alguns anos, porém, um dos braços que circundava a ilha chegou a secar. Tive notícias de uma cheia que ocorreu há três anos (2016), mas não tão intensa como era costume décadas atrás.



Ilha próxima à fazenda Jacaré. Toda a planície visível na foto já foi alagável.

Foto: Ana Paula Rodrigues, 2018

João observa que não há mais peixes como antes, principalmente o bagre. Do alto do morro ele me mostra uma lagoa onde costuma pescar, que segundo ele está assoreando devido ao uso dos solos ao seu redor, que são arados, o que leva os sedimentos para dentro dela. Para ele, o principal motivo da falta d'água no Jacaré é a quantidade de plantações de eucalipto no local. O eucalipto resseca a terra, e de sua propriedade podemos observar extensas plantações: uma tem cerca de 40 alqueires, e logo ao seu lado existe outra plantação, de um proprietário diferente. No caminho pude observar os fornos carvoeiros da empresa Gerdau.



Fornos da empresa Gerdau, próximos à fazenda Cafundó.

Foto: Ana Paula Rodrigues, 2018.

A pescaria é um dos motes dos frequentadores do Jacaré, que era considerado um rio extremamente piscoso. O poeta Márcio Almeida conta que

Quando era muito novo, novo mesmo, 13, 14 anos, 12, o programa ecológico que existia era ir pra beirada do Jacaré. Nadar, pescar, e pescava. Isso que toda vida me impressionou nesse rio, inclusive algumas vezes eu fui até com meu pai. Levava uma varinha, e pegava ali uma fileira de peixe. Todo mundo pegava peixe. Ia pra casa e fazia as fritadas. Deu muito peixe o Jacaré (Márcio Almeida, 2018, em entrevista).

Cícero José, que passou a infância na beira do Ribeirão Lambari, um dos afluentes do Jacaré nos Campos, povoado do município de Carmo da Mata, conta que pescava para comer quase todos os dias. Com cerca de 11 anos de idade ele sempre ia ao córrego com seu pai, familiares e outras pessoas do povoado para pescar. Maria Pereira, sua esposa, também comentou que pescava nessa época, ia muito pescar com seu avô, no mesmo córrego. Cícero sempre foi um pecador, isso é parte da sua constituição. Ele é dono de um bar onde há uma

foto com dois grandes peixes- um orgulho. Das pescarias no Lambari, passou-se à pescaria no rio Jacaré, até em outras cidades, como Santana do Jacaré. A pescaria era motivo de viagens para locais distantes, como o Pantanal, ou mais próximos, como a represa de Furnas (onde o Jacaré deságua). Pescar é uma das atividades de lazer mais difundidas da região, e, como pude perceber por estes relatos, também era uma importante fonte de alimentos numa época em que a população era bastante empobrecida. O ativista Ildeano Silva chama atenção para este ponto ao ser perguntado sobre a importância do Jacaré:

Quantas pessoas que vão nas várzeas buscar até alimento ne, que seja o peixe, que seja uma planta pra comer pra levar para a mesa, mas que por outro lado já vai começar a ter essa dificuldade e as empresas já começam a plantar ou a fazer suas lagoas artificiais para poder vender o peixe para a população sendo que ele tinha de graça no rio e hoje já não tem mais. Ou quando encontra algum peixe em algum rio corre o risco de comer um peixe que tá contaminado, então a situação é séria (Ildeano Silva, 2016, em entrevista).

A fala de Ildeano vai ao encontro da análise do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, que define o sistema capitalista como *“um sistema político-religioso cujo princípio consiste em tirar das pessoas o que elas tem e fazê-las desejar o que não têm, sempre”* (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, sem página). A degradação do meio ambiente pode se tornar, em alguns casos, algo lucrativo, ao mesmo tempo em que exclui ainda mais a população economicamente desfavorecida. Como aponta Janes Jorge (2017) em sua obra sobre o rio Tietê, a degradação sofrida pelo rio, como a poluição e o fim de suas várzeas, foi de grande impacto para a população pobre, que agora não tinha meios de comprar o que antes podia obter gratuitamente. Com degradação do Tietê *“encerraram-se também as pescarias, esvaziando-se o prato dos moradores dos bairros populares: o peixe agora vinha de longe e, quase sempre, custava caro”* (JORGE, 2017, p.189). É interessante lembrar que este rio, que hoje é um exemplo de degradação, já foi fonte de tantas dádivas.

O Jacaré também é de grande importância para a alimentação da população oliveirense, seja pela produção agrícola que depende da utilização das águas de sua bacia, seja pelos peixes, frutas e outros alimentos encontrados em suas margens, que podem ser utilizados para complementar a alimentação das famílias. Também podemos perceber a presença de espécies silvestres que são utilizadas pela medicina tradicional. Próximo ao rio observei, por exemplo,

a carqueja (*Baccharis trimera*), que é uma planta usada tradicionalmente para o controle da natalidade.

Além disso, como já foi dito, o rio sempre foi um importante lugar de lazer gratuito. A Ponte de Ferro, distante cerca de 10 quilômetros do centro de Oliveira, é um grande exemplo disso. Muitos oliveirenses vão ao local para nadar, fazer caminhadas, andar de bicicleta, fazer festas, acampamentos etc. Em uma rápida busca no *facebook* podemos perceber que este é um lugar muito presente na vida de grande parte da população da cidade. É um lugar muito bonito, onde existiam muitas praias e lagoas próximas. Na página humorística “*Oliveira mil grau*” encontramos o seguinte “meme” que corrobora o que contou Márcio Almeida: as pessoas que não têm acesso aos clubes divertem-se no rio.



Fonte: <https://www.facebook.com/OliveiraMilGrau/> (Último acesso em 29/03/2019).

O conteúdo da foto é humorístico, mas é fato que a população economicamente mais desfavorecida tende a sofrer mais com os impactos ambientais, seja por não ter meios de escapar deles, seja pela maior dependência de recursos naturais que são gratuitos. No caso do rio, a escassez de peixes atinge principalmente quem não pode comprá-los em mercados; do

mesmo modo, a extinção das praias deixa sem um espaço de lazer os que não possuem acesso a clubes privados. Aqui vale lembrar que o rio não é um espaço de lazer apenas para a população pobre: embora existam piadas e depreciações sobre o fato de a Ponte de Ferro ser frequentada por estas pessoas, o espaço é lugar de contemplação e divertimento para toda a população oliveirense, mesmo a de maior poder aquisitivo.

A Ponte de Ferro também passou por muitas mudanças, que são sentidas pela população. Em uma visita de campo ao local encontrei por acaso um homem, chamado Márcio, que levava 3 crianças para passear no rio Jacaré: seu filho e duas sobrinhas. Perguntei se o rio era fundo, e ele disse que não, indicando que não devia ter nem 70 centímetros de profundidade. Para enfatizar a mudança na profundidade do rio, relatou um acontecimento trágico: há alguns anos uma pessoa conhecida na cidade pulou da ponte para nadar, como estava acostumado a fazer, e ficou paraplégico ao se acidentar no rio, que estava muito mais raso do que ele esperava. Contou-me também que logo ao lado da ponte havia uma praia de areia branca, muito bonita, para onde ia levar as crianças. Tentamos procurar o lugar por uma trilha, mas não encontramos. As margens do rio foram tomadas por algumas árvores. Em sua análise, as árvores e a falta da praia são indícios de que as cheias não ocorrem mais. Procuramos outro lugar de sua lembrança que ele queria mostrar às crianças, mas a trilha estava coberta pelo mato. Márcio ficou bastante chocado, disse que antes o lugar era muito frequentado e comentou com perplexidade: *“como que um trem acaba desse jeito?”*

Eu não pedi informações como pesquisadora nem disse que estava fazendo uma pesquisa, o que demonstra que os oliveirenses realmente sentem muito as mudanças ocorridas no rio Jacaré. Segundo Márcio, na parte mais a montante do rio a situação é pior, pois existem muitas dragas de areia. Observei que ele contava o tempo todo para as crianças como o rio era, imaginei se ele havia dito que as levaria a lugares que não existem mais, ficando mesmo um pouco envergonhado. O local ainda é belíssimo, mas gostaria de saber como era antes. As praias de areia branca, as várzeas, as imagens que iam surgindo com a fala de Márcio pintavam um quadro extraordinário. Atualmente, podemos avistar o rio abaixo da ponte cercado por árvores, o que é raríssimo no Jacaré, que quase não possui mata ciliar. A área da Ponte de Ferro é uma área de preservação permanente (APP) que é respeitada pelo proprietário.

A ponte em si também tem sua beleza. É uma estrutura de ferro construída por seres humanos, porém completamente tomada por bichos e plantas, que crescem nos lugares em

que a terra se acumula. Nela podemos ver ninhos de pássaros, teias de aranhas, borboletas, formigas e alguns bichos que, confesso, nem sei o nome. A região da Ponte de Ferro é cheia de vida e diversidade, com espécies bastante próximas aos seres humanos, como plantas medicinais, borboletas etc., e outras mais desconhecidas, encontradas apenas em ambientes de mata.

Márcio contou que as pessoas pararam de ir com muita frequência ao lugar porque estava muito “mal frequentado”. Pedi para que explicasse melhor, e ele contou que muitos “maus elementos” passaram a ir à Ponte de Ferro. Alguns crimes já ocorreram no local. Porém, muitas pessoas ainda passeiam por ali, até para acampar, como atestam as embalagens de refrigerante, sacolas plásticas, restos de fogueiras, etc. Ao nos despedirmos agradecemos Márcio por ter nos mostrado o lugar, e ele respondeu: *“mas olha, isso aqui acabou demais. Tudo na vida muda, né.”*

As transformações observadas pelos entrevistados no corpo do rio e na paisagem em seu entorno são várias: menor quantidade de água em seu leito, afundamento da calha do rio, extinção da mata ciliar e das várzeas, desaparecimento de animais e plantas, erosão excessiva do solo, algumas vezes causando as voçorocas⁴, que são o principal problema ambiental de Morro do Ferro, desaparecimento de nascentes e lagoas. Há 10 anos medindo a vazão do rio, o ambientalista Israel Ramos conta que ela caiu de 4.900 litros por segundo para 485 litros por segundo, quase um décimo do volume anterior. A medição é feita por ele todo dia 16 de julho. Sobre esse fenômeno, ele comenta: *“Falam pra mim que água é ciclo, então eu não tô vivendo esse ciclo. Eu só tô vendo a água acabar. Então tem algo errado.”*

Segundo Israel, em alguns locais o rio chega a 10 metros de profundidade, devido ao afundamento da calha feito pela exploração de areia. Esse fato influencia no fim dos brejos e lagoas marginais (pois a água tem dificuldades em transbordar) e faz com que a água do rio vá embora muito rápido durante as cheias. Só nas proximidades da Ponte de Ferro, em Oliveira, foram extintas cerca de 10 nascentes, que eram perenes e agora correm apenas durante 3 meses ao ano. O rio aumentou sua velocidade também devido ao projeto Pró-Várzea que retirou seus meandros por 18 quilômetros.

Sobre a fauna local, o ambientalista lembra o nome do rio e reflete:

⁴ Voçoroca é um fenômeno geológico que consiste em um grande buraco no solo feito através da erosão causada pela água da chuva. Em Oliveira as voçorocas também recebem o nome de “esbarrancados”.

rio Jacaré, porque antigamente segundo os bandeirantes aqui tinha muita lagoa, tinha muito jacaretinga, que era um jacaré pequeno, hoje em dia jacaré não tem mais, peixe não tem mais, água poluída, suja, é uma água de reuso. O maior afluente dele aqui pra cima, o Ribeirão dos Dias também está muito poluído, tem vários postos de gasolina no entorno dele, o que contamina a água também. Então, é isso (Israel Ramos, 2018, em entrevista).

Atualmente, as margens do Jacaré são cobertas por pastagens ou plantações. Nos morros próximos impera a cultura do café, o tomate, o pasto, o eucalipto, o milho e, em alguns lugares, a plantação de cítricos. O policial florestal Antônio conta que pequenos afluentes do rio são usados para irrigação, o que faz com que diminuam muito em volume de água. Perguntado sobre como era o córrego do Mateus, que é próximo da casa onde viveu sua juventude, ele conta:

Esse córrego, que nasce na região onde eu fui nascido, que alimenta o rio Jacaré, já teve épocas de não passar animal nele de tanta água, do meu pai ter dificuldade para levar o leite no ponto por causa do cavalo não atravessar. Hoje você atravessa ele a pé e de chinelo, em qualquer época do ano- não existe mais. Há muitos anos que não se via uma enchente, esse ano meu irmão morou lá, parece que teve um sinal de enchente lá, começou a tampar a vargem. Na minha época ficava 3, 4 dias sem condições de atravessar o córrego do Mateus. O meu pai conta que a vargem do rio, a mais anos, que ninguém se avistava onde era o rio, chegava na época de chuva cobrir tudo de água. Hoje não existe mais essa enchente que entorna do rio Jacaré e vaza para as vargens. Há muitos anos que eu não lembro mais de quando teve enchente. Hoje você atravessa lá descalço e molha só o pé, não precisa de uma bota para atravessar o rio Jacaré (Antônio, 2018, em entrevista).

Além da diminuição das nascentes e pequenos cursos d'água, a extinção de lagoas é outro dado alarmante da situação do rio. Israel Ramos conta que lagos de até 3 hectares de espelho d'água secaram. A perda mais expressiva foi a da lagoa do Catiguá. Desde 2012 o jornal Gazeta de Minas denunciava seu assoreamento galopante; em 2015 já não havia mais água no local. Segundo Lelles (2005) a extração de areia pode levar a alterações na calha original dos rios, e este é um dos fatores apontados como responsáveis pela extinção da lagoa do Catiguá, pois esta se localizava próxima a uma área de intensa extração: com o afundamento da calha do rio no local, a água da lagoa teria passado a escoar para seu leito, fazendo com que ela desaparecesse. Outras pessoas apontam como responsável pela extinção da lagoa o desvio de um curso d'água que nela desaguava, feito por um proprietário rural. A

lagoa do Catiguá era tombada como patrimônio da cidade de Oliveira e era um dos principais cartões postais da cidade. Abaixo, podemos ver fotos do local em 2011 e 2015:

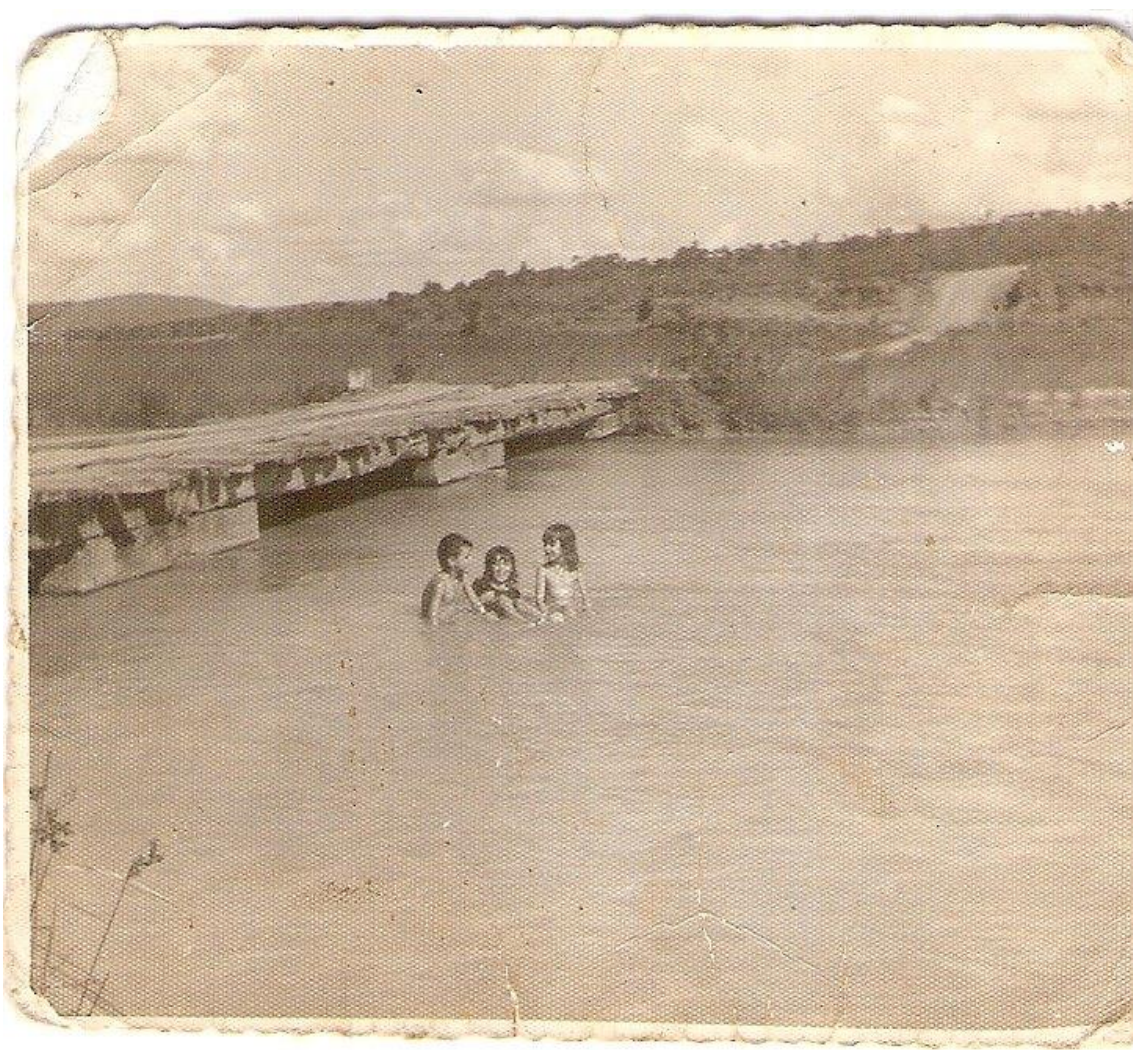


Lagoa do Catiguá, 2011. Foto: Lázaro G. Figueiredo/ www.panoramio.com



Área onde se localizava a lagoa, 2015. Foto: Rafael César/ acervo pessoal

O ambientalista Ildeano Silva publicou em sua página pessoal no *facebook* diversas fotos de como era outra lagoa, a da Batalha, na década de 1970. Muitas pessoas comentaram a publicação, espantadas com as fotos que mostram famílias se divertindo em locais onde hoje quase não há mais água:



Crianças na Lagoa da Batalha, década de 1970. Fonte: <http://ildeano.blogspot.com/>



Lagoa da Batalha, década de 1970. Fonte: <http://ildeano.blogspot.com/>



Lagoa da Batalha, década de 1970. Fonte: <http://ildeano.blogspot.com/>

Algumas pessoas comentam que o Jacaré sempre foi raso e assoreado, ou que suas margens sempre foram degradadas, como se fosse “da natureza” do rio. Isto ocorre porque a exploração da região data de mais de um século, logo, todas as pessoas que estão vivas hoje não conheceram o Jacaré antes da exploração antrópica intensiva que se deu desde a colonização portuguesa até o momento atual.

Infelizmente, não encontrei gravuras que mostrem a região no período colonial, mas transcrevo a seguir a descrição feita por Saint-Hillaire de uma fazenda distante 3 léguas e meia de Oliveira⁵, onde passou em fins do século XVIII: *A fazenda Vertentes do Jacaré onde me detive, está situada, segundo o costume, em um valle, junto a um correjo; por todos os lados está rodeada por collinas cobertas de campinas e bosques, e apresenta o aspecto de uma profunda solidão* (SAINT-HALLAIRE, 1937, p.136). Toda essa região hoje em dia não é coberta de bosques nem campinas, mas de braquiária e plantações.

Outro interessante relato é feito por Oiticica, em 1882, sobre os animais da região, especialmente o veado. Segundo o autor das “Notas sobre o município de Oliveira”:

o veado occupa incontestavelmente o lugar de honra para os Newrods do municipio, a quantidade daquelles é espantosa e nao se erra ao dizer que ha individuos que sao caçadores de profissão. Para isto munem-se de excellentes cães, espingardas superiores, ocorrem grandes distancias, organização grandes e amiudadas caçadas e os animaes não se extinguem” (OITICICA, 1882, p.13).

Embora esses animais não estejam extintos na região eles também não são encontrados tão facilmente quanto pareciam ser na época do relato acima (pessoalmente, nunca vi nenhum) e hoje sabemos que todas as espécies podem um dia ser extintas se não forem tratadas com atenção. O trecho supracitado corrobora a análise de Ribeiro e Galizoni, de que

durante muito tempo na história brasileira os recursos naturais- entre eles a água- foram considerados ilimitados. Fazia parte da concepção do colono acreditar que os trópicos eram inesgotáveis, e portanto podiam ser explorados sem restrições. Esta concepção marcou a relação do consumo dos ambientes dos povoadores: extensas áreas de fronteira agrícola, formadas por florestas, campos e bosques, foram usadas durante 500 anos numa combinação de extrativismo e mobilidade social (RIBEIRO E GALIZONI, 2003, p. 132).

⁵ Cerca de 15 quilômetros.

Sobre o rio Jacaré, Oiticica (1882) diz:

Se bem que a sua profundidade dê lugar à navegação, é esta impossível pelas inúmeras cachoeiras que se encontram em seu curso. Suas águas são aumentadas pelos ribeirões Fradique a legua e meia da sede do município, onde ha uma boa e solida ponte, Pintos, a uma legua, Maracanã que contorna a cidade da Oliveira e que goza de antiga data, entre a população a fama de não abandonar a cidade quem bebeu da sua água; Cachambú, o seu maior afluente e que forma barra no mesmo lugar da ponte, a duas léguas da cidade, o dos Mottas, que nasce no morro do Peão, a quatro leguas da cidade e desagua ainda na freguezia de S. Francisco de Paula. (OITICICA, 1882, p.08).

Qualquer oliveirense ou frequentador da cidade ficaria surpreso em ler especialmente o trecho em que o autor aponta o Maracanã como um ribeirão no qual as pessoas bebiam água. Atualmente o riacho em torno do qual a cidade foi construída é um esgoto a céu aberto, onde foram jogados por décadas dejetos pelo SAAE e lixo pela própria população.

Com as mudanças socioambientais ocorrida ao longo do tempo, percebe-se uma mudança discursiva interessante: o Jacaré, que era quase inexistente nos jornais e discursos públicos, tornou-se uma preocupação constante. Desde 2006 Oliveira já sofria com a falta d'água e em 2013/2014 a seca chegou a níveis insustentáveis, fazendo com que aulas fossem canceladas e até o carnaval, festa bastante tradicional da cidade, não acontecesse. Atualmente, algumas ações conjuntas estão sendo tomadas para a revitalização do Jacaré e tenta-se avivar a discussão sobre o rio na esfera pública, através, por exemplo, da campanha “Todos pelo rio Jacaré”, que analisaremos mais adiante.

Embora ainda se fale pouco sobre o rio, o acesso que tive a tantas memórias mostra que o Jacaré é bastante presente no imaginário coletivo oliveirense. A lembrança não é algo automático, certamente os entrevistados contaram suas histórias de rio porque foram suscitados por “*um chamado do presente*”, porém, no que diz respeito à memória, como aponta Ecléa Bosi (1994), “*fica o que significa*”, e o Jacaré significa muito para os que viveram com ele.

Sendo a memória um atributo individual, é possível que as lembranças sobre como o rio era sejam perpassadas por sentimentos de nostalgia da infância ou juventude. Porém, como aponta Portelli (2014), ao mesmo tempo em que o marco das memórias possíveis é infinito, posto que “*não há um limite para o que as pessoas possam pensar ou recordar*” ele também é finito “*pois há um limite que está fundado sobre um acontecimento muito*

específico”(PORTELLI, In. ALMEIDA E KOURY, 2015, p.202). No caso do rio Jacaré, as mudanças ocorridas no rio estabelecem um limite à imaginação, inclusive material, e é pouco provável que tantas pessoas estejam enganadas ou apenas nostálgicas. Também existem muitos documentos, fotos, matérias de jornais, entre outros comprovantes de que o rio está, de fato, muito diferente do que era há algumas décadas. Além disso, a memória é fruto de um lembrar que se baseia também no dito por outras pessoas, em uma espécie de comunidade de testemunhas, ou seja, é ela quase sempre um trabalho conjunto, que oferece alguns parâmetros à recordação individual (HALBWACHS, 2006).

Ao conversar com as pessoas, pude perceber um aspecto importante da degradação do rio, que é como ela é sentida em suas vidas e como está presente em suas construções sobre o passado. Da mesma forma, pude perceber que a emergência do discurso ambientalista também torna mais possível às pessoas darem sentido às memórias e experiências com o Jacaré, compreendendo as mudanças como um alarme da destruição do mundo natural pelos seres humanos. É notável que quase todos os entrevistados explicaram as mudanças observadas no rio como frutos de ações antrópicas, o que mostra uma construção atual da memória coletiva sobre o rio através de elementos que não estavam tão presentes no passado lembrado. Muitos falaram “daquela época” quando não sabiam que o meio ambiente era finito e precisava ser preservado, em contraposição a hoje, onde já existe essa consciência, em face das alterações no ambiente observadas e sentidas ao longo do tempo.

Talvez a insistência em falar como o rio era se deva à tentativa de me mostrar que o rio já foi algo mais interessante do que eu estava encontrando atualmente, ou uma forma de elaborar uma perda que talvez seja pouco refletida na vida cotidiana. De todo modo, expressa-se uma preocupação maior com o meio ambiente, o que pode indicar uma mudança de direção e a vontade de encontrar um novo caminho, que leve a outros lugares que não à degradação. Dito isso, passemos à análise dos principais problemas socioambientais encontrados no rio.

CAPÍTULO 2

Uma morte anunciada?

*a pele do rio ainda é fina
o sapo não sabe
que é feio
coruja não sabe
que assusta
paca tatu bugio cotia
jaguaririca
viraram lenda - carcaças
na memória da terra*

(Nydia Bonetti)



Rio Jacaré, 2014. Foto: Ildeano Silva.

Um rio está sempre nascendo. Agora mesmo o Jacaré nasce, enquanto escrevo às 4:30 da manhã, quando muitos dormem. Um rio também corre a todo instante, irá correr durante toda a escrita desta dissertação, em meus momentos de descanso, no momento em que me lê, e continuará correndo depois, como fazia em tempos imemoriais. Enquanto a história humana

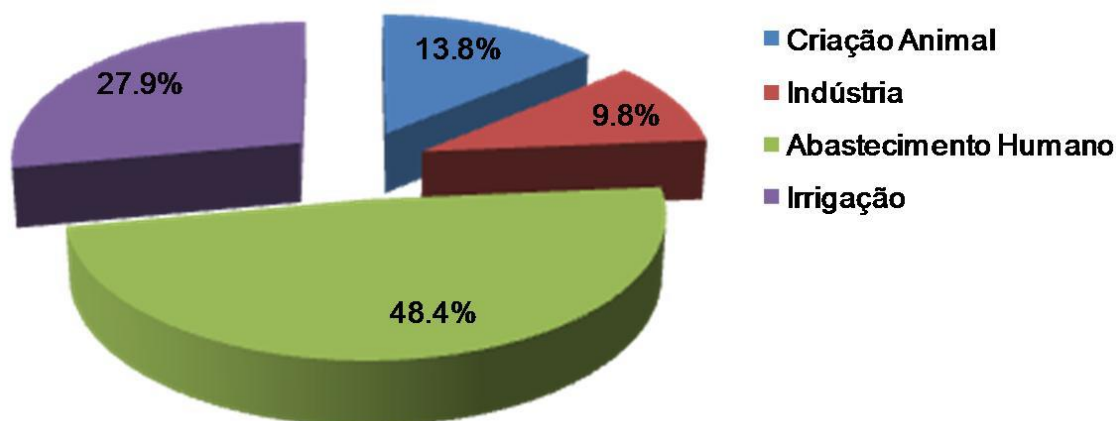
costuma ser contada através dos séculos, no máximo dos milênios, a história da Terra remonta a milhões de anos. No entanto, nós, que estamos aqui há apenas alguns segundos no tempo do planeta, somos responsáveis por uma nova era geológica: o Antropoceno. A humanidade está causando mudanças drásticas, como o aumento da temperatura global, e destruindo gradativamente pequenas porções do mundo, através de inúmeras ações corriqueiras, conectadas entre si. Por aqui, é provável que os humanos estejam pondo fim a esse nascimento constante do rio, que já perdeu algumas partes de seu corpo, como lagoas, brejos e nascentes.

Os problemas socioambientais encontrados no Jacaré são muitos. O assoreamento é um dos principais e se caracteriza como um processo em que o solo nas margens de um rio é erodido e os sedimentos são carregados para dentro de seu curso. Esse processo geralmente se deve à perda da mata ciliar, que faz com que partículas do solo lavado pela chuva escoem para o rio sem nenhum impedimento. O excesso de sedimentos depositados no leito pode formar bancos de areia e tornar o fluxo da água mais pesado, o que propicia enchentes e a quebra das bases de pontes que estiverem em seu caminho (PENA, 2016). O assoreamento também leva à perda de profundidade e interfere na biodiversidade do lugar: como as águas se tornam barrentas com os sedimentos depositados, a luz do sol não consegue penetrá-las, dificultando a proliferação de algas e outras plantas aquáticas, o que traz consequências para todo o ecossistema local (MARTINS, 2011). No caso do Jacaré, o assoreamento é tão intenso que em muitos trechos podemos caminhar pelo rio sem que a água atinja os joelhos. A quebra da base da ponte localizada no Km.619 da BR.381 é outro fato que pode ser creditado a esse processo, sem contar a perda de algumas espécies de peixes. Como foi dito, o assoreamento se deve, na maioria das vezes, à perda da mata ciliar e da proteção vegetal de morros próximos ao rio, mas no caso do Jacaré podemos citar como agravante o projeto Pró-Várzea que eliminou seus meandros em cerca de 18 quilômetros.

Outros problemas encontrados no rio são: o afundamento de sua calha, causado pela extração de areia, que dificulta seu transbordamento, fazendo desaparecer várzeas e lagoas marginais. A dificuldade de recarga da bacia hidrográfica, foco do trabalho da ONG GRAMDS, que tem como mote que a causa da degradação do rio está, na verdade, no solo, que passou por um processo de compactação ao longo do tempo, o que impede que a água penetre na bacia, prejudicando as águas subterrâneas, dificultando a manutenção e o

surgimento de nascentes. E a poluição, visto que o Jacaré recebe uma grande carga de dejetos em algumas cidades por onde passa.

Uma pesquisa realizada para comitê de bacia do qual o Jacaré faz parte traz dados importantes que nos permitem conhecer melhor os usos antrópicos das águas do Jacaré, bem como da área em que se localiza sua bacia. A pesquisa mostrou que na bacia como um todo são retirados cerca de 0,43 m³ de água por segundo. Como mostra a figura abaixo, o abastecimento humano representa a categoria de maior uso, correspondendo a 48,4% da vazão total. À irrigação destinam-se 27,9% dessa vazão, 13,8% são para a dessedentação/criação animal, e 9,8% para a indústria.



Distribuição da vazão retirada por classes de usos na Sub-bacia do rio Jacaré (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL, 2013, p.429)

Em Oliveira são retirados do Jacaré cerca de 0,25 m³/s de água, sendo 0,02 m³/s para dessedentação animal 0,02 m³/s para a indústria, 0,16 m³/s para o abastecimento humano e 0,03 m³/s para a irrigação, o que indica que o maior uso das águas do Jacaré no município também se destina ao abastecimento humano.

A retirada de água produz impactos negativos no rio, mas para compreender por que o Jacaré está tão degradado precisamos levar em conta a ocupação do solo em sua bacia, que possui uma área com cerca de 211 mil hectares, sendo que, destes, mais de 184 mil hectares são ocupados por usos antrópicos. Podemos visualizar melhor essa ocupação através do mesmo estudo, no qual foram mapeadas oito classes de ocupação do solo, que estão

distribuídas conforme a tabela abaixo. A classe “outros usos” representa os usos antropizados (pastagem, solo exposto, e outras) que após a classificação das imagens foram agrupados em uma só categoria. Essa classe representa 86,42% da área total da bacia, demonstrando um intenso uso antrópico (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL, 2013).

Tabela 33 - Sub-bacia do Rio Jacaré: classes de cobertura do solo.

Cobertura do solo	Área da Bacia		Número de fragmentos	Tamanho médio dos fragmentos (ha)	Desvio padrão dos fragmentos (ha)	
	(%)	(ha)				
Sistema Natural	Campo	0,11	240,63	32	7,52	22,32
	Campo rupestre	0,00	7,46	3	2,49	1,37
	Cerrado	0,01	26,56	7	3,79	5,88
	Floresta estacional semidecidual montana	12,60	26.596,59	3.967	6,70	16,85
	Água	0,11	238,80	67	3,56	8,01
Sistema Antropizado	Outros Usos	86,42	182.461,20	-	-	-
	Urbanização	0,41	862,56	16	53,91	121,14
	Eucalipto	0,34	707,90	42	16,85	23,66

(Tabela: Classes de cobertura do solo. CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL, 2013, p.133)

Um uso antrópico tão intenso traz muitas consequências no sentido da degradação do rio, como perda da mata ciliar, assoreamento, voçorocas em seu entorno etc. Além disso, por ser um uso variado, contribui para que existam controvérsias sobre quais atividades são mais impactantes negativamente. Alguns atribuem a degradação a erros antigos, que não devem ser esmiuçados, ou a fatores naturais, como a pobreza do solo na região. A maioria das pessoas entrevistadas apontou como problema maior a extração de areia, mas também foram citados nas entrevistas: o plantio de eucalipto, a criação de búfalas, a criação de gado, a diminuição das chuvas, a poluição provocada por empresas, a poluição gerada por esgoto não tratado, o lixo jogado pela população, o plantio de tomate, o excesso de poços artesianos, o excesso de irrigação de modo geral, o risco de contaminação devido à proximidade com rodovias, a mineração, a exploração do cascalho e o uso da água retirada diretamente do rio para abastecimento da população oliveirense- este último só seria um motivo de degradação porque o Jacaré está muito debilitado, nas palavras de um ambientalista, seria como “um doente doando sangue”. Optei por contemplar, na medida do possível, todas as versões que

ouvi em campo, trazendo abaixo um panorama mais detalhado das atividades citadas pela maior quantidade de entrevistados.

2.1- Panorama da degradação do rio

2.1.1- Os impactos da pecuária



Vale do rio Jacaré- Note a ausência de mata ciliar (CONSÓRCIO ECOPLAN, LUME, SKILL, 2014, p.18)

São raros os trechos do Jacaré que possuem mata ciliar e é difícil precisar qual a vegetação nativa da região onde ele está situado. Em estudo encomendado pela prefeitura de Oliveira para auxiliar no desenvolvimento da cidade, publicado em 1973, podemos ler que a vegetação predominante na região em tempos mais longínquos era a Floresta Tropical Latifoliada, a Mata Atlântica, que ainda podia ser encontrada em algumas capoeiras esparsas ou em formações em encostas de maior declividade. Algumas espécies encontradas típicas dessa formação são o ipê (*Handroanthus chrysotrichus*), a peroba (*Aspidosperma polyneuron*), a paineira (*Ceiba speciosa*), o vinhatico (*Plathymenia*) e o angico (*Anadenanthera macrocarpa*). Os terrenos esgotados, desmatados ou empobrecidos por

culturas agrícolas, eram tomados pela vegetação chamada “resistente”, marcada por espécies vegetais cujas sementes brotam com rapidez, de grande velocidade de crescimento e floração e capacidade de alastramento. Como representantes desse tipo de flora citamos o capim gordura (*Melinis minutiflora*), a barba de bode (*Andropogon virginicus*), o sapé (*Imperata brasiliensis*) e a samambaia do campo (*Pteridium arachnoideum*). Nas serras, como a Serra do Galga, onde existem muitas nascentes do Jacaré, predominavam os Campos Rupestres. Como a espessura do solo nesses locais é baixa, prevalecem arbustos e gramíneas com pouca importância forrageira. Nesses locais costuma haver dificuldades para a ocupação humana (3P-PESQUISAS, PLANEJAMENTOS E PROJETOS S.A., 1973).

Nos terraços fluviais de inundação do Jacaré predominavam os brejos. Segundo o estudo realizado “*estes brejos são importantes na manutenção do equilíbrio biológico dos cursos d’água. Funcionam como criadouros da ictofauna natural (3P-PESQUISAS, PLANEJAMENTOS E PROJETOS S.A., 1973, p.161)*”. A planta mais característica desses locais é a taboa (*Thypha domingensis*), as partes menos saturadas dos brejos dão lugar a gramíneas, e as partes mais saturadas ao aguapé (*Eichhornia crassipes*). Atualmente, a presença de brejos no Jacaré não é tão expressiva como parece ter sido décadas atrás. Alguns entrevistados nesta etnografia lembraram que a área do Jacaré próxima à Ponte de Ferro se assemelhava a um “pequeno pantanal”, onde era quase impossível acessar alguns lugares alagados que funcionavam como criadouros de peixes e outros animais.

Muitos entrevistados disseram que o rio não teria, naturalmente, mata ciliar, isso porque é comum que se leve em consideração como importante somente a vegetação frondosa, constituída de grandes árvores; entretanto, os brejos e a vegetação arbustiva também são imprescindíveis para um ecossistema. Os integrantes da GRAMDS no texto de lançamento da campanha “Todos pelo rio Jacaré”, contam que a cobertura das margens do rio era formada por um pouco de capim gordura ou meloso e muitos capins de campo, como capim carneiro, mumbeca, entre outros, além de arbustos como gabiobas, araçás, grutas de lobo, candeinha, anil, mata-pasto, barbatimão, sabugueiro etc. Porém, estes arbustos foram usados, ao longo do tempo, para a alimentação do gado, que era colocado para pastagem assim que floresciam os brotos da vegetação, que era queimada anualmente ou de dois em dois anos. Segundo a ONG, as consequências desse processo foram duas:

Na primeira, os pés dos bovinos pisavam o solo arenoso ainda pouco coberto e deixavam areia e outras partículas soltas, fáceis de serem levadas por ventos e por

Águas de chuvas às partes mais baixas, nos leitos de córregos afluentes do rio Jacaré, ou mesmo nas várzeas e no leito do próprio rio. Na segunda consequência, além de tornar mais frágil a superfície dos solos, os pés dos bovinos, sem ter volume de capins como amortecedores, quase “air-bags”, funcionavam, anos e anos, séculos e séculos, como soquetes, como compactadores, compactando e diminuindo a permeabilidade dos solos para penetração das Águas de chuvas aos lençóis freáticos e aquíferos, que formam as Águas Subterrâneas, reservatórios naturais do planeta Terra, reservas das Águas superficiais (Material de divulgação da ONG GRAMDS).

Oliveira é uma cidade com forte inclinação à pecuária, sendo esta uma das primeiras atividades realizadas pelos colonizadores portugueses na região. Atualmente, o município conta com 38 mil cabeças de gado, mas este número já ultrapassou 51 mil cabeças em 1985 (IBGE, 2019). Muitas indústrias locais também estão ligadas à pecuária, como os laticínios. O impacto dessa tradição é a grande extensão de pastagens pelo território em que se insere o Jacaré, inclusive em suas margens, que segundo a legislação deveriam ser áreas de proteção permanente.

Além desse impacto direto da criação de gado próxima ao curso do rio, a pecuária levou à formação de pastagens nos morros em seu entorno, de modo que não existe vegetação que impeça os sedimentos de descerem para seu leito. De acordo com Ildeano Silva, foi também o pisoteio do gado, levado na época colonial do Rio de Janeiro a Goiás pelo caminho que passa pelo distrito de Morro do Ferro, que agravou a ocorrência de voçorocas no local. Eram transportadas, à época, milhares de cabeças bovinas, que pisoteavam o solo facilitando a erosão.

2.1.2- A agricultura

O estudo supracitado, realizado pela empresa 3P Pesquisas, Planejamentos e Projetos S.A em 1973, apontou o ciclo do café como principal responsável pela destruição da mata atlântica nativa na região de Oliveira. Sobre esse assunto, lembramos as reflexões feitas no jornal Gazeta de Minas ainda em 1956. No dia 11 de março daquele ano, a coluna intitulada "Não cortem as árvores" alerta:

Todo mundo rural está alarmado com as secas tão frequentes. Mais alarmado ainda, vendo córregos e rios secarem após as chuvas e a erosão entupir canais e planícies. A culpa cabe aos proprietários com a derrubada das matas, no afã de enriquecerem com o plantio de café. Daqui há pouco, nem matas, nem café. (GAZETA DE MINAS, 11/03/1956, p. 2)

Sessenta anos depois, o pedido ainda é o mesmo e o Jacaré já se encontra, como me disse o produtor rural José Orlando, completamente “pelado”. Saliento que o rio Jacaré é um rio de várzea, por isso deveria haver um espaço para que suas águas pudessem transbordar, formando os pântanos de antigamente, sobre os quais nos contou Jandira e outros entrevistados. Hoje é normal observarmos que as margens do rio são usadas para a agricultura, desrespeitando a lei que protege a mata ciliar.

Em Oliveira são produzidos principalmente café, milho, feijão, arroz, hortaliças e frutas. Dessas culturas, muitas são irrigadas. Segundo o policial florestal Antônio, a prefeitura de Oliveira possui um trabalho para evitar o excesso de plantações de tomates na região, pois esta atividade estava acarretando a retirada de muita água do rio e de seus afluentes. Ele contou que atualmente é proibido fazer plantações de tomates nas margens do Jacaré, principalmente em sua cabeceira, mas é possível que a proibição se estenda a outros trechos do rio. Não consegui encontrar documentação oficial referente à proibição, mas Antônio participou das reuniões para a elaboração de um decreto municipal proibindo as plantações, que aumentaram muito desde que fazendeiros de Carmópolis, cidade vizinha, passaram a atuar em Oliveira. Segundo ele, como em Carmópolis não tem mais terra para plantar “*nem água que dê conta de tanta horta*” os fazendeiros estão migrando para Oliveira, o que tem aumentado a pressão sobre o rio.

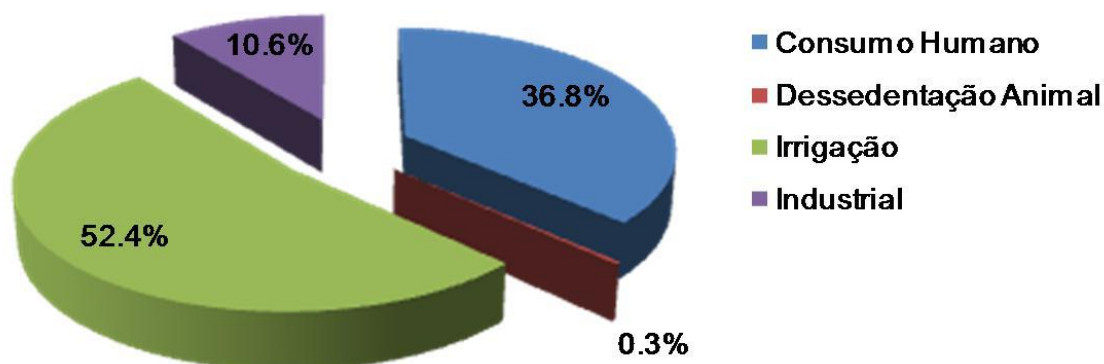
No estudo realizado para o Comitê de Bacia em que se insere o Jacaré, foram encontradas na bacia do rio como um todo 27 outorgas para uso de água, sendo mais da metade referentes à irrigação. É também a irrigação a classe com a maior vazão outorgada na bacia, 52,4% do total; seguida pelo consumo humano com 36,8%. Vejamos a tabela e o gráfico abaixo:

Vazão outorgada na bacia do rio Jacaré

Classe de Uso	Número de outorgas	Vazão outorgada (m³/s)	% do total outorgado
Consumo Humano	6	0,149	36,8
Dessedentação Animal	1	0,001	0,3
Irrigação	14	0,212	52,4
Industrial	6	0,043	10,6
Total	27	0,404	100,0

Fonte: Banco de dados do IGAM (Maio/ 2011) e da ANA (Março/ 2011)

Distribuição da vazão outorgada na bacia do rio Jacaré por classe de uso



Além do excesso de irrigação, que já pressiona alguns afluentes do Jacaré, Antônio Vargas apontou o problema do crescente uso de poços artesianos. Em suas palavras: “*com essa falta d’água começou essa furação de poço artesiano, que na minha mente prejudica demais. Porque se você suga a água a 60 metros de fundura todas as nascentes que estão ali perto tendem a secar, que é o que tá acontecendo demais*”(Antônio Vargas, 2018, em entrevista).

2.1.3 A silvicultura



Eucaliptos às margens do Jacaré. Foto: Américo Vivas.

Outra cultura agrícola apontada como fator de degradação do rio é o eucalipto, que muitas vezes é plantado às margens do curso d'água, desrespeitando a lei de proteção da mata ciliar. O eucalipto possui uma longa história no Brasil, mas o crescimento da silvicultura se deu principalmente nos anos 1970, através de financiamentos e subsídios promovidos pela ditadura militar, especialmente no estado de Minas Gerais (SIMAN, 2016). Em Oliveira, o plantio de eucalipto é crescente, contando também com empresas transnacionais, como a Gerdau.

A área de floresta plantada no município é de 1.956 hectares, conforme o Censo Agropecuário de 2017, o que demonstra o grande crescimento dessa prática, visto que o mesmo censo traz, em 2010, o número de 363 hectares de florestas plantadas. Segundo estudo realizado para o Plano Diretor de Recursos Hídricos do Comitê de Bacia do Rio Das Mortes, onde estava inserida administrativamente a bacia do rio Jacaré, o plantio de eucalipto tem aumentado significativamente em toda a região e pode se tornar um fator de degradação em

potencial, pois as retiradas cíclicas de madeira desestabilizam o solo e aumentam o aporte de sedimentos nos cursos d'água (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL, 2013).

Segundo alguns entrevistados, o principal problema do eucalipto é que ele suga as águas, ressecando o solo. Esse fato é comentado por populações rurais onde o eucalipto foi inserido em regiões diversas do Brasil e historicamente esta espécie já foi utilizada na Europa até mesmo para a drenagem de pântanos, o que favorece a hipótese de ressecamento do solo (SIMAN, 2016). As pesquisadoras Vandana Shiva e Bandyopadhyay (1991) assinalam que as características das raízes do eucalipto consistem em *“um eficiente mecanismo de apropriação de toda umidade superficial disponível em regiões alimentadas pela chuva, nas quais a precipitação é exatamente igualada a suas necessidades de água”* (SHIVA e BANDYOPADHYAY, 1991, p. 78). Essas autoras salientam, ainda, que devido à competição que é criada pela umidade do solo, o eucalipto impede o crescimento de outras plantas e bloqueia o abastecimento do lençol freático.

No Brasil, muitos estudos tentam deslegitimar o conhecimento prático e científico existente sobre o potencial de degradação do eucalipto (principalmente quando plantado em grandes extensões), porém, observa-se que a maioria destes estudos é feita através de instituições que possuem um forte financiamento de empresas ligadas à silvicultura (como as empresas de celulose) o que coloca em questão a seriedade dessas pesquisas, principalmente quando confrontadas com a percepção de populações locais tão diversas (SIMAN, 2016). De todo modo, é notável a falta de cumprimento efetivo das leis, principalmente as que impedem o desmatamento e plantio em áreas de proteção permanente.

2.1.4- O problema das voçorocas

Diante dos impactos negativos decorrentes da exploração da terra, é preciso citar o maior problema do distrito de Morro do Ferro: as voçorocas. Para se ter uma ideia da gravidade da situação, um estudo da Universidade Federal de Lavras de 1996 aponta que o distrito de Morro do Ferro pode desaparecer em 100 anos devido à sua proximidade a grandes voçorocas, que surgem, às vezes, no quintal de algumas casas. Outro estudo, financiado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, em 1997, informa que as

voçorocas no entorno da área urbanizada atingem cerca de 70 hectares, sendo que a área urbana do distrito tem em média 20 hectares (LEÃO, 2015).

Muitos indicam o solo da região como principal causa do surgimento das voçorocas, bem como do assoreamento do Jacaré. Os solos encontrados em maior proporção em Morro do Ferro são os Latossolos-Amarelados, caracterizados como solos minerais que não se encontram saturados por água.

Segundo a EMBRAPA, são solos profundos, superiores a dois metros, que possuem alto teor de argila. Os latossolos amarelados possuem baixa fertilidade e alta saturação por alumínio com PH entre 4,0 e 5,5. O solo apresenta estrutura extremamente dura quando seca, limitando sua permeabilidade nos períodos chuvosos, assim a percolação de água no perfil desses solos pode provocar lixiviação de nutrientes e perda de material, levando a erosão (LEÃO, 2015, p. 37).

Ou seja, de fato o solo da região é propício à erosão, porém isso só ocorre se não houver o manejo correto. Todo tipo de solo possui uma recomendação para seu uso, de modo a evitar sua degradação. Como aponta Bojorberg, *“as voçorocas têm sempre início em zonas desprotegidas de vegetação, onde a própria falta de cobertura vegetal produz encrostamento da camada superficial do solo e depois um trincamento superficial”* (BJORNBERG, 1978 Apud LEÃO, 2015, p.32).

Estima-se que os primeiros vestígios de voçorocas ocorreram na região há 170 anos devido à exploração do ouro, como indica o fato de que maioria delas são adjacentes a pequenos córregos. Embora a agricultura seja a principal atividade desenvolvida na região à época colonial, chegou a ser encontrado ouro em Morro do Ferro em afluentes do Jacaré como o córrego Lavrinha e a cidade também produz minério de ferro e cascalho, sendo bastante explorada pela mineração há mais de um século. Os antigos “valos”, sulcos na terra usados para separar propriedades rurais, também podem ter sido pontos geradores de voçorocas (LEÃO, 2015). Além disso, como aponta a engenheira ambiental Juliana Leão (2015):

nas décadas de 70 e 80, iniciou-se o processo de exploração do cascalho para pavimentação de rodovias, agravando o processo erosivo. [...] O uso indevido do solo, estradas mal projetadas, lixo jogado nas encostas e disposição inadequada de

águas pluviais, dentro das voçorocas, têm prejudicado ainda mais o problema (LEÃO, 2015, p. 14).

Além da ameaça de que as voçorocas “engulam” o distrito e da perda de terras produtivas na zona rural, é grande a preocupação com a contaminação e proliferação de doenças através do lixo jogado nas voçorocas. Morro do Ferro só possui coleta de lixo uma vez por semana e não há coleta na zona rural. Esse fator, aliado à falta de projetos de educação ambiental, faz com que a população atire dentro das voçorocas resíduos como restos de construções civis, carcaças de animais (advindas de fazendas e açougues) e lixos domésticos. Segundo Leão (2015), este descarte incorreto do lixo dificulta a estabilização das voçorocas, *“causando a contaminação do lençol freático e provocando uma maior incidência de doenças infecto-contagiosas nos moradores que utilizam água de poços devido ao assoreamento de cursos de água”*. O problema compromete também *“o abastecimento de água e o potencial energético das Bacias que abrangem o distrito, além de provocar prejuízos à fauna e flora aquática”* (LEÃO, 2015, p.39).

Diante de uma situação tão alarmante, a cultura local oferece suas explicações próprias sobre o problema. Existe no distrito uma lenda bastante difundida de que Morro do Ferro vai “acabar em barranco”. A lenda conta que a praga foi jogada por um padre, há cerca de 170 anos, numa comemoração do dia de São João Batista, padroeiro do lugar. Neste dia teria havido uma grande tempestade, e o padre que celebraria a missa morava na zona rural do distrito, não conseguindo passar por uma ponte arrancada pela correnteza. O padre só chegou horas depois do previsto, o que foi motivo de revolta para a comunidade. Após a chegada do padre, serviçais a mando do coronel do distrito o amarraram em uma das palmeiras que existiam ao redor da praça, e o açoitaram. Após ser liberto, *“o Padre rogou uma “praga” onde toda a cidade seria absorvida por imensas crateras que se formariam nas terras daquele lugar”* (LEÃO, 2015, p.13) . Devido a essa história, moradores acreditam que somente São João Batista poderá salvar o distrito de um futuro catastrófico.

Atualmente, algumas pessoas trabalham para conter as voçorocas, destaco aqui o ambientalista Ildeano Sebastião Silva, que tenta há algumas décadas alertar a população e as autoridades sobre o problema e já conseguiu implantar alguns projetos através de parcerias. Ildeano tornou-se ambientalista após o surgimento de uma voçoroca no terreno da casa de seu cunhado. O fato, que lhe serviu de alerta, começou sua longa história de dedicação ao meio ambiente. Durante esse tempo Ildeano procurou parcerias com vários atores, como

Universidades e órgãos públicos, muitas vezes sequer sendo respondido, outras tendo seu pedido atendido rapidamente, como no caso da construção das “barraginhas”. O ambientalista conta que entrou em contato com a EMATER que, para sua surpresa, o apoiou sem burocracias neste projeto, que visa conter o escoamento da água para as Voçorocas nas regiões de pastagem.

Algumas medidas já tomadas pelo poder público ou por proprietários particulares para a contenção das voçorocas em Morro do Ferro foram: um sistema de canaletas para escoamento da água da chuva, implantado pela administração municipal de 1997/2000; a revegetação, feita através de milhares de mudas doadas anualmente (principalmente pelo IEF) plantadas por voluntários e alunos da Escola São João Batista; um sistema semelhante à paliçada, implantado pela administração pública para conter o escoamento superficial de água da chuva e ações de educação ambiental, estas últimas ainda escassas e feitas na maioria das vezes por particulares (LEÃO, 2015; 2017).

Passemos agora a outro importante fator a ser levado em conta quando analisamos a situação do rio Jacaré, dessa vez numa região mais próxima ao perímetro urbano da cidade de Oliveira. Trata-se do projeto Pró-Várzea, sobre o qual tomei conhecimento através de Ildeano Silva, que havia encontrado algumas informações sobre o projeto através de pesquisas no acervo digital do jornal Gazeta de Minas.

2.1.5- O Projeto Pró-Várzea

É conhecido o caráter desenvolvimentista da ditadura militar ocorrida no Brasil de 1964 a 1986. Neste período muitas obras foram realizadas e o país estava na mira da Revolução Verde. O projeto Pró-Várzea foi promovido em 1979 pelo governo do estado de Minas Gerais e assinado pelo Sindicato Rural de Oliveira com o então secretário da Agricultura, o Diretor da Ruralminas e o Diretor do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento). Segundo Martins:

o objetivo do projeto era propiciar o aproveitamento das várzeas para a agropecuária, sobretudo o plantio de arroz e forrageiras de inverno. A previsão seria a recuperação de 1.200 hectares, para cerca de 30 agricultores. Contudo, poucas áreas foram de fato reaproveitadas e as escavações promoveram a linearização do curso d'água, eliminando

curvas e as lagoas marginais, que serviam de berçário aos peixes, e agravando o assoreamento (MARTINS, 2011, p. 715).

Na época, as consequências do projeto não eram imaginadas e o então diretor da Rualminas, Aloísio Fantini Valério, salientou os interesses dos órgãos governamentais no projeto, que seria de grande importância econômica. Em matéria no jornal Gazeta de Minas de 02/09/1979, o oliveirense Mauro Fernal comentava sobre o empreendimento, num texto em que termina parabenizando a EMATER, o DNOS, a RURALMINAS, o prefeito da cidade, Ephigênio Salgado dos Santos, e os fazendeiros da região. O que vemos é a visão de progresso da época, onde o projeto surgia como um meio de desenvolvimento agrícola e econômico. Transcrevemos abaixo parte do artigo:

Pois é, o velho Jacaré vai ser cutucado, vai ser acordado... Seu leito vai ser rasgado, as vísceras retiradas, as curvas preguiçosas serão retificadas. Não vai mais continuar “dormindo” ao sol escaldante ou entre areias estéreis. Suas águas deixarão de se espalhar por sobre as várzeas improdutivas e recobertas de areia. Correrão mais rápidas, levando ligeiro as enchentes que nele não cabiam. Virão as enormes dragas da DNOS e com suas mandíbulas de aço irão rasgando, limpando, abrindo o leito raso do velho rio. E após elas virão os tratores, as escavadeiras, e os brejões darão lugar a planícies secas e firmes, onde depois andarão os arados, as destorroadeiras, as plantadeiras. E onde se escondia o preá roedor, onde coaxavam os sapos e muitas vezes a traíçoeira urutu cruzeiro, germinará a semente do arroz e do milho, do feijão, ou nascerá a pastagem de leguminosas, crescerão as capineiras opulentas e pastará o gado leiteiro e de corte.

O fazendeiro ribeirinho terá mais um pedaço de terra, da boa terra da várzea. E Oliveira verá aumentada a sua produção agropecuária. E será o primeiro passo para novas providências, novas arremetidas no campo das atividades rurais. A máquina e o homem. Primeiro foi a enxada valeira, a pá, o esforço hercúleo dos braços humanos. Agora é a vez da máquina gigantesca atirar em enormes braçadas toneladas de barro, de areia, de terra, de pedras, dando um curso mais natural e mais ligeiro às águas inclementes da chuva (Fernal, 1979).

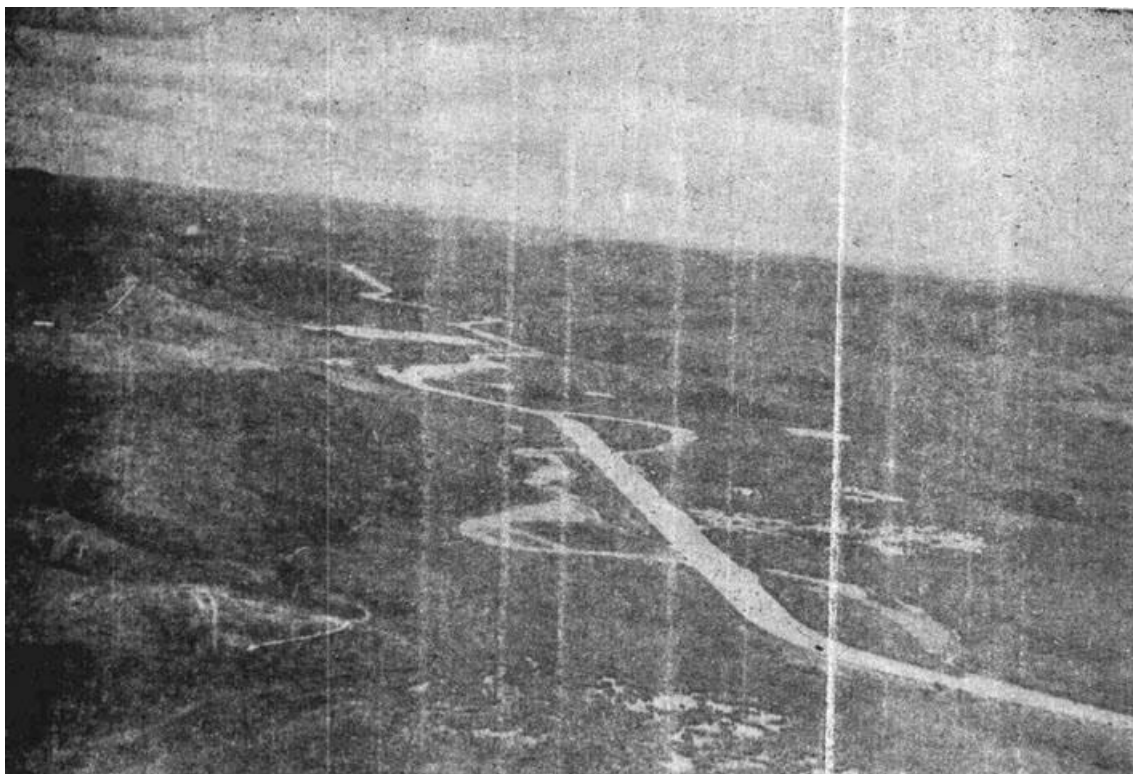
O texto, a despeito de sua bela redação, nos parece irônico à luz das consequências do projeto. O mesmo jornal publica, no dia 14/07/2013, uma matéria em que chama o Pró-Várzea de “Um crime que Fulminou o Rio Jacaré”. Nesta edição, o jornalista João Bosco Ribeiro comenta:

O tal projeto foi o maior embuste já visto no governo de Minas, um crime ambiental sem precedentes, cometido com aval do poder público. O que antes era uma várzea de linda visão, com fauna e flora exuberantes, hoje não passa de uma área praticamente estéril, deslocada de suas funções ambientais e inutilizada para o plantio, meta primária do Pró-Várzea (RIBEIRO, 14/07/2013, p. 04).

A agricultura não foi beneficiada pelo projeto Pró-Várzea, pelo contrário, o arroz que era plantado nas várzeas não é mais cultivado e a área é utilizada para pastagem. A ditadura militar ficou conhecida por suas obras social e ambientalmente custosas, e, muitas vezes, inúteis. Roberto Schuarz comenta sobre o espírito desenvolvimentista dos militares:

Passando ao esforço nacional de acumulação, o que se vê são sacrifícios fantásticos para instalar usinas atômicas que nunca irão funcionar, estradas que não vão a parte alguma, ferrovias imensas entregues à ferrugem, edificações fantasmas que entretanto não se desmancham com as ilusões ou negociatas que as tiraram do nada. O que fazer com elas?

Décadas depois, ambientalistas ainda estão às voltas com o Pró-Várzea. Em 23 de setembro de 2013, Ildeano Silva protocolou denúncia junto à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Oliveira/MG, pedindo ajuda para a revitalização do rio Jacaré. Em seu texto, ele cita o Pró-Várzea dizendo que aproximadamente 13 quilômetros do rio foram linearizados pelo projeto, fazendo com que o rio ganhasse mais velocidade, afundando sua calha, além de destruir os pântanos que se localizavam em suas margens. A denúncia, porém, segue sem respostas.



Modificações geradas pelo Pró-Várzea no rio Jacaré. Foto: Acervo Gazeta de Minas.

2.1.6- A extração de areia

A extração de areia foi a atividade mais identificada como causadora da degradação do rio Jacaré. Segundo o policial florestal Antônio Vargas são seis areais apenas em Oliveira, dos quais conseguimos identificar o nome de quatro: Areal Santa Marta, Areal Santa Terezinha, Areal Cardume e Areal Jacaré. Em entrevista, o advogado ambientalista Israel Ramos salientou que as dragas para extração de areia estão muito próximas umas das outras e denunciou o uso de um equipamento chamado de maraca ou maromba, que além de retirar areia do fundo do rio ataca subsolo. Em suas palavras

na parte que não existe mais areia eles estão tirando até barro. Então eles estão afundando a calha do rio, fazendo com que ele percorra o seu curso em alta velocidade, carregando material de fora pra dentro, assoreando completamente seu leito e matando esse rio de cunho regional (Israel Ramos, 2018, em entrevista).

Apesar da maioria dos entrevistados considerar a extração de areia prejudicial, o secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Fernando Pimenta, considera que no momento atual a extração de areia auxilia na preservação do rio, pois este encontra-se muito assoreado, sendo necessária a retirada de areia. Porém, ele não descarta que em outro momento a extração possa vir a ser um problema.

Janice Oliveira, presidente da GRAMDS, também não considera a extração de areia um fator preocupante. Segundo ela, a ONG “*não tem problema nenhum com isso*”, pois em seus estudos constataram que a extração de areia não tem influência na área em que atua, que é a região das nascentes do rio, onde não existe extração. Aqui encontramos um problema recorrente quando se fala na degradação do Jacaré: como ela se dá através de múltiplos fatores e cada atividade causa um impacto específico em trechos determinados, as denúncias são facilmente deslegitimadas, porém, é importante lembrar que o rio é extenso e em alguns lugares será impactado pela extração de areia, em outros pela falta de mata ciliar, em outros pela poluição industrial etc.

Sobre os impactos da extração de areia, segundo Lelles (2005) podem ser citados 36 impactos socioambientais negativos, entre eles a diminuição da permeabilidade do solo, dificultando a recarga das águas subterrâneas, o aumento da turbidez, resultante do aumento dos resíduos sólidos lançados no leito do rio, a contaminação do curso d' água causada pelos resíduos (óleos, graxas, lubrificantes) provenientes de maquinarias utilizadas nos diferentes tipos de operações, a mudança na velocidade do rio causada pela retirada de seus bancos de areia e a alteração de sua calha original. Alguns destes impactos são visíveis no Jacaré, que corre rápido, tem pouca água e possui sua calha “afundada”. Além disso, existe um enorme impacto sobre a fauna e a flora, tanto aquática quanto das margens do rio, bem como na vida das pessoas que dependem dele.

De acordo com entrevistados, algumas denúncias feitas por ativistas nos órgãos competentes não foram investigadas. Em uma dessas denúncias, foi perguntado por um funcionário onde se localizava o rio Jacaré, o que mostra o sucateamento dos órgãos ambientais de Minas Gerais. Apesar disso, existem casos de donos de dragas detidos em Oliveira. O policial Antônio chegou a participar da operação que prendeu um dono de areal, que estava completamente irregular:

Esse Carlinhos arrendou esse terreno, colocou máquinas lá, ele não tinha documento, orientamos ele, demos um tempo para ele parar de trabalhar até arrumar, voltou a denúncia que ele estava explorando a areia, nós fomos lá, prendemos trator, prendemos caminhão, prendemos ele, ele foi preso pra Divinópolis, ele teve que pagar fiança. Se apresentou, não escondeu, não fugiu, sabia que estava errado. Esse areal tá fechado, eles estavam vendo sair caminhão de lá de madrugada, 2 horas da manhã (Antônio Vargas, 2018, em entrevista).

A atuação de algumas empresas é, de fato, criminosa: elas impedem que funcionários do governo cheguem ao local e já efetuaram retaliações verbais e ameaças a mais de um entrevistado nesta pesquisa. A areia do Jacaré é enviada para muitas cidades da região, incluindo Belo Horizonte, e parece ser um negócio bastante lucrativo. Israel Ramos conta de seu encontro com Irineu, dono de um areal que atua na cidade, que lhe disse que forneceu areia para a construção do estádio Mineirão e comprou duas fazendas com o *“dinheiro tirado do rio”*.

Israel lembra que esteve no rio Pará, o rio mais próximo do Jacaré, e viu a destruição causada pela extração de areia. Segundo ele, Irineu contou que *“tirou areia do rio Pará até degradar o rio totalmente e depois fugiu de lá a noite, com as dragas num caminhão”*. Sobre essa conversa, o ativista ainda comenta:

Ele falou pra mim que ele ia fazer isso aqui e perguntou “quem é você?” Eu falei “eu sou um mero cidadão oliveirense e vim aqui ver esse impacto”. Ele falou “minha palavra vale mil vezes mais do que a sua, você é ninguém, eu sou um dono de draga, tenho dinheiro, calo sua boca e calo a boca de qualquer fiscal” (Israel Ramos, 2018, em entrevista).

Israel lembra que as autoridades de Oliveira sabem dos fatos, assim como o SAAE, autarquia que retira água no rio para o abastecimento da cidade, mas não existem ações contundentes contra a atuação criminosa dessas empresas. A atuação das empresas de areia é ambivalente, algumas são financiadoras do projeto de revitalização do Jacaré da ONG GRAMDS, através de compensações pagas ao Ministério Público, mas algumas (não é possível dizer se são as mesmas), perseguem e ameaçam outros ambientalistas. A fala de Irineu mostra como as empresas comandam a política ambiental no Brasil, através de

ameaças, subornos, ou simplesmente fugindo no meio da noite após o assassinato de rios, florestas, ou mesmo de pessoas⁶.



Dragas de areia no rio Jacaré. Foto: Ildeano Silva

2.1.7- A poluição

Oliveira possui serviço de tratamento de água e coleta de esgoto fornecido pela Autarquia SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto, que é um órgão da administração indireta criado há 50 anos, que possui autonomia econômica, técnica, financeira e administrativa, mas que tem seu diretor nomeado pelo prefeito. Até o ano de 2018 todos os esgotos coletados pelo SAAE eram lançados sem tratamento nos córregos que cruzam as localidades atendidas pelo órgão. Os dejetos da cidade de Oliveira eram lançados na sub-bacia

⁶ Não é exagero dizer que empresas comandam o assassinato de pessoas no Brasil. No contexto do rio Jacaré elas não parecem chegar a esse nível de violência, porém é preciso enfatizar que o Brasil foi considerado pela ONG Global Witness em 2017 como o país que mais mata ativistas ambientais no mundo, e esses assassinatos são encomendados por empresas que visam explorar o meio ambiente.

do Maracanã (afluente do Jacaré), na qual praticamente todo o território urbano está inserido. O resultado é que o córrego, que corta a cidade e dispõe de um belo boulevard, encontra-se bastante poluído. O SAAE informou que a Estação de Tratamento de Esgoto será concluída até meados de 2019, porém, ela está em construção há muitas décadas, tendo sido interrompida diversas vezes por falta de verba, entre outros problemas.

O distrito de Morro do Ferro e a comunidade rural Félix dos Santos são atendidos pelo SAAE, mas também não possuem tratamento de esgoto. As demais comunidades rurais como Morro das Pedras, Brasilândia, Fundão, Pintos, Fradiques, Bom Retiro, Matinha, Barreiro, Paiol, Córrego Fundo, Quebra Cangalha e Ouro Fino não são atendidas pela autarquia, devido à pequena quantidade de casas ou à dificuldade dos moradores em pagar pelos serviços. Em todas essas comunidades os esgotos são lançados, em sua maioria, em fossas rudimentares, também denominadas de fossas de buraco, e a parcela restante é descartada diretamente nos cursos d'água (PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA, sem data).

A poluição através do esgoto doméstico não é o único problema de poluição do Jacaré. O rio está localizado muito próximo à BR381, sendo constante o perigo de contaminação por tombamento de cargas tóxicas, até mesmo em mananciais de onde se retira a água que abastece Oliveira. O rio também sofre com a poluição gerada por empresas, agrotóxicos, e o depósito de lixo pela população, seja no curso d'água, às suas margens ou nas voçorocas próximas a ele, como já foi comentado anteriormente.

Como podemos perceber, os fatores de degradação do Jacaré são muitos e perduram há um longo período de tempo. Por isso, faz-se necessária uma pequena contextualização histórica, que será realizada no tópico seguinte.

2.2- Uma breve análise histórica

Como foi dito, muitas atividades apontadas como foco da degradação possuem relação com a exploração agrícola, como a lavoura, a pecuária e a silvicultura. Porém, para compreender esse processo precisamos remontar há alguns séculos, quando se deu a colonização portuguesa da região de Oliveira, que segundo a versão mais aceita era então habitada pelo povo Cataguá, que não praticava a agricultura intensiva nem a criação de

animais (FONSECA, 1961; ALMEIDA E RIBEIRO, 2011; SILVEIRA, 2004). Falar da história da ocupação da região é importante tanto para que se compreenda a formação dos modos de existência que hoje impactam sobre o Jacaré, quanto para elucidar o fato de que a degradação antrópica do rio é antiga. Ao discutir sobre aspectos como a falta de mata ciliar, muitos oliveirenses consideram que o rio “sempre foi assim”, como se fosse uma característica “natural”, sem se atentarem para o fato de que a colonização exploratória da região de Oliveira possui mais de 150 anos, o que acarretou em muitos impactos ambientais negativos.

A história da exploração agrícola instensiva da região (bem como da privatização da terra) começa com a empreitada de Fernão Dias, bandeirante que dá nome à rodovia que passa pelo município. Depois de quase dois séculos da chegada ao litoral, os colonizadores europeus adentraram o território que chamamos de Minas Gerais, atravessando a Serra da Mantiqueira rumo aos sertões em busca de metais e pedras preciosas. Seguindo trilhas indígenas e de bandeiras anteriores, a comitiva de Fernão Dias Paes passou por caminhos incertos, provavelmente saindo de Ibituruna, às margens do rio das Mortes, até Vargem de Santana, próximo ao rio Paraopeba. Foi com a empreitada de Fernão Dias, de 1674 a 1681, que surgiram as primeiras cidades mineiras e se implantaram as primeiras fazendas às margens do rio Jacaré. A bandeira de Fernão Dias não conseguiu seus objetivos, porém, cerca de duas décadas depois, descobriu-se ouro nos ribeirões do Tripuí e do Carmo, na atual cidade de Ouro Preto. Aventureiros chegaram aos montes nas Minas dos Cataguases (nome dado a Minas Gerais na época) e já em 1699-1701 deu-se uma grande fome coletiva, engendrada pelo fato de que a maioria das pessoas se dedicavam à mineração, deixando de lado as atividades primárias necessárias à sobrevivência (SILVEIRA, 2004).

O povoado de São João Batista, atual Morro do Ferro, já estava no caminho de Fernão Dias e muitos caminhos posteriores passavam por Oliveira, tendo a cidade surgido devido à sua localização. Oliveira não surgiu por possuir minério e pedras preciosas e sim por ser parte da Picada de Goiás, estrada que levava da região de São João Del Rey ao oeste de Minas e ao território goiano. A autorização para a abertura da estrada foi dada em 8 de maio de 1736, em resposta aos que requeriam sesmarias para fazerem roça no novo “caminho dos goiases”. Os requerentes obtiveram as terras e a permissão para abrir os caminhos que estavam proibidos devido ao descontrole das estradas clandestinas que levavam o ouro e outras preciosidades sem pagarem impostos à coroa portuguesa. A Picada de Goiás seria a estrada preferencial para

os que viessem do Rio, do distrito do ouro e de outras partes para o oeste, cruzando a múltipla esquina viária da região de São João del-Rei. Também foi aberto um atalho da picada, de modo a facilitar o acesso aos que viessem de São Paulo. Os contemplados com as sesmarias da região deveriam “desbravar” suas concessões em pontos determinados e oferecerem ranchos e pousos ao longo do caminho, com casas e cômodos construídos para abrigo de tropeiros, e roças para o abastecimento dos itinerantes (SILVEIRA, 2004). Segundo Ariosto da Silveira (2004),

Picada de Goiás se tornaria o nome genérico de uma larga faixa de território do Oeste e iria marcar a transição da economia mineira. Ao invés das concessões de datas minerais, os que ao longo dela se fixaram foram beneficiados com sesmarias, glebas em áreas destinadas à lavoura e à pecuária, atividades às quais se dedicariam muitos dos desiludidos nas minas naquela altura já em exaustão (SILVEIRA, 2004, p.78).

Três circunstâncias concorreram para a colonização portuguesa do oeste de Minas: 1) a carestia de alimentação ocorrida em 1701 e 1713, 2) a Guerra dos Emboabas e 3) a descoberta do ouro e do diamante em Pitangui e nos vales do Abaeté e do Rio Grande. Com a descoberta de jazidas também em Goiás, a região da Picada se tornou importante no abastecimento dos mineradores goianos, e pela estrada passavam boiadas e tropas de muares levando toucinho, feijão, aguardente, fumo, sal da terra, azeite de mamona para iluminação e artefatos de ferro (SILVEIRA, 2004).

Alguns historiadores apontam que a região era habitada pelo povo Cataguá, que vivia da coleta e da caça (FONSECA, 1961) e alguns arqueólogos os definem como povos cavernícolas que cultivavam o milho (FERNANDES, 2010). Porém estudos atuais contestam a existência de um povo com este nome, presumindo que Cataguá seria o nome genérico dado pelos europeus à diversos povos da região (FERNANDES, 2010). Fato é que muitas mudanças ocorreram com a chegada dos europeus. Provavelmente, a exploração da terra pela agricultura e pecuária começou ou se tornou mais difundida com os colonizadores portugueses. Até fins do século XVII o nome Minas dos Cataguases ainda aparecia com frequência nos documentos oficiais e relatos dos bandeirantes, mas em 1720, com a criação da capitania independente, o nome Minas Gerais acabou por consolidar uma mudança que já se fazia sentir na prática: o território não era mais dos povos indígenas que lá viviam e desenvolvia-se uma nova civilização (SILVEIRA, 2004), que sinalizava, também, uma nova

forma de lidar com o mundo natural. Esse processo, obviamente, não se deu sem resistência. A região de Oliveira foi um grande foco de luta dos povos escravizados, que construíram no local inúmeros quilombos, muitas vezes juntando-se aos povos indígenas que lá habitavam (FONSECA, 1961).

Como já foi dito, Oliveira foi uma das poucas cidades mineiras que não nasceram no século XVII por contarem com garimpos e minerações em seus territórios. À época, a Coroa Portuguesa concedia as sesmarias ou áreas do território a homens ricos e católicos, mas, nessa região em particular, o governo colonial priorizava em suas concessões aqueles que mais combatiam ou aprisionavam índios e, principalmente, quilombolas. Segundo Mendonça (2011):

A demarcação das sesmarias do Campo Grande da Picada de Goiás, nome dado à vasta região onde atualmente se localiza Oliveira, se deu entre 1734-1770. O grande número de quilombos existentes nessa região causou a violenta ação das companhias de mestres de campo, ficando famoso o fato do massacre de negros pelo capitão do mato Bartolomeu Bueno, que levou à Corte uma penca de 3.900 pares de orelhas de negros aquilombados (MENDONÇA, 2011, p. 175).

Falar desse tipo de massacre é importante pois mostra que o modo como lidamos com a terra, os rios e as pessoas são produto de uma história. Não foram mortos apenas indígenas e quilombolas, mas também modos de existência. É provável que nessa época a degradação do Jacaré fosse pequena, visto que a população da cidade que se formava era bem menor do que hoje, assim como a produção e a pecuária, porém, de toda forma, a colonização deu início à civilização em que vivemos, que tem como base a exploração da natureza e do trabalho humano.

Das 18 sesmarias registradas no território onde hoje se localiza Oliveira, oito trazem como local as “Margens do rio Jacaré”, a “Paragem do Jacaré” ou as “Vertentes do rio Jacaré”, sendo a mais antiga destas datada de 1758 (MAIA E AMARAL, 2011). É provável que muitas dessas sesmarias fossem dedicadas à criação de gado. Nos primórdios da formação da cidade passavam na região quase todos os comboios levando os rebanhos bovinos da parte ocidental da província de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, o que fez com que a pecuária logo fosse introduzida no nascente núcleo populacional, bem como a lavoura e o comércio (SILVEIRA e ALMEIDA, 2011).

É difícil precisar o impacto de mais de 200 anos de pecuária e agricultura, e muitas mudanças ocorreram desde o período colonial até a atualidade. Embora Oliveira sempre tenha se baseado na economia rural, grandes mudanças ocorreram no campo, principalmente no século XX. Hoje em dia a agricultura e pecuária local são mecanizadas, utiliza-se a irrigação e os agrotóxicos, bem como tratores, refrigeradores, enfim, uma série de ferramentas que sequer existiam no período colonial. Porém, não ocorreu apenas uma mudança tecnológica, no século XX observamos importantes transformações sociais, como o êxodo rural, modificações em valores morais, na economia etc.

Segundo muitos estudiosos, após a Segunda Guerra Mundial foi-se instituído uma nova etapa da modernidade/colonialidade: o fenômeno global do desenvolvimento (cf. DUSSEL, 2005; LANDER, 2005; ACOSTA, 2016). Como aponta Alberto Acosta (2016), o discurso do presidente estadunidense Henry Truman, feito em 20 de janeiro de 1949 transformou discursivamente boa parte do mundo em subdesenvolvido. Desde então, a ideia de desenvolvimento, vestida com uma roupagem salvacionista, foi utilizada para a exploração de trabalhadores e da natureza no sul global (ESTEVA, 2000). Os projetos de modernização da agricultura não podem ser compreendidos sem levar em conta este processo e a modernização técnica na agricultura não veio sem a outra face da modernidade, que é a colonialidade- do poder, do saber e do ser (cf. MIGNOLO, 2003). Como aponta Antônio Bispo (2015), para que o Brasil pudesse absorver o modo de agricultura dos países hegemônicos, toda a resistência sociocultural e intelectual deveria ser desmantelada, o que foi feito através da ampliação e do fortalecimento das escolas agrotécnicas e dos centros acadêmicos de ciências agrárias, que passaram a substituir os conhecimentos tradicionais. Também aumentou a pressão sobre os povos tradicionais e o êxodo rural, que separou as pessoas de seus territórios, acelerando o processo de mercantilização da terra.

Conforme salienta Flávia Galizoni, a chamada “Revolução Verde” que teve início nos anos 1950

homogeneizou procedimentos técnicos, sementes, introduziu insumos químicos que possibilitaram o plantio numa mesma terra por muito tempo, num processo que conectou definitivamente a agricultura à indústria no terceiro mundo. A “revolução verde” intensificou o uso homogêneo do espaço, a privatização da terra e trouxe uma série de problemas ambientais e sociais ao desestruturar formas tradicionais de acesso à terra e seu manejo (GALIZONI, 2005, p.31).

Oliveira não ficou fora desse processo, tendo seguido a tendência global de êxodo rural e mecanização da agricultura e da pecuária. Em 1960, 48% da população vivia na zona rural e o município possuía 29 mil habitantes; em 1970 a população rural representava cerca de 27%, caindo sempre, como pode ser visto pelo censo de 2010, onde apenas 11% da população vivia na zona rural e a cidade possuía 40 mil habitantes. Corroborando a hipótese de um incremento da industrialização da agricultura podemos citar algumas empresas inauguradas em Oliveira nos anos 1960, como o posto de pasteurização de leite da empresa suíça Nestlé, em 1961, e o embarcador de gado no povoado da Folha Larga, em 1965, que tinha capacidade para embarcar mais de 25 mil animais por ano. Em meados dos anos 1960 também surge o Sistema Nacional de Crédito rural (SNCR), com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade rural no país. Segundo Sirlei Silveira e Márcio Almeida *“havia linhas de crédito tanto para custeio, para financiar as despesas do dia a dia e de investimentos para financiar bens, máquinas e equipamentos, visando modernizar a agricultura brasileira”* (SILVEIRA E ALMEIDA, 2011, p.362).

A década de 1970 também demonstra como o desenvolvimento se tornou um mote da administração pública: em 1973 a câmara de vereadores e a prefeitura, juntamente com entidades de classe, chegaram a fazer uma reunião e criar a Comissão de Desenvolvimento Industrial de Oliveira. Também em 1973 foi criada a lei 1.077 que propunha a cessão da Usina do Jacaré a qualquer pessoa que se comprometesse a instalar indústria no município (SILVEIRA E ALMEIDA, 2011). O ideal do desenvolvimento também se aplicou ao campo pelas mãos diretas do Estado, muitas vezes gerando sérios prejuízos socioambientais- como no caso do projeto Pró-Várzea. Para se ter uma ideia da transformação ocorrida no campo podemos citar o número de tratores no município, que passou de 14 em 1970 a 37 em 1980, 114 em 1995, chegando a 250 em 2010. A empresa MÁTRIA- Máquina, Tratores e Implementos Agrícolas Ltda, que comercializava equipamentos destinados à agropecuária, foi fundada na cidade em 1974 (SILVEIRA E ALMEIDA, 2011).

Obviamente, o simples incremento tecnológico não é causa da degradação ambiental, por isso foi salientado a necessidade de entender a ideologia do desenvolvimento, que até hoje é o principal norte das ações econômicas implantadas no Brasil. Lander propõe que o desenvolvimento seja analisado como

o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que

diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida (LANDER, 2005, p.21).

Ou seja, o desenvolvimento não diz respeito apenas a um projeto econômico, mas sim a um projeto de sociedade que tem valores próprios, como, por exemplo, a urbanização e o consumo de mercadorias. O desenvolvimento ainda é o principal valor a ser atingido, que marca o tom de nossas relações com o que chamamos de natureza, que muitas vezes é vista como um recurso, um meio para o desenvolvimento.

Isto não quer dizer que não existam outros discursos em disputa na esfera pública. A partir de 1970 proliferam os movimentos ambientalistas e Oliveira também acompanhou esse processo. Em uma análise das edições do jornal oliveirense Gazeta de Minas que levou em consideração edições de 1956 a 2016, foi perceptível a mudança discursiva em relação à pauta ambiental. Se até 1976 quase não se falava na preservação do planeta, a partir de 1986 a preocupação com o meio ambiente apenas cresceu, sendo que em 2016 não havia uma só edição que não tratasse do tema de alguma forma. A legislação ambiental brasileira também avançou ao longo do tempo, embora muitas vezes ela não seja colocada em prática e estejam ocorrendo inúmeros retrocessos.

Atualmente, é parte do discurso comum a ideia de que se deve “proteger o meio ambiente”. É fato que se continuarmos com o modo de existência pregado pela ideologia do desenvolvimento caminharemos para que cada vez mais catástrofes ambientais ocorram e, talvez por esse motivo, vivemos cercados de narrativas sobre o fim do mundo. Sobre esse fato, lembro a reflexão do diretor Bela Tarr, que diz: *“O apocalipse é um acontecimento enorme. Mas a realidade não é assim. O fim do mundo é muito silencioso, muito fraco.”* O diretor diz que a cena mais terrível é quando alguém morre, e é mais terrível ainda porque *“parece que nada aconteceu”* (TAAR, In. DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 64). Talvez não esteja em curso o fim do mundo, mas a morte de muitos seres, tratadas com indiferença.

A antropóloga Rita Amaral comenta que *“a indiferença é a forma contemporânea da barbárie”*, e é justamente contra a indiferença que alguns ambientalistas oliveirenses pelem. Parece que muitos não se importam, ou não levam a sério que o rio possa morrer, embora ele pareça menos vivo a cada dia. Com o avanço do individualismo torna-se cada vez mais difícil

que haja uma compreensão de que vivemos em uma comunidade humana, e, mais difícil ainda, a consciência de que vivemos numa interdependência ecológica com o mundo. Também transparece uma aceitação da própria impotência diante de uma realidade na qual estamos profundamente enredados. Tão enredados que não conseguimos encontrar um fio que nos leve para fora do labirinto de um sistema econômico que pressupõe a degradação ambiental e o consumo cada vez mais exacerbado. Consumo que nos seduz, ao invés de nos obrigar. E sistema que também obriga e é governado por poderes muito maiores do que os nossos.

Porém, muitos caminhos são possíveis. A realidade parece por demais complexa para ser desvendada, mas o cotidiano é feito de coisas simples, e talvez olhando mais de perto algumas ações possam ser tomadas para evitar “essa morte anunciada” e transformá-la no início de uma nova história comum. A região do rio Jacaré já abrigou modos de existência diversos, e até dentro de uma mesma época e de um mesmo povo existe uma pluralidade de relações que podem ser construídas com um rio. Analisemos, portanto, aqueles que tecem mais de perto um futuro comum: Estado, ambientalistas e produtores rurais. Como já foi dito anteriormente, um rio não é feito apenas de elementos não humanos e para compreender essa complexidade precisamos analisar uma grande rede de atores. É preciso seguir a trilha que essas relações deixam, para que possamos vislumbrar para onde avança esta heterogênea caravana. Lembrando, que, como agentes, eles sempre podem mudar de direção.

CAPÍTULO 3

O rio na rede: Estado, ambientalistas e produtores rurais

Embora toda a população oliveirense se relacione com o Jacaré de alguma forma, podemos notar que os grupos envolvidos de maneira mais direta nos processos de degradação e preservação do rio são os produtores rurais, os empresários, o Estado e os ambientalistas. Os dois primeiros por retirarem diretamente do rio seu sustento econômico, o Estado por ser responsável pela gerência das águas do país e os ambientalistas pela dedicação em preservar o rio. Por isso é importante que analisemos mais detidamente as relações estabelecidas por estes grupos com o Jacaré. Devido a dificuldades de ordem prática, como o tempo da pesquisa, não foi possível abordar a relação dos empresários com o rio. Desse modo, analisamos principalmente o papel do Estado na gestão das águas, a mobilização ambientalista oliveirense e a relação dos produtores rurais com o Jacaré.

3.1- A atuação do Poder Público

A Constituição Federal de 1988 coloca as águas entre os bens de domínio da União e dos Estados; portanto, as águas são públicas. A constituição não faz referência à ocorrência de águas particulares, sendo assim, a gestão das águas no país é feita pela União ou pelos Estados, que, em nome da sociedade, devem garantir sua conservação e prevenir riscos que afetem sua qualidade e quantidade ou a acessibilidade de todos os usuários considerados legítimos. Também cabe ao poder público arbitrar os conflitos de uso (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL, 2013). Segundo nossa Constituição:

Pertencem à União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais (art. 20, III). Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da Lei, as decorrentes de obras da União (art. 26, I).

Os rios pertencentes a apenas um estado, como é o caso do Jacaré, são de responsabilidade estadual, porém, todo o aparato nacional de gestão de águas é de suma importância para sua preservação. A principal normativa referente ao uso das águas no Brasil é a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH , que foi instituída por meio da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, mesma Lei que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SINGREH. O SINGREH fundamenta-se em três conceitos: 1) as águas são bens públicos; 2) a água é um bem ambiental e 3) a água é um bem econômico, pois apresenta características de escassez potencial ou efetiva, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Deste modo, a gestão das águas como bens públicos é de responsabilidade do Estado; sendo um bem ambiental, é feita levando-se em conta aspectos ambientais (um exemplo é a definição da bacia hidrográfica como unidade de gestão) e, como bem econômico, deve ser utilizada de forma racional (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL, 2013).

A Política Nacional de Recursos Hídricos representa uma grande mudança valorativa em relação ao uso da água, enfocando seus usos múltiplos, definindo prioridades em caso de escassez e salientando a participação dos usuários e comunidades em sua gestão. É interessante notar que a lei toma a bacia hidrográfica como unidade de gestão justamente por sua característica de confluência de processos naturais e sociais. A bacia hidrográfica é *“uma área de superfície terrestre que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum, num determinado ponto de um canal fluvial”* (COELHO NETO, p.97, Apud ARRUDA, 2015, p.211), sendo assim, é comum que tenha sido utilizada para delimitar territórios, transportar mercadorias, indicar caminhos a serem seguidos por novas estradas etc. (Cf. ARRUDA 2015; CABRAL 2007).

A agência reguladora responsável por fazer cumprir os objetivos e diretrizes da Lei das Águas do Brasil é a Agência Nacional de Águas (ANA), criada em 2000. A ANA era parte do Ministério do Meio Ambiente, porém, agora pertence ao Ministério de Desenvolvimento Regional. Tal medida foi tomada pelo atual presidente da república Jair Bolsonaro já em seus primeiros dias de governo e faz parte de um esvaziamento de funções do Ministério do Meio Ambiente, quase extinto pelo presidente, que voltou atrás na decisão.

Em Minas Gerais, o principal órgão responsável pelo gerenciamento das águas é o IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas), que foi criado em 17 de julho de 1997 e é vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

(SEMAD). No âmbito federal, o IGAM integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNGREH). Na esfera estadual, ele é parte do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SEGRH). É interessante notar como o IGAM expressa sua missão institucional em seu site, com foco no valor econômico da água e tendo como frase mote “*águas para o desenvolvimento*”. Isso corrobora a interpretação de que as águas são entendidas por muitos atores sociais, inclusive pelo Estado, como um recurso ou meio para o desenvolvimento econômico. De fato, a Lei das Águas, ao privilegiar seu valor econômico, abre espaço para a privatização e comercialização das fontes de água, o que vem ocorrendo nos processos de privatização das hidrelétricas, onde grandes reservatórios passam a ser geridos e controlados por empresas. Como apontam Ribeiro e Galizoni, a “*lei brasileira é parte de uma tendência mundial de regulação dos recursos hídricos pelo mercado*” (RIBEIRO E GALIZONI, 2002, p.134).

Ainda segundo o site do IGAM, são objetivos operacionais e competência legais do órgão planejar e promover ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos de Minas Gerais.

O gerenciamento (dos recursos) é feito com base nas diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos Diretores de Recursos Hídricos. Além disso, o IGAM é responsável pelas metodologias que orientam a concessão de outorga de direito de uso da água, pelo monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas do Estado, por pesquisas, programas e projetos e por disseminar informações consistentes sobre recursos hídricos, bem como pela consolidação de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs e Agências de Bacias, tendo em vista uma gestão compartilhada e descentralizada, envolvendo todos os segmentos sociais (IGAM, 2019).

Segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos, embora a União e os Estados sejam os responsáveis pela gestão de recursos hídricos, seu caráter de bem de uso múltiplo e de participação social na gestão é contemplado na Política Nacional na figura dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Cabe aos Comitês um papel preponderante na aproximação com as demandas da sociedade e na consulta e deliberação de questões relevantes para as bacias (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL, 2013).

De acordo com Ribeiro e Galizoni, apesar dos aspectos positivos da lei n. 9433, ela é repleta de contradições e ambiguidades. Primeiramente porque, apesar dos comitês de bacia, a Agência Nacional de Águas é responsável pela decisão final sobre projetos nas bacias hidrográficas; em segundo lugar, porque a composição dos comitês é desigual: os comitês têm mobilizado mais interesses empresariais, *“pois estes se organizam mais rapidamente em função da necessidade, às vezes imediata, de disciplinar o consumo, ao passo em que, na sociedade civil, existe fragmentação de relações, interesses e acessos à água”* (RIBEIRO E GALIZONI, 2003, p.134). A terceira e a quarta dificuldades dizem respeito a tomar a água como bem econômico. Segundo as pesquisadoras:

famílias e comunidades de lavradores percebem a água como uma dádiva divina e gratuita, que existe sem intervenção do trabalho humano [...]. Por isso a água nunca pode ser negada; negá-la ou privatizá-la é apossar-se individualmente de uma dádiva comum a todas as pessoas e viventes. [...] a Lei também ignora e afronta a gestão comunitária local ao definir água como bem econômico, cuja disponibilidade deve ser autorizada por meio de outorga e pagamento. Isto regula os grandes consumidores. Mas, e quanto aos pequenos consumidores, que vêm a água que têm zelado, gerido e conservado minguar, por ter sido outorgada para outros usos, como ocorre nas disputas entre irrigantes e lavradores, ou entre empresas de energia e atingidos por barragens? (RIBEIRO E GALIZONI, 2003, p.134).

O rio Jacaré faz parte do Comitê da Bacia GD2- CBH Vertentes do Rio Grande, que foi criado por meio do Decreto 44.690 de 25 de dezembro de 2007 e possui 32 conselheiros, entre titulares e suplentes. A prefeitura municipal de Oliveira e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) possuem representantes titulares no comitê, mas, segundo o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Oliveira, Fernando Pimenta, o município atua mais em outros comitês dos quais faz parte (Oliveira faz parte do GD1, GD2 e o SF1). Isto ocorre porque o GD2 é muito extenso e acaba se preocupando mais com rios que estão mais distantes de Oliveira. Nas palavras de Pimenta, o Jacaré *“não é um rio principal para o GD2, nós somos simplesmente um braço para eles no mapa”* (Fernando Pimenta, 2018, em entrevista).

3.1.1- A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Como podemos perceber, a gestão das águas é feita através de inúmeras leis, órgãos públicos, entidades, empresas, pessoas físicas etc. Existem regulações a nível nacional, estadual e municipal. Em Oliveira, a principal entidade responsável pela preservação do Meio Ambiente é a secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município. É muito comum que municípios de pequeno e médio porte unam as pastas de Agricultura e Meio Ambiente. Segundo o secretário Fernando Pimenta isto é feito porque *“uma não é muito com a outra”*. Em suas palavras:

Eu tenho que ter essa união. Vamos falar assim: senão fica duas pessoas muito discrepantes, aquela pessoa que é ambientalista é “não corte, pronto e acabou”, mas você tem que ter um porquê de se pode ou não cortar uma árvore por exemplo, porque você vai cortar e ter uma compensação ambiental sobre isso. Não é a ideia da agricultura sair cortando toda árvore, pelo contrário, mas a ideia da agricultura em expandir a cidade, em ajudar o pequeno produtor e assim vai. Então a gente respeita as leis ambientais, né, isso seria a parte de meio ambiente, e atua na parte agrícola no desenvolvimento (Fernando Pimenta, 2019, em entrevista).

Pimenta diz que as atribuições da secretaria são divididas “meio a meio” e ela atua através de parcerias, com a EMATER, a Polícia Florestal, Ministério Público e outras secretarias, como a Secretaria de Obras. Pimenta é agrônomo e quando perguntado se a secretaria possui algum problema de infraestrutura ele disse que não, pois ele mesmo atua como agrônomo pela secretaria e a pasta possui dois carros, dispõe dos serviços de um fiscal e de uma técnica ambiental. As principais atribuições na zona rural são a patrulha mecanizada, a distribuição de insumos, sementes e mudas e a assessoria técnica em parceria com a EMATER. Dentro da cidade, a secretaria se concentra no licenciamento ambiental de empreendimentos, juntamente com o CODEMA, que é o conselho municipal de meio ambiente. No momento está ocorrendo uma reformulação do CODEMA e está sendo redigida a legislação municipal, pois anteriormente os empreendimentos eram licenciados via estado, mesmo sendo esta uma obrigação dos municípios.

Atualmente, os maiores problemas enfrentados pela secretaria no âmbito do meio ambiente são o licenciamento de casas construídas próximas aos córregos dentro do perímetro urbano e o risco de enchentes. Fernando comenta que se uma pessoa tem uma casa a 30 metros nas margens de um rio, mas precisa demolir, ele não pode deixar que construa outra no

mesmo lugar, o que feriria um princípio de razoabilidade. Sobre as enchentes, ele diz que o assoreamento, tanto no campo quanto na cidade, está atrapalhando o escoamento, pois a areia atrapalha as manilhas que fazem a passagem da água da chuva. Segundo ele, a secretaria fez uma vistoria e montou um projeto de prevenção, mas a câmara não aprovou o orçamento:

Eu tenho que entrar em determinados pontos de rios fazendo obras, entrar nos outros fazendo a parte do desassoreamento e pra isso é claro preciso de recurso. Então nós fomos lá, fizemos isso e entregamos para a câmara, que não aprovou. Ela não quis nem olhar. Eu deixei muito claro, que se infelizmente Oliveira tiver um dilúvio, tiver uma chuva aí muito grande em termos de milímetros, num espaço de tempo muito curto, nós vamos ter enchentes com certeza. Então nós estamos em cima disso, o bombeiro está a nosso favor, o Ministério Público está a nosso favor, mas infelizmente a câmara não quer legislar, parece que a preguiça é muito grande de ler, mas a gente, a preocupação nossa de sair a campo, de sair daqui do escritório, ir até na cidade, rodar todos os rios, colocar o pé no rio e ver o que está acontecendo, isso é obrigação minha e isso eu fiz (Fernando Pimenta, 2019, em entrevista).

Alguns vereadores, por sua vez, queixam-se das dificuldades impostas pela prefeitura para a votação do Plano Diretor da cidade, que inclui, entre outras atribuições, a proteção de áreas urbanas que possuem nascentes, algumas delas de grande interesse imobiliário. Em relação ao Jacaré, a prefeitura apoia o Programa Produtor de Águas, proposto e executado pela ONG GRAMDS.

3.1.2- A polícia florestal

O órgão responsável por fazer cumprir a lei ambiental é a polícia. O policiamento ambiental em Minas Gerais é realizado pelas Companhias de Polícia Florestais, “*que têm como missão zelar pelo meio ambiente e pelos recursos ambientais, protegendo a fauna e a flora, controlar a exploração florestal e a pesca predatória através de um trabalho preventivo e de fiscalizações*” (POLÍCIA FLORESTAL, 2019). A polícia florestal é responsável pela fiscalização do meio ambiente, reprimindo e coibindo o cometimento de ilícitos ambientais. Quando um crime ambiental é detectado, a polícia militar florestal age diretamente, mas para a aplicação de multas existem convênios com outros órgãos

responsáveis pelo gerenciamento do meio ambiente. Segundo o site da Polícia Florestal, a Polícia Militar de Minas Gerais mantém convênios com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e com a SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), com a finalidade de cooperação mútua: a Polícia fiscaliza e aplica multas e os órgãos repassam recursos para o custeio das atividades de fiscalização (POLÍCIA FLORESTAL, 2019).

Às margens do rio Jacaré observamos crimes ambientais sendo cometidos, principalmente o desrespeito à área de mata ciliar, porém, em Oliveira o trabalho da Polícia Florestal é bastante dificultado, visto que o efetivo é muito pequeno e eles não possuem equipamentos condizentes com o trabalho. O policial florestal aposentado Antônio Vargas conta em entrevista que há dificuldade de se conseguir GPS, máquina fotográfica, ou mesmo viatura apropriada. Os veículos que possuem- um Pálio e uma caminhonete Strada pequena e baixa- não servem para trabalhar nas margens do Jacaré em época de chuva e o ideal seria uma viatura 4x4. Em relação ao efetivo, a situação é ainda pior, pois existem apenas 4 policiais para atender a todas as ocorrências relacionadas ao meio ambiente em 7 municípios da região: Santo Antônio, Oliveira, São Francisco, Carmo da Mata, Passatempo, Piracema e Carmópolis. Sobre este fato, Antônio comenta:

Nós não conseguimos atender 30% da área que precisa. Quando tem denúncia a gente vai em Santo Antônio, mas se não tiver denúncia a gente passa 6 meses sem ir no município de Santo Antônio. Lá tem as granjas, tem fábrica de ração, tem lavagem de café, que tá tudo prejudicando, mas o Estado não tem condições (Antônio Vargas, 2018, em entrevista).

Em Oliveira, existem apenas 20 policiais militares e a previsão é que haja um novo concurso no estado. Antônio é aposentado, mas recebe muitos convites para voltar à ativa, tanto por seu conhecimento acumulado, quanto pela falta de pessoas para realizar o trabalho. Ele trabalhou na Polícia Rodoviária por 17 anos e, quando se formou sargento, pediu para atuar na Florestal, onde ficou por 6 anos. O motivo foi o gosto pela roça: *“por eu ser criado lá e ter esse vínculo com roça (eu gosto muito de mexer com roça) eu pedi para ir para a florestal”*. Sobre a rotina da Polícia Florestal e as dificuldades impostas pela falta de estrutura, ele comenta:

Você sai daqui e vai a Piracema, você roda 60 quilômetros de asfalto, pra depois rodar mais 40 de chão. Quando você sai daqui 7 horas [...] você chega no local da

infração já são 11:30. Se você for multar, registrar... Se você prender alguém com um passarinho você tem que levar pra Campo Belo. Eu acho que o Estado não deveria aceitar um trem desses, consumo humano, de combustível e de tempo. Aí naquele dia você não consegue encerrar sua ocorrência em 12 horas. Eu já fiquei 24 horas com pescador, você pega o pescador aí tem que se deslocar de Piracema com ele pra Campo Belo. Já passou de 6 da tarde não tem delegado lá, tem que levar o preso em Campo Belo. Isso não é só a florestal, é o rodoviário e o da cidade também (Antônio Vargas, 2018, em entrevista).

Devido ao baixo efetivo, a fiscalização preventiva também é muito difícil e a polícia florestal não consegue atender a todas as denúncias. Nas palavras de Antônio:

Hoje em dia o efetivo da polícia aqui é pequeno, a gente não consegue mais fazer aquelas patrulhas preventivas. A gente ainda faz em uns finais de semana de pesca, vai nas margens do rio nos pontos de pesca, mas de denúncia de areal, de desmate, é muito difícil. A gente dificilmente dá conta de zerar as denúncias. Hoje a pessoa liga no 181, a denúncia cai em Belo Horizonte e depois é passada para Lavras e chega pra gente através de ofício, aí chega para eu responder dentro de 15 dias, aí nós colocamos elas todas na sequência, para ir tentando atender. E tem denúncia que você vai 3, 4 vezes para atender uma denúncia: ou você não acha o local da denúncia, ou você não acha a pessoa que é denunciada. Há casos de num dia a gente atender 3, 4 denúncias, vai chegando, não tem infração, você registra ali e vai para outra. No dia que você acha infração, o cara mora em Belo Horizonte, você tem que agendar com ele daqui a 15 dias, quando ele vem na fazenda, ele demora a vir, aí você fica enrolado com duas, três denúncias (Antônio Vargas, 2018, em entrevista).

Ainda sobre a quantidade de denúncias, Antônio conta que “tem demais”, pois um agricultor geralmente denuncia o outro. Os motivos de denúncia são diversos, como disputas em torno do acesso à água, ou porque o próprio agricultor foi multado e, percebendo que o vizinho está cometendo a mesma infração, o denuncia. Segundo Antônio,

um agricultor denuncia o outro porque as vezes ele tem intenção de fazer alguma coisa mas ele respeita o meio ambiente, já o vizinho dele não respeita. Hoje em dia tem muita nascente de água que tem que alimentar duas, quatro propriedades, aí um mexe na água, prejudica o outro, aí é que surgem as denúncias. Porque tem pessoas que não quer, que a água nasce no terreno dele e ele quer que a água seja só dele, ele não sabe que a água é de todos, que todo mundo tem direito naquela água, não aceita dividir. Prefere que a água vá pro rio, vá embora, mas não aceita dividir. A gente tinha muita demanda, demanda mesmo de vir pra justiça por causa de um rego

d'água. Aí quando não há acordo e há infração a gente faz a multa para aquele que infringiu algum artigo do meio ambiente. Quando é só briga de quantidade d'água a gente registra e entrega para a promotoria. A promotoria chama eles, conversa e tenta fazer o melhor acordo possível. Isso é em toda parte, do rio, de água, de pesca, desmate, tudo em quanto há, maus tratos de animais, denúncia vai surgindo uma atrás da outra. Se você sai daqui, vai perto de Morro do Ferro e multa um porque plantou uma horta de tomate, você não vai nos outros, porque você não dá conta de ir em todos, aquele pega e denuncia todo mundo. Através de uma denúncia que você atende, que você faz uma multa, surgem 5 denúncias (Antônio Vargas, 2018, em entrevista).

Ao ser perguntado se os agricultores tentam algum tipo de suborno, Antônio diz que não. Na Polícia Rodoviária esse tipo de tentativa era mais comum, mas na área ambiental, segundo ele, as pessoas “respeitam mais”.

A Polícia Florestal também pode participar de algumas atividades de educação ambiental, e os policiais participam de muitos cursos de aperfeiçoamento. Antônio lembra que a Polícia Florestal quase foi extinta, mas considera como necessária a autoridade policial para o cumprimento das leis:

A parte de policiamento do meio ambiente chegou a ficar meio esquecida. Chegou a sair reportagem de acabar, da gente passar a pertencer a outra região e acabar mesmo com o Meio Ambiente. Há uns 3 anos atrás chegou a falar que ia acabar em todo o estado de Minas. Nós iríamos ficar ou no policiamento rodoviário ou no policiamento de rua. Que ia ter os agentes de meio ambiente que iam começar a fazer esse tipo de fiscalização, mas a polícia ia parar. Mas ainda bem que conseguiram, porque tem muitos órgãos aí que fazem a fiscalização, mas tem que estar acompanhado por um policial militar para ser respeitado, então não adianta (Antônio Vargas, 2018, em entrevista).



Antônio Vargas, próximo à Usina. Foto: Ana Paula Rodrigues, 2018.

3.1.3- O SAAE

O órgão público que atua de maneira mais próxima ao rio Jacaré é o SAAE. O SAAE é uma autarquia municipal com autonomia administrativa e financeira, responsável pelo abastecimento de água e o serviço de esgoto da cidade. A água que abastece Oliveira é retirada da sub-bacia do Córrego dos Bois, e diretamente do rio Jacaré, por isso, a autarquia realiza diversas atividades de preservação de nascentes, reflorestamento, segurança do curso d'água, entre outras. A retirada de água do Córrego dos Bois é feita por gravidade, já a do rio Jacaré é bombeada, o que gera maiores custos (SAAE, 2019).

O SAAE, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Oliveira, foi criado em 1968 com recursos oriundos do empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao governo brasileiro em 1966 para amortização em 20 anos. Anteriormente, o abastecimento de água era feito através de captação em pequenos mananciais superficiais e

alguns poços artesanais, porém sem tratamento. A Estação de Tratamento Dr. Carlos Chagas foi concluída e inaugurada em 15 de março de 1970 (SAAE, 2019).

Atualmente, os projetos de preservação desenvolvidos pelo SAAE se concentram no reflorestamento e na segurança da água. Os projetos de segurança da água são muito importantes porque o Jacaré é cortado por duas rodovias, o que pode levar à contaminação por cargas tóxicas. Wagner, chefe do abastecimento e do esgotamento sanitário do SAAE, explica que se algum material contaminante invadir o Jacaré em sua cabeceira em outra cidade o SAAE deve ter tempo hábil de barrar a contaminação antes que ela chegue na Estação de Tratamento de Água. No caso do Córrego dos Bois a atenção é redobrada sobre os agrotóxicos, pois a área é de intenso cultivo de café.

Sobre os projetos de reflorestamento, Wagner conta que só em 2016 o SAAE plantou mais de 3 mil mudas na cabeceira do rio Jacaré. O trabalho nas nascentes é feito com os produtores locais, mas não de forma obrigatória, apenas os que aceitam ser parceiros participam dos projetos. No fim do ano de 2015, o SAAE implementou o projeto PNB (Pelas Nossas Bacias), que visava recuperar bacias que são fontes de abastecimento de Oliveira. Foram feitas ações no rio Jacaré, no Córrego dos Bois e no Pontilhão de Areia. O projeto visava cadastrar produtores rurais, ministrar treinamentos de educação ambiental, cercar nascentes, plantar mudas e dar assistência técnica a esses produtores.

Segundo Wagner, a partir de 2014 os programas de preservação ambiental melhoraram muito, com maior investimento da autarquia. Coincidentemente, nos anos de 2013 e 2014 Oliveira sofreu diversos problemas com o abastecimento de água. Não consegui saber se o aumento no investimento em projetos de revitalização dos cursos d'água está relacionado com a crise hídrica local. Ao analisar edições antigas dos jornais Gazeta de Minas, é possível perceber que a partir da década de 1990 o SAAE se dedica a projetos de educação ambiental e na comunicação com os usuários, o que fez com que o tema água sempre figurasse no jornal a partir de então, o que não ocorria anteriormente. O SAAE também é parceiro da ONG GRAMDS no Programa Produtor de Água, que está sendo desenvolvido atualmente, do qual falaremos com detalhes mais adiante.

Um grande problema socioambiental enfrentado pelo SAAE foi a dificuldade na construção da Estação de Tratamento de Esgoto, que se desenrolava há mais de 20 anos. Em maio de 2018 o SAAE conseguiu realizar a colocação de interceptores que impedem que 80%

do esgoto da cidade seja despejado no córrego Maracanã, como era feito anteriormente. Esse esgoto agora será enviado à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que finalmente foi “viabilizada, através de convênio com o o governo federal no valor de R\$8.600.000,00 e um investimento de contrapartida de R\$2.400.000,00 de recursos do SAAE” (SAAE, 2019). Oliveira já contava com uma ETE em Morro do Ferro, uma na comunidade rural dos Fradiques e outra na comunidade Félix dos Santos. Também existem na cidade duas ETES industriais particulares, que são monitoradas pelo SAAE.

3.2- Os ambientalistas e a dedicação ao rio



Foto da campanha da ONG GRAMDS. Fonte: divulgação

Um grupo social que se destaca em sua relação com o rio Jacaré são os ambientalistas. Isto porque alguns se dedicam ao rio sem ganhos explícitos e possuem uma visão sobre o meio ambiente que não entende seus elementos apenas como recursos econômicos. É notável que alguns ativistas se dediquem a falar sobre o rio Jacaré e promover ações que estejam a seu

alcance por mais de uma década. Em suas falas, muitas vezes podemos vislumbrar uma afetividade profunda com o rio, seja ao tratá-lo como um ser vivo, seja ao falar da água como algo místico, que requer uma postura ética em relação a ela.

Muitos ativistas têm chamado atenção para os problemas do Jacaré no município de Oliveira. Embora não haja um grande engajamento da população, é possível observar que a pauta está mais presente, especialmente devido ao histórico de dificuldades no abastecimento de água ocorridas há alguns anos, e à mobilizações como a campanha “Todos pelo rio Jacaré”, cujas camisetas podem ser observadas vestindo alguns oliveirenses enquanto caminham pelas ruas da cidade. Nesta pesquisa trabalhei com os ativistas Ildeano Silva, do distrito de Morro do Ferro, Israel Ramos, de Oliveira, e os integrantes da ONG GRAMDS (Grupo ambiental de desenvolvimento sustentável), dos quais falarei a seguir.

3.2.1- Ativistas independentes

Todos os ativistas entrevistados nesta pesquisa possuem ligação com a ONG GRAMDS mas alguns já se movimentavam pela preservação do rio Jacaré muito tempo antes da criação da ONG. Ildeano Silva participava do grupo, assim como Israel Ramos, mas se retiraram devido a divergências sobre o conteúdo das ações a serem realizadas. Israel Ramos comentou que não concorda com as parcerias realizadas pela ONG, que geram o silenciamento desta em relação à órgãos como o SAAE, que é um dos responsáveis pela poluição do Jacaré. O SAAE é um dos maiores parceiros da GRAMDS e a integração entre a comunidade oliveirense e o órgão é um dos objetivos declarados da campanha “Todos pelo rio Jacaré”. Tanto Ildeano quanto Israel são considerados por muitos como radicais, pois se portam na defesa do Meio Ambiente muitas vezes entrando em conflito com proprietários rurais e instituições locais.

Entrevistei Ildeano Silva no distrito de Morro do Ferro. Primeiramente caminhamos pelo rio Jacaré e fomos a uma de suas nascentes, depois fomos a sua casa para a realização da entrevista. O ativista contou que foi levado à defesa do Meio Ambiente devido ao problema das voçorocas presentes no distrito: um dia surgiu uma voçoroca no quintal de seu cunhado, o que suscitou uma vontade de cuidar da natureza que desde então apenas cresceu. Algumas nascentes do Jacaré estão dentro de Voçorocas e um dos maiores sonhos de Ildeano é cuidar para que elas não se aprofundem, bem como aproveitá-las para o turismo. Segundo o ativista,

ele já foi um destruidor da natureza, mas por ignorância. Hoje ele faz diversas ações pregando a sustentabilidade e foi contratado pela mineradora Vórtice, situada no distrito, para realização de projetos ambientais.

Em sua casa pude ver inúmeros certificados de eventos e declarações relacionados a seu ativismo. Ele me disse que tenta todos os meios para encontrar pessoas que possam ajudar em sua luta, no que às vezes é respondido, às vezes não. Contou, por exemplo, que entrou em contato com a EMATER que sem nenhuma burocracia, para sua surpresa, o apoiou num projeto de barraginhas para conter o escoamento da água para as voçorocas nas regiões de pastagem. Entre suas atitudes também estão duas ações no Ministério Público, uma referente à situação do rio Jacaré e outra à exploração de cascalho numa serra próxima a Morro do Ferro. Não obteve respostas dos órgãos competentes em nenhum dos dois casos.

É perceptível que Ildeano se dedica bastante à pesquisa sobre o assunto meio ambiente: ele está fazendo um curso à distância sobre Gestão Ambiental e tem um grande acervo sobre o rio Jacaré. Sua concepção é a da sustentabilidade⁷ e ele a busca em pequenas ações, como através de produtos que diminuem o consumo de energia elétrica e a efetivação de ações de educação ambiental. Percebi que sua esposa também cultiva o apreço pelas causas políticas e ambientais, porém, pelo tempo, não conseguimos conversar muito. Ela me mostrou alguns galhos que trouxera para casa para ornamentação, assim como ele, o que tornou ainda mais visível no casal seu amor pela “natureza” e pelas “belezas naturais”.

⁷ O conceito de sustentabilidade foi amplamente divulgado em 1987, no relatório da ONU intitulado “Nosso Futuro Comum” e significa “*satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”.



Ildcano Silva, foto: Ana Paula Rodrigues, 2016.

Outro amante da natureza e “ativista solitário”, que recebe a alcunha de radical, é Israel Ramos. Léo, como é conhecido, talvez seja o maior conhecedor do rio Jacaré. Poeta e advogado especialista em causas ambientais, ele possui mais de oito horas de vídeos gravados ao longo de todo trajeto do rio, fruto de um projeto que empreendeu chamado “Da nascente à desembocadura”.

Léo Ramos passou quase 20 anos observando as mudanças ocorridas no Jacaré e conhece sua fauna, flora, profundidade, problemas ambientais etc. Ele conta que só fica feliz quando acaba o asfalto e sempre vai ao rio limpá-lo, observá-lo e conversar com as pessoas que lá ficam: sua estratégia é levar uma vara de pescar para poder conversar mais amigavelmente com os frequentadores do rio, orientando-os a não jogar lixo no local.

O ativista comentou que, em todas as cidades por onde o rio passa, não se encontram nem 3 pessoas que cuidem dele e que sempre esbarra na indiferença da população oliveirense: segundo ele, se começa a falar do rio numa roda de amigos, logo as pessoas saem, e “*um soldado sozinho não faz a guerra, nem uma andorinha sozinha faz verão*”.

. Em sua concepção não se deve tentar evitar o conflito pois o conflito é que fará a destruição do rio cessar, “*politicamente correto*”, ele não quer ser, é o que diz, e lembra: não adianta falar do Jacaré sem falar das dragas que o destroem. O ativista diz que se a retirada de

areia fosse realizada de maneira sustentável, esse recurso poderia suprir a demanda oliveirense por muito tempo, mas da forma como tem sido a exploração a areia vai acabar, além de estar destruindo o rio.

Israel também apontou a necessidade de políticas públicas para a questão ambiental. Entre as soluções propostas que poderiam ser efetivadas estão a não utilização da água do rio para abastecimento da cidade, a proibição do plantio de eucalipto próximo ao rio, o tratamento de esgoto, a fiscalização das dragas, a conscientização dos proprietários rurais e da população. Um grande começo, para ele, seria o respeito às leis ambientais já existentes, como o princípio de que, em caso de dúvida, a comunidade deve prevalecer. Segundo este princípio, um empresário não pode ter lucro destruindo um bem que é de uso e interesse geral como um rio.

Permeada de memórias desde sua infância, passando por poemas, vídeos e ativismo político, Israel Ramos possui uma história de dedicação ao Jacaré, onde vai toda semana. Em suas palavras podemos ver a perspectiva ética que direciona sua luta:

Não gosto de ver nenhum vivente sofrer, e os viventes precisam da natureza. (...) Este é o único rio que nós temos, não tem como trazer outro rio pra cá, seus afluentes estão morrendo e ninguém liga, principalmente os fazendeiros (Israel Ramos, 2016, em entrevista).

A defesa do Jacaré é um ideal do qual não abre mão, nem por ameaças, como as sofridas através de empresários da areia, nem por vaidade: na mesma semana da entrevista ele receberia um prêmio do SAAE, o que não o faz menos crítico ao órgão.



Israel Ramos, 2018. Foto: Ana Paula Rodrigues.

3.2.2- A ONG GRAMDS

A ONG GRAMDS (Grupo ambiental de desenvolvimento sustentável) é formada por cerca de 10 membros ativos dos quais conversei com os jornalistas Luciano Soares e Demóstenes Romano e com as professoras Andréa Brynner e Janice de Oliveira. De acordo com Janice, que é presidenta da GRAMDS, a ONG foi criada em 2015 através da iniciativa de uma estudante da Escola Estadual Professor Pinheiro Campos. Em 2014 o ativista Ildeano Silva havia convidado diversos produtores rurais para uma visita à Embrapa, para conhecerem o projeto Barraginhas, que ele sabia ser uma forma de conter voçorocas. A estudante Lara Romão foi ao evento acompanhando seu avô e ficou encantada com o projeto, articulando, então, para que outros estudantes pudessem conhecê-lo. Após conseguir essa nova visita, Lara se uniu a algumas professoras para tentar trazer o projeto Barraginhas para Oliveira, e sua então professora de história, Marilene, vendo a empolgação da estudante, procurou pessoas da direção da escola e pessoas notadamente ligadas às causas ambientais da cidade, como Ildeano Silva e Israel Ramos. O grupo formado apresentou o projeto na Câmara municipal, e

um vereador sugeriu que fizessem uma ONG.

A primeira ação da ONG foi assumir o projeto Redação Premiada, que corola redações sobre questões ambientais e era realizado por Ildeano Silva. Depois, tentaram implantar o projeto Barraginhas na comunidade rural do Barreiro, mas acabaram não continuando o projeto por não encontrarem muita adesão da comunidade. A ONG seguiu realizando ações como o plantio de mudas e projetos de educação ambiental, mas, segundo Andréa Brynner, os integrantes sentiam que o grupo precisava de um foco específico que produzisse resultados mais efetivos. Em 2016 o jornalista Demóstenes Romano se juntou ao grupo com a proposta de fazer um projeto maior e com mais evidência que seria a recuperação do rio Jacaré. A ideia foi abraçada pela ONG, que deu início ao Programa Produtor de Água, ao qual se dedica até hoje.

A primeira ação concreta na direção do Programa foi a vinda a Oliveira de Devanir Garcia dos Santos, Gerente de Projetos Indutores da ANA e um dos idealizadores e dirigentes do Programa Produtor de Água, que é uma ação de aplicação do conceito de Pagamentos por Serviços Ambientais. A ideia do Pagamento por Serviços Ambientais é que o produtor rural receba uma quantia em dinheiro ou insumos agrícolas em troca de atividades de preservação do meio ambiente. O proprietário rural que se tornar um Produtor de Água, por exemplo, poderá ser *“remunerado em dinheiro ou apoiado em horas de tratores e retroescavadeiras, em custos de subsolagens de solos, em tecnologias de manejo de pastagens, em readequação de estradas vicinais, em construção de barraginhas e em melhoria de gestão”* (Fonte: material de divulgação da GRAMDS, 2016).

A visita da ANA foi articulada por Demóstenes Romano. O jornalista tem diversos livros e artigos publicados sobre o tema água, ampla atuação em instituições e movimentos sociais ambientalistas, e possui boas relações institucionais, sendo de uma família bastante tradicional. Vale destacar que seu irmão, Paulo Afonso Romano, já foi secretário de recursos hídricos da Presidência da República, foi ministro de estado interino da Agricultura por 9 vezes, consultor da Agência Nacional de Águas e um dos responsáveis pela formulação e aprovação da lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.⁸

Saliento que todos os integrantes da GRAMDS que conheci são formados em universidades, alguns são de famílias influentes em Oliveira, ou ligados a políticos (o marido de Janice, por exemplo, é vereador) o que possibilita uma maior facilidade no trato com agentes governamentais como a ANA, a prefeitura, a câmara de vereadores e até mesmo com

⁸ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-afonso-romano>).

os produtores rurais da região. Lembrando Pierre Bourdieu (1990; 1998), a quantidade de capital agregado por um grupo influencia o poder que este grupo terá em um campo social. O capital pode ser econômico (dinheiro e bens), cultural (conhecimento legitimado) social (boas relações com agentes de poder) ou uma soma dos três. Considerando a defesa do meio ambiente como um campo social onde existem disputas de poder, o agregado de capital da ONG GRAMDS é considerável, o que pode ser um fator facilitador para que ela continue seus projetos de revitalização do rio Jacaré e até os amplie.

Em todas as conversas pude perceber um contraponto feito pelos integrantes da ONG entre eles e os ambientalistas “românticos” que permeiam o senso comum: a ideia é preservar o meio ambiente através de dispositivos técnicos, evitando ao máximo conflitos, buscando não serem taxados de radicais. Os integrantes do grupo procuram se posicionar como dotados de uma visão racional dos recursos que devem ser preservados, a favor do desenvolvimento. A posição do coletivo pode ser aproximada da chamada “modernização ecológica” (ZHOURI, 2005), onde o modelo capitalista não é questionado, mas devem ser feitas adequações técnicas para que os recursos não sejam esgotados.

Em nossas entrevistas sempre foi dito pelos membros da ONG que o assoreamento do rio se devia mais a causas naturais do que humanas e que o conflito não levaria a nada de produtivo em relação à preservação do rio, no entanto, como já foi dito, a ONG não descarta o desmatamento da mata ciliar e a criação de gado como causas da degradação. Sobre este fato, o coletivo defende que não se deve culpabilizar os agricultores do passado, que não possuíam acesso às informações que temos hoje, e sim buscar a união com os proprietários que devem ser os principais aliados na preservação do rio.

O documento escrito para a divulgação da campanha “Todos pelo Rio Jacaré” é esclarecedor sobre esse ponto de vista, por isso transcrevo abaixo um trecho, no qual se fala sobre a necessidade de apoiar os produtores rurais, que não possuem recursos para a preservação:

Neste contexto, é oportuno e relevante explicitar e ressaltar que os articuladores da implantação do Programa Produtor de Água em Oliveira são firmes defensores dos proprietários rurais interessados em práticas de boa sustentabilidade ambiental, principalmente na adequada gestão de Águas, com foco em soluções e não em problemas. E sem demonizar a atividade pecuária e menos ainda denegrir a memória de ancestrais que praticaram equívocos de gestão ambiental por anos e anos, séculos e séculos, por desconhecimento das consequências de seus atos (Material de divulgação da ONG GRAMDS, 2016).

Com base nessa perspectiva, foi lançada a campanha “Todos pelo Rio Jacaré” que visava arrecadar recursos para o fundo municipal de Meio Ambiente que possibilitaria a entrada do município de Oliveira no projeto da ANA de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Nesse projeto os produtores rurais recebem para desenvolver práticas que possibilitem a adequação de suas atividades à sustentabilidade ambiental. As ações desenvolvidas pela campanha foram a Redação Premiada (o concurso de redação para estudantes das escolas locais com a temática do meio ambiente), passeio ciclístico e de Jippie ao Rio Jacaré, venda de camisetas e o evento “Todos pelo Rio Jacaré”, que contou com a participação de agentes da ONG, prefeito, vereadores, ativistas independentes, artistas, escolas e sacerdotes das igrejas católicas e evangélica e de uma fraternidade espírita.

Assim, foi lançada a campanha no dia 19 de março de 2016 devido à proximidade do dia 22 de março, dia mundial da água. O evento ocorreu na praça central da cidade de Oliveira e contou com cerca de 250 pessoas. Grande parte dos presentes eram professores ou estudantes e houve apresentações de dança das crianças de algumas escolas da cidade, com músicas que remetiam à preservação do meio ambiente. O evento teve início com um culto ecumênico, que lembrou o tema da campanha da fraternidade daquele ano: “Casa comum, nossa responsabilidade.” Neste culto participaram um padre, uma pastora e um kardecista. O padre concentrou sua fala na “dor da terra”, falando de uma perspectiva menos antropocêntrica, da natureza como importante em si mesma e não como recurso para a vida humana. A pastora, por sua vez, aparentou uma visão mais utilitarista da natureza, relembrando sempre trechos da bíblia que mostravam o meio ambiente como algo que Deus nos deu e que, portanto, deveria ser preservado por nós. Já o representante do kardecismo fez uma fala mais geral, sobre egoísmo e amor, que se aplicaria tanto em nossas relações interpessoais quanto em nossa relação com a natureza.

A ONG conseguiu, com a inspetora de educação regional, que colocasse o dia do evento, que seria em um sábado, como dia letivo, para que as escolas pudessem participar. Todas as escolas estaduais e particulares participaram com algum tipo de apresentação. Também foram feitas falas para a lançamento do fundo municipal de Meio Ambiente, todas salientando que deveríamos cuidar do nosso rio. Participaram destas falas um vereador, um policial florestal, a presidenta da ONG GRAMDS, um representante do SAAE e o prefeito Salatiel Alvim. Este disse que o rio sempre foi usado e explorado para diversos fins, isto é, o rio já fez muito pela população da cidade, mas, ele perguntou, “o que já fizemos pelo rio?” É interessante notar que Salatiel era vice do ex- prefeito (afastado) conhecido como João da

Madalena, que foi apontado por muitos entrevistados como um grande fazendeiro contrário à pauta ambientalista.

Após as falas houve uma bela performance com o artista Márcio Gato e shows com diversos músicos. O show de um dos artistas, Saulo Sabino, apresentou uma música sobre o rio Jacaré, onde ele contava suas histórias de pescarias e sereias, falando de sua vida com o rio. Durante todo o tempo do evento o ambientalista Ildeano Silva apresentava, em outro ponto da praça, seus produtos ecológicos, como formas de redução de energia elétrica, aquecimento solar etc. Em outro ponto estavam as camisetas a venda para arrecadar fundos para a revitalização do rio e algumas barracas de comida e artesanato. O Jeep clube da cidade também arrecadou recursos para a campanha através de passeios. Posteriormente, Ildeano Silva questionou, pessoalmente e publicamente, o porquê da ONG GRAMDS ter de arrecadar os recursos para um fundo de meio Ambiente que é da prefeitura, exigindo recursos do Estado para este projeto. Segundo ele, o dinheiro arrecadado na campanha deveria ser investido em outros empreendimentos, como em propostas de educação ambiental.

Janice conta que a primeira proposta do projeto de revitalização do Jacaré foi fazer uma campanha que chamasse a atenção das pessoas para este tema. Segundo ela, esse evento foi realizado para chamar atenção para a campanha: *“E conseguimos, boa parte da população de Oliveira ficou sabendo que ia ter uma campanha chamada Todos pelo rio Jacaré. Depois nós começamos a buscar apoiadores para o projeto, pois o objetivo central mesmo é trabalhar as questões do solo para ter maior captação e absorção de água (Janice Oliveira, 2018, em entrevista).”*

Aqui, salientamos que salta aos olhos o fato de que não houve denúncias contra os agentes da degradação em todo o evento, o que condiz bastante com o sentido que a palavra sustentabilidade tem adquirido, como se todos fossem responsáveis pela degradação ambiental, que recai sobre os ombros do “homem” ou de algum outro ser abstrato, escondendo os agentes efetivos da degradação. Por outro lado, tal postura faz parte da estratégia da ONG GRAMDS, que procura trabalhar no campo das soluções “possíveis”, procurando o máximo de parcerias. A ONG também adota uma posição importante no sentido de lembrar o papel dos produtores rurais e tentar estabelecer com eles um diálogo, além disso, a campanha “Todos pelo rio Jacaré” atingiu um de seus objetivos, que era de colocar o rio em pauta nas discussões da cidade.

No entanto, como no caso do Jacaré a degradação se dá através de agentes específicos, também se faz importante um movimento que cobre não apenas a revitalização do rio, mas

que seja impedida a sua destruição. Esta parece ser a perspectiva adotada pelos ativistas Ildeano Silva e Israel Ramos, sobre os quais falamos anteriormente.



Paulo Afonso de Souza (à esquerda) presidente da Associação dos Produtores do Ouro Fino assina o termo de compromisso com a GRAMDS. À direita, Janice Oliveira. Foto: Luciano Soares, 2017.

3.2.3- O Programa Produtor de Água

O Programa Produtor de Água consiste em fazer ações que promovam a recarga de bacias hidrográficas com foco na recuperação da permeabilidade dos solos. Em Oliveira, o SAAE realiza esse projeto na Bacia do Córrego dos Bois, de onde vem a água que abastece a cidade e a GRAMDS o desenvolve na região do Ouro Fino, onde nasce o Jacaré. A ONG levou seu projeto ao Ministério Público (MP), que se dispôs a ajudar no que fosse necessário. Foi então que procuraram a Associação dos Produtores Rurais do Ouro Fino. A maioria dos produtores do local produzem para consumo próprio, eles trabalham com gado leiteiro, tiram leite, produzem queijo para si e vendem o excedente, mas em pequena quantidade. Predominam, ali, as pequenas propriedades. Janice conta que não tiveram “resistência nenhuma” por parte dos associados:

Na mesma hora em que nós explicamos, mostramos como seria o projeto eles apoiaram. Eles tiveram várias reuniões com técnicos explicando o que seria feito, como seria feito, qual seria o propósito, o que traria de benefício para as propriedades deles caso eles participassem do projeto e na medida em que iam tendo essas reuniões mais adeptos iam surgindo. A associação e principalmente seu presidente abraçaram o projeto (Janice Oliveira, 2018, em entrevista).

A partir da parceria com os produtores a GRAMDS foi em busca de um recurso maior, para que pudessem se manter por mais tempo. Conseguiram firmar uma parceria com o Ministério Público através da qual passaram a receber o dinheiro de multas ambientais, que são, atualmente, revertidas para o projeto. Segundo Janice, a pessoa que está sendo multada paga para o MP uma parte e outra parte diretamente para a ONG (o MP tem controle sobre os valores). As primeiras empresas doaram espontaneamente para o projeto, como algumas extratoras de areia, que doaram como forma de compensação, de forma mediada pelo Ministério Público.

A primeira propriedade recebeu o projeto em 2017 e o gasto foi de cerca de 9 mil reais. Foram feitas barraginhas, curvas de nível, aplicou-se calcário para corrigir a acidez do solo, utilizou-se o subsolador e o plantio direto. O projeto tem a mesma metodologia, mas se adapta ao que cada propriedade precisa mais: mais ou menos barraginhas, curvas de nível etc. Os responsáveis pela parte técnica são Demóstenes Romano e um técnico da EMATER. Alguns técnicos da EMATER também vieram pontualmente do município de Divinópolis para ajudar na área que “estava mais difícil”.

Como parte do projeto, um dos objetivos da GRAMDS é que os produtores abandonem o arado e passem a usar o subsolador, que é um equipamento melhor para a preservação das bacias. Também é mostrado ao produtor a técnica da rotação de culturas. Sobre os produtores, Janice comenta:

É interessante que quando nós chegamos com as informações muitos já praticavam o que a gente falou. Então são pessoas extremamente conscientes, e abertas a fazer, participar. Dão opiniões, sugestões de como fazer, então deu muito certo. A pretensão é que se mantenha, eles consigam manter essas práticas, que a gente fez lá, e depois venha o estudo das outras intervenções pra baixo [da cabeceira] (Janice Oliveira, 2018, em entrevista).

O projeto pretende “abrir o leque”, isto é, na medida em que for dando certo esperam que outros municípios da bacia do Jacaré os procurem para implementá-lo. Os integrantes da GRAMDS já entraram em contato com os ativistas do grupo “Amigos do rio Jacaré”, de Santana do Jacaré, e eles visitaram juntos a câmara de vereadores local. No momento a ONG permanece focada na micro-bacia do Ouro Fino:

a gente sabe que outras intervenções tem que acontecer, mas como focamos nesse pedaço, que é a cabeceira, região que recebe maior quantidade de água que forma os dois córregos que vão formar o rio, a gente colocou como objetivo maior. Quando isso tiver dando certo e se mantendo nós vamos para outros pontos (Janice Oliveira, 2018, em entrevista).

Segundo o secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Oliveira, Fernando Pimenta, o município havia tentado um financiamento da ANA para o Programa Produtor de Águas juntamente com o SAAE e a GRAMDS, mas não haviam conseguido. Porém, em 2018 uma técnica da ANA foi ao município e ficou “deslumbrada” com o fato de o projeto ter sido implantado mesmo sem os recursos. Por este motivo, a ANA decidiu apoiar o projeto e tudo indica que em breve vão conseguir um recurso de cerca de 800 mil reais para sua continuação, que seguirá priorizando as cabeceiras do rio Jacaré.



Antes e depois do Programa Produtor de Água em propriedade na comunidade do Ouro Fino. Fonte:

<https://riojacare.blogspot.com/> (último acesso em 18/04/2019)



Vista aérea do Projeto da GRAMDS. Fonte: <https://riojacare.blogspot.com/> (último acesso em 18/04/2019)

3.2.4- A mobilização ambientalista oliveirense

Nenhum dos ambientalistas com quem tive contato mora às margens do rio e, portanto, não se trata atingidos diretamente pela degradação. São pessoas inseridas no sistema capitalista moderno, em sua maioria com diplomas de nível superior, brancos e moradores de áreas urbanas. Eles se dedicam à causa ambiental por diversos motivos: segundo Luciano Soares, da GRAMDS, ele apoia o movimento como apoia todas as causas que considera justas, já Andréa, também da GRAMDS, contou que começou a trabalhar com meio ambiente por influencia de seu orientador no mestrado em engenharia, estudioso do tema, e posteriormente por ter sido contratada pela Secretaria de Meio Ambiente de Oliveira. Ildeano foi chamado à causa ambiental por conta de uma voçoroca que atingiu o quintal de seu cunhado, despertando sua consciência. Israel Ramos, por seu amor à natureza. De modo geral, os ativistas entrevistados começaram a atuar em defesa do meio ambiente por 3 motivos: 1) o fator ideológico; 2) o fato de possuírem algum conhecimento profissional que pudesse auxiliar na causa ambiental e 3) a proximidade com pessoas já ligadas à causa.

É visível nos ambientalistas a tentativa de questionar, no discurso público, a fissura entre seres humanos e mundo natural. Eles trazem em suas falas ideias como a interdependência ecológica e a necessidade de pensar no futuro, tratando os recursos naturais como finitos. Também existe um foco em estratégias de educação ambiental e de divulgação dos problemas socioambientais da cidade: Israel Ramos produziu um documentário sobre o Jacaré, Ildeano Silva promove ações em escolas e mantém um blog e campanhas na internet, a GRAMDS lançou a campanha “Todos pelo rio Jacaré”, articulando diversas formas de divulgação sobre o tema.

A respeito da visão dos ambientalistas sobre o rio, cito dois exemplos. O primeiro, um texto de Israel Ramos, publicado em sua página pessoal no *facebook*, no qual ele simula a voz do Jacaré, expressando um movimento de empatia, considerando rio como uma entidade viva, em desalento frente ao egoísmo humano:

Do que fui, restou até agora, o que me deixas ser, pois não imaginas que sou vivente, porquanto, me ignoras. Mas de mim te serves para depurar tuas mazelas, a escória de teu corpo. Sou por vezes tua estrada a encurtar suas distâncias, sou a seara de peixes, a matar-te a fome, quando também lhe mato a sede, ainda assim, me ignoras. Sou aqui, a milhares de janeiros, ancião, que de ti, não percebe respeito. Sou teu fantoche, que míngua sob um decreto de morte. Do meu leito de areia, fomentas o teu ouro, tua cobiça, e estranhamente, me ignoras. Sou um filete de lágrimas, das cercanias que choram pelo mal que me causastes, eu sou o teu paradoxo, e ironicamente, me ignoras. Eu sou água, o pão do mundo, que regido pela batuta do teu egoísmo, pressinto meu fim, que como sempre tu ignoras (Israel Ramos, 2016).

O texto de lançamento da campanha “Todos pelo rio Jacaré” é esclarecedor da visão da GRAMDS. Transcrevo abaixo um trecho intitulado “O rio da minha terra”

No seu poema “Guardador de Rebanhos”, Fernando Pessoa disse que o Rio Tejo, orgulho dos portugueses como suporte de vitórias navais e descobrimentos, “não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia”. Como o poeta, pensando globalmente e agindo localmente, uma das motivações dos articuladores da Campanha “Todos pelo Rio Jacaré” é pontuar que os rios Amazonas, São Francisco, Grande, Doce, Paraná e outros, também orgulhos nossos, não são mais importantes ao povo de Oliveira do que o Rio Jacaré, porque as Águas do Rio Jacaré é que correm ao alcance cotidiano de nossa sede, de nosso corpo, de nosso coração, de nossa consciência cidadã, de nossa responsabilidade social, de nosso comprometimento cósmico.

Esta não é só uma visão poética sobre o Rio Jacaré. Em próximas crises hídricas, serão dele as Águas que abastecerão Oliveira, a menos que queiramos continuar como predadores, vampirizando lençóis freáticos e aquíferos com a abertura de caros e desastrosos poços artesianos.

Pelo que fizermos ou deixarmos de fazer, agora, com urgência, nas áreas de recargas das Águas Subterrâneas das sub-bacias do Rio Jacaré seremos louvados ou seremos execrados pelas futuras gerações. A ESCOLHA É NOSSA (GRAMDS, texto de divulgação, 2016).

Também podemos acessar alguns dos princípios que inspiram a GRAMDS através da obra de Demóstenes Romano, pois ele é o principal articulador do discurso público da ONG e importante agente na execução dos projetos. Analisando seus livros “Gente cuidando das águas” (2002) e “Salve, água!” (2018) é possível perceber uma postura mística e ética em relação à água. Segundo o ambientalista “*a visão cósmica sobre Água engrandece o que a visão institucional empobrece*” e deve-se cuidar da água não apenas porque ela é útil, mas também por sua “transcendência de ser vida”.

A visão ética sobre a água se mistura a uma perspectiva de gestão que prioriza a atuação individual e prega que não se deve ser “dependente do Estado” nem assumir uma “postura infantil e vitimista” ao realizar projetos ambientais. A ideia é empoderar comunidades e pessoas comuns para que elas passem a se responsabilizar pelo cuidado das águas em ações cotidianas, como a escolha do detergente que irão utilizar na louça, ou o tipo de preparo da terra para a plantação. Em seus livros, Demóstenes traz algumas ideias que considera essenciais para orientar a gestão cidadã de águas. O livro “Gente cuidando das águas” traz propostas de ação e preceitos que parecem nortear a atuação da GRAMDS. Ele parte de dois pressupostos:

o primeiro é o de que a emoção move e a razão organiza; o segundo, sustentado no primeiro, é o de que uma gestão de Águas só dará grandes saltos qualitativos e quantitativos quando se caracterizar mais por libertação do que por dominação, mais por civilidade do que por legalidade, mais por abundância do que por escassez, mais por autonomia do que por burocracia e mais por “empowerment” do que por infantilização (ROMANO, 2002, p. 18).

Demóstenes critica fortemente a ideia de que a água está escassa e as campanhas “terroristas” que falam sobre a degradação ambiental do planeta. Nesse e em outros livros,

como “Salve, água!”, ele defende a necessidade de uma cultura da abundância, da produção de água, e não do consumo sem produção ou das ações baseadas no medo da escassez. De certa maneira, é um ambientalista contrário ao preservacionismo.

Embora alguns integrantes da GRAMDS critiquem a postura de cobrança frente ao Estado e defendam uma ação pautada no empoderamento individual, a ONG possui bastante apoio estatal em comparação com outros ambientalistas da região. Ildeano, por exemplo, que se dedica a causa ambiental desde a década de 1990, juntamente com a Associação Comunitária São João Batista, relatou diversos casos em que não foi atendido pelo poder público e também pela sociedade civil. Em entrevista, ele comenta:

Desde aquela época de 96 até hoje se tivesse tido apoio do prefeito, vereadores, comunidade, Morro do Ferro poderia ser hoje um espelho e as voçorocas seriam ponto turístico e não uma ameaça para nós principalmente e para as águas que saem aqui de Morro do Ferro tanto para o rio São Francisco quanto para o rio Jacaré (Ildeano Silva, 2016, em entrevista).

No contexto da luta pela preservação do Jacaré alguns ambientalistas se dedicam a combater empresas e exigir atitudes do poder público. Outros, procuram parcerias estratégicas com esses atores em ações de revitalização e preservação. Apesar das diferenças, todos empregam em seus discursos o ideal do *desenvolvimento sustentável*. O termo desenvolvimento sustentável foi bastante difundido a partir do Relatório Brundtland, publicado pela ONU em 1987, e significa a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras. Segundo essa perspectiva, é necessário e possível compatibilizar o crescimento econômico com a diminuição das desigualdades sociais e com a preservação dos “recursos” e equilíbrios naturais (CARNEIRO, 2014).

Entretanto, a noção de desenvolvimento sustentável é controversa, pois é utilizada na esfera pública com sentidos diferentes por atores sociais bastante diversos. Assim, podemos identificar esse termo tanto no discurso de povos indígenas amazônicos que visam o manejo sustentável da floresta, quanto de empresas como a VALE, que é responsável por alguns dos maiores crimes socioambientais já ocorridos no país. Aliás, a maioria das empresas que têm uma ação comprovadamente degradadora do meio ambiente possuem peças publicitárias voltadas à ideia de sustentabilidade (veja, por exemplo, os sites da Anglo American e da própria VALE).

Jurandir Carneiro (2014) aponta que o discurso do desenvolvimento sustentável, que até a década de 1980 era visto como um entre tantos discursos que criticavam o desenvolvimento, atualmente é a forma hegemônica utilizada ao se tratar das chamadas “questões ambientais”. Segundo ele, o conceito, da forma como foi apropriado por grandes empresas, organismos internacionais etc., é utilizado partindo de um silêncio tácito sobre a noção de desenvolvimento. Já existe, de antemão, a impossibilidade de discutir o que se desenvolve e como se desenvolve. A necessidade de crescimento do capitalismo é como algo dado, sendo preciso compatibilizar o crescimento econômico com a sustentabilidade ecológica e a igualdade social.

Porém, essa compatibilização não parece possível, visto que o sistema tem como base a desigualdade entre trabalhadores e os que exploram sua mão de obra, bem como está pautado na transformação da natureza em riqueza monetária. O capitalismo implica em um crescimento constante da acumulação de riqueza abstrata, e essa riqueza é produzida através da transformação dos “recursos naturais” em mercadorias. Logicamente, o crescimento da produção destrói as bases da própria produção, pois os “recursos naturais” são finitos e não podem ser explorados indefinidamente (CARNEIRO, 2014).

Essa recusa tácita em discutir *“os nexos entre as relações capitalistas de produção e seus impactos sobre as condições naturais conduz o pensamento a considerar que tais impactos são o resultado da ação “do homem” sobre a natureza (CARNEIRO, 2014, p. 32).* Assim, é muito comum que se diga que a humanidade (abstrata) está destruindo o meio ambiente, sendo que esta destruição está sendo feita por agentes específicos dentro de um sistema econômico particular, que não é o único existente, nem existiu sempre na história da vida humana no planeta: é sempre bom lembrar, por exemplo, que muitos povos não capitalistas estão auxiliando na preservação do meio ambiente.

Por fim, a noção hegemônica de desenvolvimento sustentável não abarca as disputas e desigualdades de poder que envolvem as questões ambientais. Aqui lembro o fato de que geralmente os empreendimentos com maiores riscos e danos socioambientais são implantados em países pobres, e, dentro desses países, incidem sobre as populações mais vulneráveis (CARNEIRO, 2014).

No contexto desta pesquisa, questões estruturais como a economia, e outras, concernentes à distribuição de poder dos atores no espaço social, se fazem sentir de diversas

formas, como na perseguição de alguns ambientalistas e não de outros, na força das empresas perante o poder público etc. Também é notável que a maioria dos projetos ambientais implantados sejam financiados por empresas com alto potencial degradador. Feitas essas considerações, sigamos para a análise de mais um grupo bastante próximo ao Jacaré: os produtores rurais.

3.3- Os produtores rurais e o rio

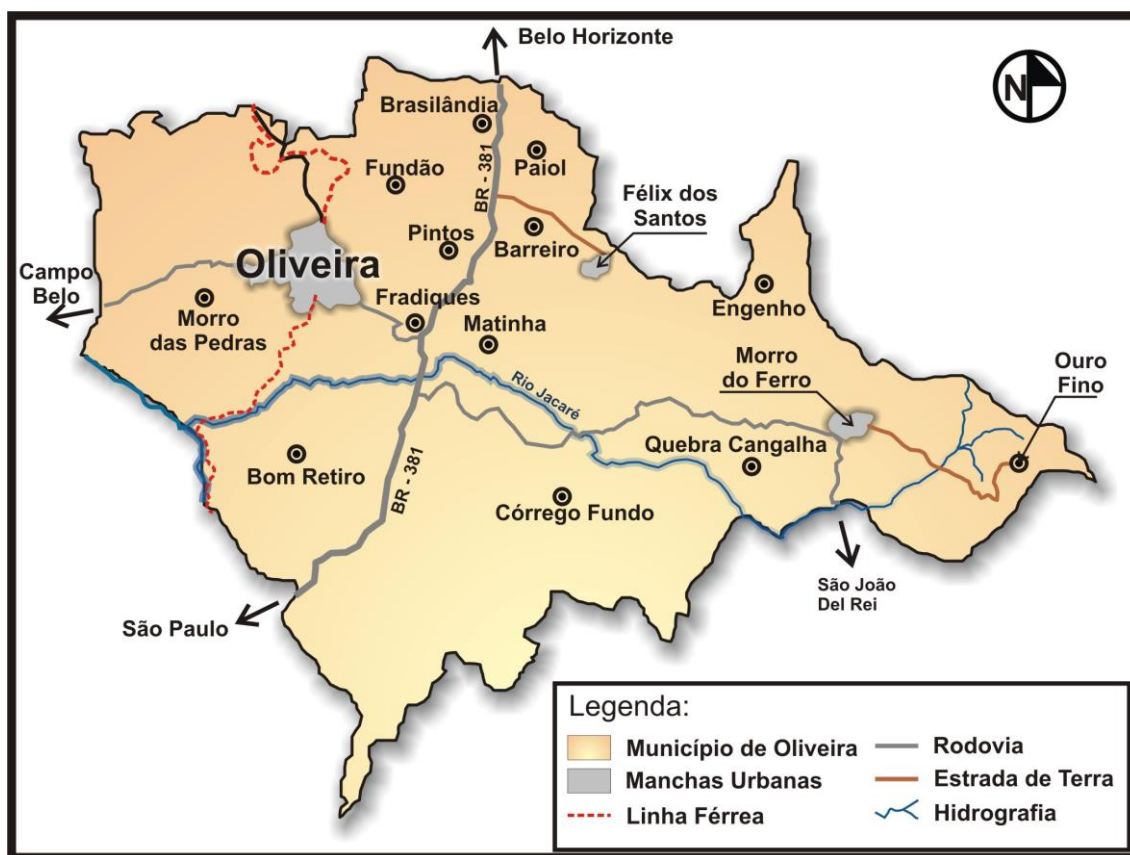


Fazenda Jacaré, 2018. Foto: Ana Paula Rodrigues

O Jacaré corta Oliveira no eixo Leste-Oeste e este eixo marca a conformação da atual estrutura fundiária do município: as pequenas e médias propriedades rurais se encontram ao norte, acima do rio e as grandes fazendas se concentram ao sul do Jacaré. Provavelmente uma das razões para a concentração de terras ao sul do território é a topografia mais branda da região, que facilita a cultura agrícola extensiva e a mecanização da lavoura. Outra razão seria a melhor qualidade do solo nessas áreas. Ao norte, acima do eixo marcado pelo rio Jacaré, estão a sede do município, o distrito de Morro do Ferro, os povoados de Pintos, Quebra-

Cangalha, Engenho, Tombador e Felix dos Santos, este último com grande concentração de residências (PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA, sem data).

Apesar de Oliveira possuir uma grande extensão territorial, mais de 86% de sua população vive na cidade, incluindo a maioria dos proprietários rurais. Cerca de 50% da área do município é composta de grandes propriedades rurais (latifúndios). As comunidades rurais de Oliveira são formadas por pequenos e médios proprietários rurais com casas espaçadas, distantes umas das outras. Muitos moradores dessas comunidades trabalham em postos, restaurantes ou fábricas implantados ao longo da BR 381. Abaixo, podemos ver um mapa das comunidades rurais do município:



Município de Oliveira - Comunidades Rurais Fonte: IBGE

Visitei três propriedades rurais próximas ao Jacaré, que não pertencem a essas comunidades. Conversei, nestas visitas, com quatro proprietários: Rosemaire e João Nery são cunhados e vizinhos, e ambos moram nas mesmas casas desde que nasceram, no povoado do Jacaré, Sebastião é pai de José e eles compraram juntos a fazenda chamada Caracol, em outra parte do rio, próxima à Ponte de Ferro. Sebastião e José não moram na terra, mas os outros entrevistados sim. Rosemaire me conta que sua família sempre morou ali, e os velhos muros

de pedra do curral atestam esta história. Segundo ela, eles estão ali “desde sempre”. Teriam sido feitos por pessoas escravizadas? Não sei. Rosemaire herdou a fazenda de seu avô, que gostava muito dela. Quando cheguei ela estava alimentando o gado, mas me disse que trabalha cuidando da casa e dos filhos. O curral está instalado logo ao lado de sua casa, e em seu quintal avistamos o rio.

Rosemaire não vai tanto ao Jacaré, embora brincasse nele quando criança. Seu filho, por sua vez, gosta muito de pescar. Ela se lembra de que o rio tinha cheias muito mais fortes, e fala da diminuição das chuvas. Conta-me também que se mudou para a cidade por um tempo, por questões de saúde da filha, mas quis voltar para seu lugar de origem. Na casa, verduras, bananeiras, plantas ornamentais, fogão à lenha, piso de cimento batido. Ao lado do muro, vejo uma casca de cobra. Pergunto se tem muita cobra por ali. Rosemaire diz que sim, muitas: jararaca, cascavel. Ela tem muito medo, mas é ela mesma quem mata quando aparece. Na região também há muitos lobos e é possível ouvir seus uivos à noite.

A forma como cheguei nessa fazenda foi através do policial florestal Antônio, que me levou à região, e Rosemaire foi a única produtora rural com quem consegui conversar. As mulheres têm um histórico de desvalorização no campo, gerando um maior êxodo da parte delas (Abramovay, 1995), o que pode ser um dos motivos para eu não ter encontrado nenhuma mulher administradora de alguma fazenda. Segundo o censo agropecuário realizado em 2017 pelo IBGE, dos 1292 imóveis rurais do município de Oliveira, 1.072 pertenciam a pessoas do sexo masculino, e apenas 120 a pessoas do sexo feminino. A desigualdade de raça também é gritante: 1.044 proprietários brancos, e apenas 55 pretos e 87 pardos.

Em um estudo realizado no Paraná por Abramovay (1995), 10 de 16 mulheres entrevistadas consideravam o trabalho na agricultura muito pesado, sofrido e cansativo e foi atestado que a dupla jornada de trabalho é muito comum entre elas. Essa realidade ainda não mudou significativamente e na região de Oliveira além da dupla jornada ainda existem mulheres que recebem menos por dia de trabalho na panha de café ou em outras atividades agrícolas. Outro aspecto importante que impacta na desigualdade de gênero no campo é que na agricultura familiar ainda é comum que o pai administre o dinheiro gerado pelo trabalho dos filhos e filhas, e das esposas, garantindo um controle patriarcal sobre a família (Abramovay et.al, 1995).

Ao lado da fazenda Jacaré está a propriedade de João Nery, pecuarista que é casado há poucos anos e que já viveu muito tempo sozinho na pequena casa herdada dos pais, onde nasceu (de parteira) e vive até hoje. Enquanto caminhamos pelo mato ele diz que não há nada

melhor do que viver em contato com a natureza. Percebo seu apreço por aquele lugar e pelo rio. A coisa que ele e sua esposa Ivani mais gostam é pescar. Se pudessem, pescavam o dia inteiro: nem trabalhavam, ela diz. Do alto do morro João me mostra de longe uma mata onde se localiza uma nascente: o terreno é de uma juíza e ela não gosta que tirem nenhuma árvore. Reflito através dessa fala que a juíza, além de consciência ambiental, possui outros meios econômicos que fazem com que não precise degradar o ambiente em sua propriedade.

Atualmente, João cria búfalas e vende seu leite para os Laticínios Bom Destino. O leite de búfala é mais caro e muitas pessoas optam por produtos feitos a partir dele porque ele tem menos colesterol. As búfalas são um gado rústico e só necessitam de pastagem e um pouco de complemento para a alimentação. Elas também gostam de se esbaldar na água dos rios, e João mora a poucos metros do Jacaré.

Todos os entrevistados concordam que o rio está muito degradado, mas cada um fala que o problema é uma atividade que não fazem: quem cria vacas culpa a criação de búfalas, quem cria búfalas culpa o eucalipto e assim por diante. O produtor rural Sebastião, que tem 82 anos, pensa um pouco diferente. Ele diz que ele e os outros produtores rurais têm responsabilidade sim sobre a degradação, mas que isso deve ser compreendido. Também diz que é preciso que o governo incentive os produtores, pois o que acontece agora é que eles precisam arcar privadamente com a preservação que beneficia toda a sociedade. Em suas palavras:

Alguns, maioria dos produtores rurais, também não amam a natureza. A maioria. Porque se todos amassem a natureza, o produtor rural era um guardião da natureza, porque ele tá ali todo dia, todo dia ele tá ali. Mas tem que amar a natureza, não tem que pensar só nele. Se ele pensar, tiver humanidade, e pensar na população, porque também são todos iguais, são todos irmãos, ele seria um guardião da natureza. Agora o que às vezes o meio ambiente quer, isso aí minha filha, tá inverso. Porque você vê, hoje a lei diz claramente que a água não é do produtor rural, ele tem que cuidar dela e não é dono, porque o dia que ele precisa de água tem que requerer uma outorga, então se ele for mais racional ele fala “eu não vou cuidar da água porque ela não é minha, ela é do poder público”, né? Agora, se ela é do poder público, o que que o poder público teria que fazer? Bancar custo. Pra conservação das nascentes, nesse caso, do rio (Sebastião Viana, 2018, em entrevista).

Sebastião aponta a contradição: o produtor rural possui meios essenciais para proteger a natureza, visto que é o que está mais próximo dela, mas ao mesmo tempo precisa explorá-la para sobreviver economicamente. A população rural também sofre com o descaso do governo e com a ideia de que o campo é o lugar do atraso. Sebastião foi vice-presidente do sindicato

dos produtores rurais e já ouviu de um prefeito que os produtores deveriam “pegar um carrinho de mão e arrumar as estradas rurais” ao invés de cobrar isso da prefeitura. As políticas públicas, quando existem, muitas vezes são impostas ao campo sem diálogo, de maneira autoritária e sem levar em conta os modos de vida da população. Como aponta Galizzoni, em um trabalho realizado com populações rurais de Minas Gerais:

As famílias são unânimes em afirmar que as leis ambientais só prejudicam os mais pobres, e todos gostariam que elas mudassem. É necessário notar sobre esse aspecto repressivo da lei: ela rebate de forma desigual sobre grandes e pequenos possuidores de terra, gerando verdadeira repulsa por parte dos agricultores que possuem parcelas pequenas de terra em obedecer a elas, já que as leis não se adequam à realidade das terras dos agricultores e restringem muito suas possibilidades produtivas. Tal qual ocorre em outras áreas de Minas Gerais; cabe aos pequenos produtores o custo da conservação ambiental. Entretanto, eles recebem pouquíssimos incentivos ou compensações por isto (GALIZONI, 2005, p.92) .

Sebastião é enfático sobre esse aspecto repressivo do poder público e, como muitos outros entrevistados, cita a corrupção dos órgãos ambientais, que não realizam seu trabalho de forma correta. A palavra meio ambiente é usada em seu discurso como sinônimo de natureza, mas também de órgãos ambientais e de ambientalistas, os dois últimos vistos como distantes e pouco conhecedores da realidade dos produtores rurais. Nas palavras de Sebastião:

Nós estamos todos reconhecendo que estamos precisando de olhar pra esse lado. *Agora, uma coisa que eu me revolto é deles falarem que o produtor rural é criminoso, pelo contrário, ele é um guardião da natureza porque ele tá ali todo dia, se ele quiser ajudar, ele tá ali todo dia, ele tem mais condição de permanecer no local, porque as pessoas da cidade vêm e cuida e vão embora, né, e ele tá sempre ali. Porque ele depende da terra pra sobreviver.* Por isso que eu acho que o Meio Ambiente, o poder público, tinha que ajudar nessa parte com custos financeiros, e o produtor reconhecer que ele tem que fazer melhor da parte dele também. Não é só o meio ambiente não, porque eu reconheço que pro meio ambiente também fica complicado, porque é isso que eu tô falando, eles não estão todo dia. Hoje tá muito avançado a fiscalização, esses trem, mas a gente nem convém falar da fiscalização, não deve” (Sebastião Viana, 2018, em entrevista - grifo meu).

Alguns produtores sabem como preservar, mas isso seria oneroso. O plantio direto, por exemplo, é visto como melhor para a preservação do solo, mas é mais caro, o que faria necessário um investimento público. Sobre esse assunto, Sebastião comenta:

Isso é um negócio fundamental isso que eu tô falando sobre plantio direto. Porque nós temos necessidade de alimentar, ou mesmo pra recursos financeiros, porque você tem a propriedade, ela custou dinheiro, ele tem que tirar dinheiro dela. Ele tem que viver dela, ele, a família. Há a necessidade de usar a terra, e se puder usar de uma maneira menos ofensiva à natureza não é muito melhor? (Sebastião Viana, 2018, em entrevista).



Casa na fazenda Caracol, 2018. Na foto vemos a mobinete, veículo bastante usado na zona rural e uma casa feita com muros. Antes, Sebastião e José passavam as noites na fazenda em um ônibus desativado. Foto:

Ana Paula Rodrigues



Sebastião Viana, 2018. Foto: Ana Paula Rodrigues

Em 2016 a engenheira florestal Miriam Silva realizou 12 entrevistas por questionário com produtores rurais na sub-bacia do córrego dos Bois, parte da bacia do Jacaré de onde é retirada a água para o abastecimento de Oliveira. Da área total da sub-bacia 40,70% do território é ocupado por pastagem, 35,84% por cafezal e 18,84% por vegetação nativa. O conflito do uso e ocupação do solo nas áreas destinadas à preservação corresponde a 25,58% do território das áreas de APP, evidenciando a presença de atividade antrópica nas áreas legalmente protegidas. O uso conflitivo mais comum nas APP é a pastagem (Silva, 2016).

Sobre a relação dos produtores com o local e o impacto dessas relações sobre o meio ambiente, a pesquisadora chegou à seguinte conclusão:

Constata-se que a maioria dos proprietários rurais, arrendatários e suas famílias não possuem ligação afetiva com as suas terras e sim apenas um vínculo econômico. Chega-se a essa conclusão, pois a maioria dos proprietários não reside em seus imóveis rurais, grande parte das terras não foi herdada, foi adquirida por compra ou arrendada, apenas alguns dos filhos contribuem com as atividades e, em geral, não há interesse dos herdeiros em dar continuidade às atividades agropecuárias.

Esse fator poderá influenciar negativamente o desenvolvimento sustentável da sub-bacia em longo prazo pois, atualmente, os produtores utilizam os recursos naturais disponíveis de modo que sua atividade agropecuária seja rentável e, em geral, não há preocupação com a conservação desses recursos para as futuras gerações. Na hipótese de ocorrência de degradação ambiental que interfira na produtividade do agronegócio, é bem provável que os proprietários rurais e arrendatários procurem outras terras mais produtivas ou mudem de negócio (SILVA, 2016, p. 130).

Em minha pesquisa também percebi o fator econômico como principal mediador da relação dos produtores rurais com o meio ambiente, mas convém lembrar que esse predomínio do valor econômico é comum na vida da maioria das pessoas que vivem num sistema capitalista de consumo. Esperar que os produtores rurais colocassem a natureza como valor acima do lucro significaria esperar que não tivessem uma mentalidade capitalista, o que seria contrário à sociedade em que vivem e na qual foram criados. Os produtores que eu entrevistei e visitei não vivem no luxo- pelo contrário. A degradação que eventualmente produzem não é devida a ganância, mas uma consequência da tentativa de sobreviver da melhor maneira possível em suas terras.

Em conversa com José Orlando, o agricultor que era mais crítico ao “pessoal do meio ambiente”, ele disse que o principal problema do rio era a extração de areia, mas apontou para a parede da casa onde estávamos e disse: todos querem construir casas. Obviamente, as leis ambientais existem para que a produção seja feita de forma adequada, mas o problema realmente é profundo e precisamos pensar qual nosso papel de consumidores de natureza, de “povo da mercadoria” (KOPENAWA e ALBERT, 2015), pois nós também fazemos parte do circuito da degradação ambiental.

É preciso uma mudança civilizatória, pois atualmente a produção agrícola é governada pelo mercado, que deve seguir essa lógica, mesmo em detrimento da preservação ambiental. No Brasil, a maioria dos trabalhadores não são donos da terra, trabalham às vezes sem folga e são muito explorados. O campo ainda é um mundo invisibilizado e desvalorizado. É preciso que se enxergue a importância do campo e que sejam feitas políticas públicas que diminuam a desigualdade e incentivem a preservação ambiental, mas o que vemos, como aponta Carvalho (2005) é a colocação dos produtores rurais ora “*como criminosos ambientais, ora como heróis salvadores do bucólico mundo rural*” (CARVALHO, 2005, p.133).

Os produtores rurais são agentes chave tanto para compreender a degradação do Jacaré, quanto para a construção de seu futuro. É perceptível nesta pesquisa que eles não estão fora da

lógica capitalista, onde o mundo natural é utilizado como recurso para a produção e o lucro, porém, outras questões perpassam a relação com o ambiente, como a afetividade com o local em que vivem. Concordamos com Laschefski et al. (2012), que alguns agricultores familiares já incluíram, em parte, a visão de que se deve preservar a natureza, porém, são as materialidades de seus modos de vida, explicitada pela pressão econômica, que explicam as aparentes contradições nos seus atos. As políticas ambientais são, na maior parte das vezes, repressivas, porém, seria mais efetivo que existissem políticas de incentivo à produção sustentável. As formas de relação entre produtores rurais, Estado e ambientalistas variam, porém, é certo que sem a atuação dos produtores rurais é impossível avançar na recuperação e preservação do rio Jacaré

As pessoas no município de Oliveira que se organizam na defesa do rio Jacaré têm perspectivas diferentes em relação aos produtores rurais. Uns criticam os produtores, expressando sua desesperança: *“Fazendeiro só quer saber de pasto.”*, disse-me um ambientalista em entrevista. Outros tentam trazer os produtores para a defesa do meio ambiente, apontando a eles quais vantagens poderiam obter com isso. Como já foi dito, a ONG GRAMDS faz um trabalho com agricultores familiares do Ouro Fino, comunidade onde estão localizadas muitas nascentes do Jacaré. Eles ajudam na recuperação do solo nas propriedades rurais, de modo a possibilitar a recarga subterrânea da bacia hidrográfica. Janice, presidente da ONG, comenta que foram muito bem recebidos pelos produtores, que abraçaram sem ressalvas o projeto. Ao ser perguntada sobre o interesse dos produtores em preservar, ela comenta:

Eles têm [interesse em preservar], porque eles sabem da importância do rio pra eles. Eles falam isso o tempo inteiro. Da importância daquelas nascentes pra eles, daquele córrego pra eles. (...) E como a gente não tem essa intenção de preservar por preservar, a gente sabe que eles precisam tirar dali o sustento deles, então a gente une a questão da produção, mas é uma produção sustentável com práticas que vão favorecer o solo e vão favorecer a eles. Então a gente consegue juntar as duas coisas, a produção para o sustento deles e a preservação daquele ambiente ali. (...) é uma associação de produtores da agricultura familiar. (...) Os valores que iam ser gastos pra preservar às vezes não tem, então quando a gente chega com um projeto e conseguimos fazer ali, o que ele tem que fazer é manter as práticas (Janice Oliveira, 2018, em entrevista).

Aqui é importante lembrar que são pequenos produtores, que plantam principalmente para subsistência.

De modo geral, existe um impasse: se por um lado os produtores rurais não se mostram preocupados com a preservação ambiental, por outro, eles não podem ser apenas cerceados, visto que a preservação depende de uma mudança real de atitude por parte deles. No que tange à fiscalização e cumprimento das leis, a polícia florestal oliveirense não possui meios de fazer seu trabalho, como vimos anteriormente neste trabalho. Em relação à conscientização, o caminho ainda é longo, mas o policial ambiental Antônio acredita que houve um avanço nesse tema. Em suas palavras:

Hoje em dia tá mudando muito, tá melhorando, o pessoal tá bem mais consciente. Mas ainda você encontra aqueles que não respeita, não quer gastar em por um bebedor pro gado beber uma água no curral, solta o gado pro gado ir todo pro rio. Ainda existe muita gente que desobedece. Tem melhorado, nesses 6 anos que eu trabalhei na polícia florestal eu notei uma grande melhora. Pessoal tem se conscientizado bastante, pelo nosso trabalho, pela divulgação de televisão. Sempre tem aquela porcentagem de gente que não tá nem aí ne, tem a água lá e quer fazer o gado dele beber, quer tirar o lucro dele daquela propriedade ali”(AntônioVargas, 2018, em entrevista).

Sobre as mudanças de perspectiva da população oliveirense sobre o meio ambiente, Ildeano Silva é um grande exemplo, pois ele conta que era um destruidor, mas hoje é um protetor ferrenho e ambientalista reconhecido. O produtor Sebastião Viana também conta que modificou sua visão com o tempo e as dificuldades passadas com as secas. Hoje ele, que já se dedicou à produção de carvão, optou por não desmatar: *“tem coisas aí que estão liberadas e eu não vou tirar, porque eu fico pensando na geração futura, né, porque a gente já sofreu aqui com o negócio de planta, com falta de chuva, então eu já fico pensando no futuro, na geração futura, dos que virão. Porque eu vejo que sem água não tem nada, né?”* (Sebastião Viana, 2018, em entrevista).

Todos os entrevistados e entrevistadas nessa pesquisa concordam sobre a importância do rio Jacaré. Cito como exemplo a conversa com o ex-vereador Rosymar, na qual este demonstrou certa resistência em relação aos discursos ambientalistas- dizendo que ambientalistas se preocupam mais com as árvores do que com as pessoas- mas ao ser perguntado sobre a importância do rio foi taxativo: *“é muito importante, nós somos feitos de água!”*

É bastante claro que o meio ambiente está se tornando um valor aos poucos, mas quando confrontado com o valor econômico ele perde sua força quase totalmente. Poucos colocam o rio Jacaré acima do ganho econômico, e os que colocam não são bem vistos. Muitos não acreditam que suas ações prejudiquem o rio, ou que prejudiquem ao ponto dele um dia desaparecer. Muitos, também, não se importam se ele de fato desaparecer, contanto que isso não os atinja. Israel Ramo afirma que os ambientalistas ainda são taxados como chatos quando tentam falar sobre o assunto. E o produtor rural Sebastião Viana reflete: *“pra cuidar da natureza, sinceramente, é por amor à ela, pra te falar a verdade. Por amor à vida, afinal de contas. Porque sem água não tem vida, é isso que eu tenho que te explicar”*.



O rio avistado da fazenda Jacaré, 2018. Foto: Ana Paula Rodrigues



João Nery, 2018. Foto: Ana Paula Rodrigues

3.4- Sobre esses retratos

Um dos significados mais correntes do termo “natureza” no mundo ocidental é: aquilo que não foi criado diretamente pelos seres humanos. É utilizando esse sentido de natureza que o marxismo define termos como trabalho e produção. Marx diz que trabalho é sobretudo um processo no qual participam os seres humanos e a natureza, no qual os humanos defrontam-se com ela como uma de suas forças. Os humanos “*põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana*” (Marx, 1980, p.202). O processo de produção, por sua vez, seria justamente “*a apropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada*” (Marx, 1977, p. 2015 Apud. MEDICI, 1983, p.12). Ou seja, a forma como os seres humanos se relacionam com a natureza é determinada pela forma como se organizam entre si.

Seguindo essa definição, o rio Jacaré é um elemento da natureza, e é amplamente admitido como tal neste contexto etnográfico por se tratar de uma sociedade moderna ocidental. Trata-se, também, de uma sociedade capitalista, portanto, esse é o sistema de produção que pauta a forma como as pessoas se relacionam com o rio, principalmente no que se refere a seu uso para o trabalho. O economista James O'Connor chama atenção para o fato de o capitalismo estar fundado em uma contradição básica: a natureza é condição de produção para um sistema que visa a acumulação e a expansão constante. Porém, a natureza, que é basicamente o mundo, é finita. Se o sistema capitalista diminuir sua produção, temos crises, se ele continuar indefinidamente, temos o colapso ambiental. O sistema também trabalha numa lógica que prioriza o lucro e a acumulação. Como aponta Kurtz: *“sob a pressão do mercado, o empresário é obrigado a obedecer, em todas as decisões, à racionalidade monetária”* (KURZ, 1997, p.186 apud CARNEIRO, p.33).

Esse imperativo pode ser visto na vida de muitos agricultores. A grande produção de tomates, por exemplo, é um dos motivos da degradação do rio, porém, há relatos de casos de caminhões desses alimentos jogados fora por não atingirem um preço pelo qual valeria a pena ser vendido, isso em um mundo em que sabemos que milhões de pessoas são assoladas pela fome. Jogar alimentos fora não é uma falha moral dos produtores rurais, e sim uma exigência do sistema, que os entristece. Da mesma forma, faz sentido, nesse modo de produção, utilizar as margens dos rios para a pecuária, pois aumentar a área produtiva irá gerar lucro, que é um valor primordial. Por isso, considero que a degradação do Jacaré se deve a fatores estruturais da sociedade capitalista, não sendo possível contorná-la por completo dentro desse sistema econômico.

Atualmente, existem mecanismos para mitigar a degradação. O Estado, por exemplo, deveria ser uma instituição com valores diferentes do mercado. As leis ambientais são uma expressão de que um ambiente saudável e a vida dos cidadãos são mais importantes para o Estado do que o lucro de alguns empresários. Muitos órgãos estatais são responsáveis por ações de defesa do rio Jacaré, como o SAAE, que atua na preservação de nascentes, segurança da água e na educação ambiental (também por ser um órgão que depende diretamente da água do rio). Porém, o Estado tende a servir os interesses do mercado, através da ampla participação de empresas em instituições públicas que deveriam regular os usos dos “recursos naturais”, da prática corrente de agentes estatais de aceitar subornos para não realizar seu trabalho, ou simplesmente do sucateamento do aparato que poderia garantir uma melhor

relação de nossa sociedade com o mundo natural. No caso do Jacaré, já discutimos anteriormente as limitações dos comitês de bacias, a corrupção e a falta de instrumentos para que agentes do Estado façam seu trabalho.

Apesar da lógica capitalista ser um fator estruturante das relações estabelecidas com o rio, ela não é a única, e existem muitas disputas. Mesmo estando de acordo com a ideologia dominante do *desenvolvimento sustentável*, que não questiona as bases capitalistas da degradação do ambiente, os ambientalistas oliveirenses são um grande exemplo de que existem pessoas dedicadas ao rio por motivações diversas das do capital. Eles se dedicam por afetividade, por consciência de serem parte de um todo, por ética etc. E conseguem muitas vitórias. É notável que Ildeano Silva tenha levantado de maneira tão contundente a discussão sobre meio ambiente no distrito de Morro do Ferro. Ele se tornou conhecido na região e referência quando se trata do assunto e certamente possibilitou a educação ambiental de várias pessoas. Lembro aqui a fala de Ivani, que, ao perceber que havia uma nascente na propriedade de seu marido, logo pensou em procurar Ildeano para saber como preservá-la. Outro caso interessante é o da ONG GRAMDS, que surgiu do interesse de uma adolescente e hoje está em vias de receber, juntamente com a prefeitura, um grande recurso financeiro para a recuperação do Jacaré.

Esses retratos de rio mostram que mesmo em um trecho relativamente pequeno de um rio de médio porte, as relações possíveis com o mundo natural são inúmeras. O rio se desdobra em companheiro, fonte de sustento, lugar de religiosidade, de conflitos, de histórias do passado, de promessas de futuro. Embora o rio esteja degradado, é notável que pessoas se dediquem a ele de forma tão comprometida. Também é notável que um pequeno número de pessoas possa produzir resultados tão grandes. A relação com o Jacaré nunca foi apenas de destruição: em alguns trechos produtores rurais cuidavam do rio mesmo antes da implantação das leis ambientais vigentes, e hoje muitos se dedicam a cuidar do meio ambiente, ou pelo menos se solidarizam com a causa ambiental. O fato da GRAMDS ter sido criada por uma adolescente com o auxílio de professores, após ela ter conhecido um projeto de preservação ambiental, mostra como muitas pessoas querem fazer algo, mas não sabem como ou não têm recursos, agarrando as oportunidades assim que aparecem. Isso também é visível na adesão dos produtores rurais ao Programa Produtor de Água. Por esses motivos, considero que existem muitas possibilidades de relações mais harmônicas entre os oliveirenses e o rio Jacaré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sonhar o rio

Os chamados recursos naturais são condições de existência para a vida humana e podem ser apropriados de diversas formas, de acordo com modos de produção, sistemas simbólicos ou outros fatores sociais. Além disso, a apropriação dos recursos naturais é mediada por relações desiguais de poder. Ideias particulares sobre “natureza”, “ecologia” e “meio ambiente” estão em constante interrelação com outras noções, o que implica processos de negociações e conflitos, que são políticos (ULLOA, 2002). O rio é parte de uma disputa que não diz apenas sobre como suas águas serão utilizadas ou sobre quais construções simbólicas predominarão ao se tratar do meio ambiente: as relações com o Jacaré dizem de um projeto civilizatório, do que é a boa vida para as pessoas que vivem a sua volta.

Existem muitos caminhos a seguir. Pessoas influentes estão bastante dedicadas ao rio, e também há boas ideias que unem, por exemplo, a necessidade de produção dos agricultores e a preservação do ambiente. Por outro lado, os problemas do Jacaré vêm de ações normalizadas dentro do modelo civilizatório em que vivemos, o que se expressa do lixo jogado pelos cidadãos nos cursos d’água, ao alinhamento do Estado a interesses empresariais que ameaçam a sobrevivência do rio.

A nível macro, é preciso compreender que tudo o que consumimos vem do que chamamos de natureza. Por isso, é importante atentar para o sistema de produção vigente. Também devemos estar conscientes sobre quais os nossos objetivos como sociedade. O que significa o tão falado desenvolvimento? É um desenvolvimento de quê, exatamente? Se for apenas o acúmulo de capital por parte de poucos, talvez não valha a pena a exploração da natureza e do trabalho humano. Como aponta o economista Alberto Acosta “*o crescimento não pode ser o motor da economia e, menos ainda, sua finalidade*” (ACOSTA, 2016, p.117). Além disso, é preciso estabelecer a economia em bases mais racionais:

A economia deve submeter-se à ecologia. Por uma razão muito simples: a natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação que possuem os sistemas para autorrenovar-se. Disso dependem as atividades produtivas. Ou seja: se se destrói a natureza, destroem-se as bases da própria economia (ACOSTA, 2016, p.121).

O xamã yanomami Davi Kopenawa (2015) diz que nós, ocidentais modernos, somos o “povo da mercadoria”. Em suas palavras

São os brancos que são sovinas e fazem as pessoas sofrerem no trabalho para estender suas cidades e juntar mercadorias, não nós! Para eles, essas coisas são mesmo como namoradas! Seu pensamento está tão preso a elas que se as estragam quando ainda são novas ficam com raiva a ponto de chorar! São de fato apaixonados por elas! Dormem pensando nelas, como quem dorme com a lembrança saudosa de uma bela mulher. Elas ocupam seu pensamento por muito tempo, até vir o sono. E depois ainda sonham com seu carro, sua casa, seu dinheiro e todos os seus outros bens- os que já possuem e os que desejam ainda possuir. Assim é. As mercadorias deixam os brancos eufóricos e esfumaçam todo o resto em suas mentes (KOPENAWA E ABERT, 2015, p. 414).

Aliado ao aspecto econômico, existe um fator cosmológico na forma como lidamos com a natureza: as sociedades ocidentais modernas são profundamente antropocêntricas. No livro *Gênesis*, onde se conta a criação do mundo segundo o cristianismo (filosofia religiosa predominante no ocidente) a imagem do paraíso é a de um mundo a espera de seu personagem principal, “o homem” (DANOWSKI E VIVEIROS DE CASTRO, 2015), que Deus cria para reinar e dominar sobre todos os outros seres (BÍBLIA SAGRADA, 1996). Da mesma forma, a ética de grandes filósofos como Kant (2005) e Hobbes (2006) sequer cita os não-humanos como seres pelos quais os homens devem se responsabilizar moralmente. Ainda nessa esteira, as ideias de progresso da ciência estão intimamente ligadas à noção de dominação da natureza.

Obviamente, nada é tão simples quando se fala em termos de sociedade, e é difícil precisar os motivos que levam um povo a degradar seu ambiente. Como salienta Keith Thomas

os antigos romanos exploravam os recursos naturais no mundo pré-cristão de modo mais eficaz que seus sucessores medievais cristãos; [...] no período moderno, a cultura da natureza não evitou a poluição industrial no Japão. Os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram lugar em partes do mundo onde a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência. Os maias, os chineses e os povos do Oriente Próximo foram capazes de destruir seu meio ambiente sem a ajuda do cristianismo (THOMAS, 2010, p.31).

Thomas (2010) também aponta a aparentemente contraditória mudança de atitude em relação a plantas e animais ocorrida em sociedades industrializadas, onde as pessoas, perdendo o convívio cotidiano com florestas, pântanos e outros aspectos do “mundo natural”, começaram a cultivar jardins e tratar com mais simpatias animais de estimação. Isto é, ao invés de se distanciarem da natureza, passaram a criar uma afetividade maior por ela.

O fato é que os seres humanos podem ser grandes destruidores do ambiente, mas também podem ser agentes potencializadores da diversidade ecológica. A “natureza intocada” ou a “mata virgem” são mitos modernos e apesar das narrativas que colocam os seres humanos apartados do mundo, nós somos parte dele, construímos juntos esses emaranhados de vida. Muitas pesquisas mostram que as interações humanas com o ambiente, em algumas condições específicas, não apenas são compatíveis com a diversidade biológica, como podem aumentá-la. Os humanos atuam nesses contextos da mesma forma que as perturbações naturais do clima, quedas de árvores etc. A própria floresta Amazônica, uma das mais importantes do planeta, é fruto de centenas de anos de manejo por parte dos seres humanos. Como afirma o ecologista Niel Pitman, diversas espécies presentes na floresta Amazônica foram plantadas por povos indígenas, o que apenas comprova como a relação humanos/ambiente pode ser criativa.

O foco deste trabalho foi a degradação do rio, e considero importante falar sobre ela, bem como tentar compreender seus motivos. Mas isso não quer dizer, de forma alguma, que eu considere a degradação como consequência necessária da atuação dos seres humanos sobre os ambientes dos quais fazem parte, pelo contrário. Proliferam pelo mundo movimentos que visam uma forma saudável de interação entre os seres. A luta pelos direitos da natureza é um deles. Em nossa pesquisa foi comum ouvir, principalmente de pessoas ligadas ao Estado, que ambientalistas só se importam com árvores, como se isso excluísse automaticamente a preocupação com os seres humanos, quando na verdade, trata-se do oposto:

Nos direitos da Natureza, o centro está na natureza, que, certamente, inclui o ser humano. A Natureza vale por si mesma, independentemente da utilidade ou dos usos que se lhe atribua. Isto representa uma visão biocêntrica. Estes direitos não defendem uma Natureza intocada, que nos leve, por exemplo, a deixar de cultivar a terra, de pescar ou de criar animais. Estes direitos defendem a manutenção dos sistemas de vida- do conjunto da vida. Sua atenção se volta aos ecossistemas, às coletividades, não aos indivíduos (ACOSTA, 2016, p.131)

Precisamos pensar o humano em suas conexões com os outros seres, em seus emaranhados de vida. Voltando às reflexões de Davi Kopenawa, cito esta sentença crucial: *“Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas só sonham com eles mesmos”* (KOPENAWA E ALBERT, 2015, p.390). O sonho no mundo xamânico tem muitas especificidades e é uma forma privilegiada de acesso ao conhecimento, quando um xamã fala em sonhar, certamente não usa a palavra da mesma forma como usamos. Durante uma palestra tive a oportunidade de perguntar a Davi como nós, que não somos xamãs, podemos sonhar a natureza, e ele respondeu que podemos fazer isso tendo um “pensamento bom”, um pensamento preocupado com a natureza, e não querendo sempre mercadorias, sem se atentar para o mundo. Segundo Kopenawa, nós deveríamos sonhar a terra *“pois ela tem coração e respira”* (KOPENAWA E ALBERT, 2015, p.468). No caso das relações estabelecidas com o rio Jacaré, também acredito que seja este o caminho: alargar nossos pensamentos, sentimentos e ações, ir além do limitado mundo humano, em suma, *sonhar o rio*.

BIBLIOGRAFIA

3P- PESQUISAS PLANEJAMENTOS E PROJETOS S.A. **Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local Integrado Oliveira-Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1973.

ABRAMOVAY, Ricardo [et al]. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ACOSTA, Aberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos** / Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda.- São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Paulo Roberto; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*, Uberlândia (50): 197-226, jan./jun. 2014.

ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. *Revista de História Regional* 20(2): 209-231, 2015.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada contendo o antigo e o novo testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações**. INCT. Brasília, 2015.

BOSI, Eléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. SP: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CABRAL, Diogo Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. *Revista de História Regional* 12(1): 133-162, Verão 2007.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável.** in A insustentável leveza da política ambiental. Autêntica, Org. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice Barros. Belo Horizonte, 2014.

CARVALHO, Ely Bergo de. O mal-estar dos civilizadores: ou como os agricultores lembram a floresta em Engenheiro Beltrão, Paraná. *HISTÓRIA ORAL (RIO DE JANEIRO)*, São Paulo, v. 8, n2, p. 127-143, 2005.

CHIAPETTI, Rita Nogueira; ROCHA, Lurdes Bertol. Aportes teórico-filosóficos de trabalhos sobre rios brasileiros na abordagem da geografia humanista cultural. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia v. 18, n. 62 Junho/2017 p. 141–159

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1998.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL. 2013. **Plano Diretor de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio das Mortes – GD2.** Volume I. 684p.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL. 2014. **Plano Diretor de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio das Mortes – GD2.** 89º Reunião ordinária do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. CERH/MG. Setembro, 2014.

DANOWSKI, Débora e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins.** Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DESCOLA, Philippe. 2013. **Beyond Nature and Culture.** Chicago: The University of Chicago Press.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo.** In Edgardo Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas.

Coleccion Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.
Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In. W. Sachs (org.) O Dicionário do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Renata Silva. **Indígenas na historiografia mineira: estudo de caso**. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom.

FONSECA, Gonzaga L. **História de Oliveira**. BH: Ed. Bernardo Alves, 1961.

GALIZONI, Flávia Maria. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas**. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

GAZETA DE MINAS. Site: <http://www.gazetademinas.com.br/> (último acesso em 18/04/2019)

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1989.

GUDYNAS, Eduardo. El largo recorrido de los derechos de la naturaleza. *ALAI, América Latina en Movimiento*, n. 479, p. 7-9, out. 2012. Disponível em: < <http://alainet.org/publica/alai479w.pdf> >. Acesso em: 26 out. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: MartinClaret, 2006.

IGAM. Site: <http://www.igam.mg.gov.br/> último acesso em 25/03/2019.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INGOLD, Tim. In Debate “Human worlds are culturally constructed”. In: T. Ingold (org.), *Key Debates in Anthropology*. Londres, Routledge, 1996.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade, *Enciclopedia de Antropologia*, Londres, Routledge. 1994

JORGE, Janes. Tietê - **O rio que a cidade perdeu 1890-1940**. São Paulo: Prefixo editorial, 2017.

KANT Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Tradução: Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2005.

KOPENAWA, David e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo, Cia das Letras, 2015.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.21-53.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus; DUTRA Carina; DOULA, Sheila Maria Doula. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 24 n. 3, 405-418, set/dez. 2012.

LATOUR, B. 2011. “Perspectivismo: 'tipo' ou 'bomba'?” Tradução de Larissa Barcellos. *Primeiros Estudos*, 1: 173-178.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social, uma introdução à teoria do Ator-Rede** Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, Rio de Janeiro, 2013.

LEÃO, Juliana Santos. **Voçorocas: A ameaça geomorfológica que compromete o distrito de Morro do Ferro**. Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção de aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, no Curso de Engenharia Ambiental - Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2015.

LEÃO, Juliana Santos. **A destinação incorreta dos resíduos sólidos e suas consequências sobre voçorocas no distrito de Morro do Ferro**. Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Pós Graduação – Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos da Pontifícia

Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Resíduos Sólidos, Belo Horizonte, 2017.

LELLES, Leandro Camilo [et al] **Perfil ambiental qualitativo da extração de areia em cursos d'água**. R. Árvore, Viçosa-MG, v.29, n.3, p.439-444, 2005.

LENOBLE, Robert. **História da Ideia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 2002.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estud.av*, Ago 2005, vol.19, no.54, p.45-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/03.pdf>.

LISBOA, Marijane. **Em nome do desenvolvimento: um fundamento pouco sólido para a resolução de conflitos**. IN: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs) FORMAS DE MATAR, DE MORRER E RESISTIR: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

MAIA, Antônio Claret; AMARAL Rosemary Maria. **Regime Sesmarial**. In. ALMEIDA, Márcio; RIBEIRO, João Bosco (org.) História contemporânea de Oliveira, Oliveira: Editora Gazeta de Minas, 2011.

MARTINS, Eduardo Ribeiro. **Meio Ambiente**. In. ALMEIDA, Márcio; RIBEIRO, João Bosco (org.) História contemporânea de Oliveira, Oliveira: Editora Gazeta de Minas, 2011.

MARX, Karl. **O capital, Livro I, volume I**. Ed. Civilização Brasileira, 6ª Ed., Rio de Janeiro, 1980.

MÉDICI, André César. **Marx e o Meio Ambiente**. Por que Marx? (Org.) KONDER, Leandro, Filho, Gisálio Cerqueira, FIQUEIREDO, Eurico de Lima. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1983.

MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. **Arquitetura e Urbanismo**. In. ALMEIDA, Márcio; RIBEIRO, João Bosco (org.) História contemporânea de Oliveira, Oliveira: Editora Gazeta de Minas, 2011.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. IN: Boaventura Sousa Santos (org) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. (p. 667-709)

MILTON, Kay. Ecologías: antropología, cultura y entorno. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 154, 1997.

OTICICA, Francisco de Paula Leite. **Notas sobre o município de Oliveira**. Matheus Costa e Cia: Rio de Janeiro, 1882.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 24, v. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/09.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Assoreamento de rios"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/assoreamento-rios.htm>>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

PESSOA, Fernando. **Alberto Caetano: poemas completos**. São Paulo: Nobel, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLÍCIA AMBIENTAL. Site: <https://www.pmambientalbrasil.org.br/> (último acesso em 18/04/2019)

POLLAK, Michael Pollak. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis*, Florianópolis, v. 9, n. 1. p. 16-50, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16/22505>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA. **Atlas escolar histórico, geográfico e cultural do município de Oliveira Estado de Minas Gerais.** Oliveira: Secretaria Municipal de Educação, 2011. 78 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA. **Diagnóstico e diretrizes para a estrutura urbana e do território municipal, volume I.** Sem data.

QUEIRÓS, Eça. **A cidade e as Serras.** São Paulo, Babel: 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoameri-canas.* Coleccion Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educacao* v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

RAMOS, Israel Júlio. **O rio.** In Fragmentos do tempo. Movimento do Resgate do Autor Inédito e Anônimo de Oliveira 2006.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães e GALIZONI, Flávia Maria. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. *Ambiente e sociedade-* Vol. V-nº2- ago/dez. 2002- Vol-VI- nº1-jan/jul.2003.

ROMANO FILHO, Demóstenes. **Gente cuidando das águas/** Demóstenes Romano Filho, Patrícia Sartini, Margarida Maria Ferreira. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

ROMANO FILHO, Demóstenes. **Salve, água! Contraponto à cultura do salvacionismo e do consumo sem produção.** Belo Horizonte: Editora Ramallete, 2018.

ROCHA, Maria Célia. **Definição**. In. Porta de emergência. Movimento do Resgate do Autor Inédito e Anônimo de Oliveira, 2006.

SAAE. Site: <http://www.saeoliveira.com.br/>. Último acesso em 25/03/2019.

SALDANHA, Paula e WERNECK, Roberto. **Expedições: Terras e Povos do Brasil**. Edições del Prado, S.A., 1999.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2008.

SAHLINS, Marshall. **A sociedade afluyente original** . In Cultura na prática: Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004, pp. 105-151.

SANT- HILAIRE, Auguste. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 1º volume** . Tradução de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1937.

SCHAMA, Simon, 1945- **Paisagem e memória/** Simon Schama; tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos*. n. 72 . JULHO 2005

SIMAN, Frederico Magalhães. O eucalipto em questão: os impactos e suas controversias. *V Congresso em Desenvolvimento Social: Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2016.

SHIVA, Vandana; J, Bandvopadhvay. **Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto**. Título original: Ecological Audit of Eucalyptus Cultivation. Belo Horizonte: CPT-MG, 1991.

SILVEIRA, Ariosto da. **Ao longo da trilha: lembranças da infância de Minas**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2004.

SILVEIRA, Sirleia Clécio; ALMEIDA, Márcio. **Economia**. In. ALMEIDA, Márcio; RIBEIRO, João Bosco (org.) História contemporânea de Oliveira, Oliveira: Editora Gazeta de Minas, 2011.

SILVA, Mirian de Sousa. **Indicadores de sustentabilidade para a gestão do manancial de abastecimento público de Oliveira, MG**. Lavras : UFLA, 2016. 191 p. : il.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ULLOA, Astrid. De uma naturaliza dual e la proliferación de sentido: la discusión antropológica em torno a la naturaleza, la ecología y el medio ambiente. In: PALACIO, Germán; ULLOA, Astrid. *Repensando la naturaliza: encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental*. Colombia, Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 139-154.

VELHO, Otávio. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. *MANA* 7(2):133-140, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva**. 2009. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/suficiencia.html>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. **Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena**. In: A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac e Naify.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *MANA* 2(2):115-144, 1996.

VIOLA, Eduardo J. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. *São Paulo em Perspectiva*, 6 (1-2): 6-12, janeiro/junho 1992.

ZHOURI, Andréa. *Conflitos ambientais e meio ambiente urbano*. Palestra proferida na mesa redonda “Sujeitos Sociais e Espaço Urbano: Questões e Contribuições para a Psicologia Social”, durante o XIII Encontro Nacional da ABRAPSO, 2005.

ZHOURI, Andrea, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais**. IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI,

Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.